



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 201 - SÁBADO 11 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^a - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^a - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^a - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER EM EXERCÍCIO Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20 Wellington Salgado de Oliveira ⁽²⁾ VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB) - 19 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) ⁽¹⁾ LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Peres ⁽³⁾ VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 183ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei do Câmara nº 106, de 2006 (nº 2.548/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Superior do Trabalho, que cria e transforma, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências.....

34303

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.118, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando autorização para se afastar dos trabalhos da Casa nos dias 13 e 14 do corrente, para tratar de interesses particulares.....

34310

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Transcurso, no último dia 8, do dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Perspectivas de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso...

34310

SENADOR MÁO SANTA – Importância da residência médica e a greve dos médicos residentes.....

34313

SENADOR TIÃO VIANA – Melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. A realidade do saneamento básico no País.....

34319

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE – Necessidade de investimento público para estimular o crescimento econômico. Defesa da redução nos gastos correntes, de avanços nas reformas da previdência social e tributária, e da implementação de obras de infra-estrutura. Apoio à desoneração dos investimentos, conforme declaração do Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

34322

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Defesa de um projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

34330

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre a distribuição dos profissionais da área de saúde nos municípios brasileiros.

34332

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Leitura de correspondência recebida de entidades de evangélicos a respeito de irregularidades praticadas por políticos..

34334

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Requisitos para o crescimento econômico sustentável. Justifi-

cativas a requerimento de informações à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre o uso irregular de cartões corporativos.

34336

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.119, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.

34344

1.2.5 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Questionamentos sobre o desempenho do Brasil nas pesquisas sobre o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

34344

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à revisão da Câmara dos Deputados, nesta data, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar, que dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

34350

1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Importância da aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006, Complementar, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

34354

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCOS GUERRA – Comentários sobre estudo da empresa de consultoria suíça KPMG, que aponta o Brasil como detentor de uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

34355

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro de relatório intitulado “População com deficiência no Brasil: fatos e percepções”, divulgado pela Federação Brasileira dos Bancos – Febraban.....

34356

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Gastos realizados com cartões de crédito corporativos pelo governo Lula.

34357

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 250, de 2006.

34360

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.188 a 2.208, de 2006.

34361

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**CONGRESSO NACIONAL**

- 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
- 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 183^a Sessão não Deliberativa em 10 de novembro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, das Sras. Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e do Sr. Mão Santa.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 106, DE 2006

(Nº 2.548/2003, na Câmara dos Deputados)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Cria e transforma, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, os cargos que menciona e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, os cargos efetivos constantes do Anexo I desta Lei, a serem providos na forma estabelecida no inciso II do **caput** do art. 37 da Constituição Federal, bem como os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Ficam transformadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, as funções comissionadas constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º A implementação dos cargos e funções previstas nos Anexos I, II e III desta Lei será realizada em parcelas sucessivas, observada a seguinte razão:

I – 20% (vinte por cento), a partir da data de entrada em vigor desta lei;

II – 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2007;

III – 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2008; e

IV – 100% (cem por cento), a partir 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. As alterações nos gastos com pessoal decorrentes desta Lei estão condicionadas à existência da respectiva autorização e dotação orçamentária, em consonância com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal e nas normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CRIAÇÃO DE CARGOS		
Denominação do cargo	Área ou Especialidade	Nº de Cargos
Juiz do Trabalho Substituto		1
Analista Judiciário	Área Judiciária	259
Analista Judiciário	Executante de Mandados	34
Analista Judiciário	Área Administrativa	1
Analista Judiciário	Jornalismo	1
Analista Judiciário	Psicologia	1
Analista Judiciário	Médico Psiquiatra	1
Analista Judiciário	Analista de Sistemas	7
Analista Judiciário	Bibliotecário	2
Analista Judiciário	Arquitetura	2
Analista Judiciário	Engenharia Mecânica	1
Analista Judiciário	Engenharia Civil	2
Analista Judiciário	Engenharia Elétrica	1
Analista Judiciário	Economia	2
Analista Judiciário	Contabilidade	6
Analista Judiciário	Estatístico	1
Técnico Judiciário	Programação	8
Técnico Judiciário	Operação de Computadores	7
Técnico Judiciário	Marcenaria e Carpintaria	2
Técnico Judiciário	Eletricidade e Comunicações	3
Técnico Judiciário	Obras e Metalurgia	3
Técnico Judiciário	Portaria	4
Técnico Judiciário	Segurança e	27
	Transportes	
Técnico Judiciário	Sonorização	2
Técnico Judiciário	Zeladoria	2
Técnico Judiciário	Artes Gráficas	2
Técnico Judiciário	Área Administrativa	372
TOTAL		754

ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS		
Função Comissionada ou Cargo em Comissão	Nível Proposto	Nº de FCs ou CJs
Secretário da 2ª Seção de Dissídios Individuais	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Execução de Mandados	CJ-3	1
Assessor-Chefe	CJ-3	1
Assessor de Licitações	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças	CJ-3	1
Chefe de Gabinete de Juiz	CJ-2	36
Assessor	CJ-2	1
Diretor de Serviço	CJ-2	12
Secretário de Gabinete	CJ-2	2
Pregoeiro Titular	CJ-2	1
Assistente-Administrativo	FC-5	12
Executante de Mandados	FC-5	34
Assistente-Administrativo	FC-4	10
Assistente-Chefe de Seção	FC-4	24
Assistente Diretor de SDF	FC-4	13
Assistente Diretor de Secretaria	FC-4	11
Secretário Especial Juiz Titular	FC-3	10
Secretário Especial Juiz Substituto	FC-3	46
Secretário de Audiências	FC-3	12
Assistente	FC-2	54
Auxiliar Técnico	FC-2	41
Agente Administrativo	FC-2	294
Executante	FC-1	31
TOTAL		650

ANEXO III

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS			
Função comissionada	Nível Atual	Nível Proposto	Nº de FCs
Assistente Diretor de Secretaria	FC-2	FC-4	87
Secretário Especial. Juiz Titular	FC-2	FC-3	88
Secretário Especial. Juiz Substituto	FC-2	FC-3	52
Secretário de Audiências	FC-2	FC-3	86
Assistente	FC-2	FC-4	1
Executante	FC-1	FC-2	3
TOTAL			317

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.548, DE 2003**Cria e transforma no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e da outras providencias.**

O Presidente da República; faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos efetivos constantes do anexo I, a serem providos na forma estabelecida no art. 37, inciso II, da Constituição federal, bem como os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes do anexo II.

Art. 2º Ficam transformadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, as funções comissionadas constantes do Anexo III de Lei.

Art. 3º as despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no Orçamento Geral da União.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, de 2003; 182º da Independência e 115º da Republica.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

CRIAÇÃO DE CARGOS

Denominação do cargo	Área ou Especialidade	Nº de Cargos
Juiz do Trabalho Substituto		1
Analista Judiciário	Área Judiciária	259
Analista Judiciário	Executante de Mandados	34
Analista Judiciário	Área Administrativa	1
Analista Judiciário	Jornalismo	1
Analista Judiciário	Psicologia	1
Analista Judiciário	Médico Psiquiatra	1
Analista Judiciário	Analista de Sistemas	7
Analista Judiciário	Bibliotecário	2
Analista Judiciário	Arquitetura	2
Analista Judiciário	Engenharia Mecânica	1
Analista Judiciário	Engenharia Civil	2
Analista Judiciário	Engenharia Elétrica	1
Analista Judiciário	Economia	2
Analista Judiciário	Contabilidade	6
Analista Judiciário	Estatístico	1
Técnico Judiciário	Programação	8
Técnico Judiciário	Operação de Computadores	7
Técnico Judiciário	Marcenaria e Carpintaria	2
Técnico Judiciário	Eletricidade e Comunicações	3
Técnico Judiciário	Obras e Metalurgia	3
Técnico Judiciário	Portaria	4
Técnico Judiciário	Segurança e Transportes	27
Técnico Judiciário	Sonorização	2
Técnico Judiciário	Zeladoria	2
Técnico Judiciário	Artes Gráficas	2
Técnico Judiciário	Área Administrativa	372
TOTAL		754

ANEXO II

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Função Comissionada ou Cargo em Comissão	Nível Proposto	N.º de FCs ou CFs
Secretário da 2ª Seção de Dissídios Individuais	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Execução de Mandados	CJ-3	1
Assessor-Chefe	CJ-3	1
Assessor de Licitações	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo	CJ-3	1
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças	CJ-3	1
Chefe de Gabinete de Juiz	CJ-2	36
Assessor	CJ-2	1
Diretor de Serviço	CJ-2	12
Secretário de Gabinete	CJ-2	2
Pregoeiro Titular	CJ-2	1
Assistente-Administrativo	FC-5	12
Executante de Mandados	FC-5	34
Assistente-Administrativo	FC-4	10
Assistente-Chefe de Seção	FC-4	24
Assistente Diretor de SDF	FC-4	13
Assistente Diretor de Secretaria	FC-4	11
Secretário Especial Juiz Titular	FC-3	10
Secretário Especial Juiz Substituto	FC-3	46
Secretário de Audiências	FC-3	12
Assistente	FC-2	54
Auxiliar Técnico	FC-2	41
Agente Administrativo	FC-2	294
Executante	FC-1	31
TOTAL		650

ANEXO III

(Art. 2º da Lei n.º , de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

Função comissionada	Nível Atual	Nível Proposto	Quantidade
Assistente Diretor de Secretaria	FC-2	FC-4	87
Secretário Especial. Juiz Titular	FC-2	FC-3	88
Secretário Especial. Juiz Substituto	FC-2	FC-3	52
Secretário de Audiências	FC-2	FC-3	86
Assistente	FC-2	FC-4	1
Executante	FC-1	FC-2	3
TOTAL			317

Justificação

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, conforme Resolução Administrativa nº 961/2003, que consubstancia medida para a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado em Porto Alegre – RS.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a consequente elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 1 (um) cargo de Juiz do Trabalho Substituto, de 754 (setecentos e cinqüenta e quatro) cargos efetivos, de 650 (seiscentos e cinqüenta) funções comissionadas e a transformação de 317 (trezentos e dezessete) funções comissionadas essenciais à reestruturação do TRT da 4ª Região.

A criação de um cargo de Juiz do Trabalho Substituto deve-se à carência do cargo na única Vara do Trabalho do Rio Grande do Sul, a saber, a Vara do

Trabalho de São Gabriel. Tal situação advém da Lei nº 8.426, de 26 de maio de 1992, que criou a então Junta de Conciliação e Julgamento de São Gabriel, acrescendo apenas um cargo de Juiz do Trabalho Presidente (hoje Juiz do Trabalho Titular), ao Quadro de Magistrados do 4º Regional.

Ainda à vista da indispensável estrutura proposta pelo Tribunal Superior do Trabalho no Projeto de Lei nº 3.384/2000, conclui-se que são necessários 490 (quatrocentos e noventa) cargos de Analista Judiciário, 784 cargos de Técnico Judiciário, perfazendo um total de 1.274 (mil duzentos e setenta e quatro) para as 98 (noventa e oito) Varas do Trabalho vinculadas ao Regional. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região conta, atualmente, com apenas 734 (setecentos e trinta e quatro) servidores lotados nas Secretarias das Varas do Trabalho, ou seja, 540 (quinhentos e quarenta) servidores a menos do que os previstos na estrutura proposta pelo citado projeto de lei.

A criação de 34 (trinta e quatro) cargos de Analista Judiciário, Executante de Mandados, torna-se necessária, tendo em vista que o citado projeto prevê 2 (dois) Executantes de Mandados por Vara do Trabalho, índice não alcançado no Regional, com prejuízos imensos aos jurisdicionados, em especial nas Varas cujas jurisdições abrangem expressivo número de municípios e extenso território. O quadro atual do TRT da 4ª Região é de 162 (cento e sessenta e dois) Executantes de Mandados para 98 (noventa e oito) Varas do Trabalho, o que representa apenas 1,65 (um vírgula sessenta e cinco) Executantes por Unidade Judiciária.

Devido à insuficiência de pessoal, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região vê-se impossibilitado de melhorar a qualidade e/ou ampliar a sua prestação jurisdicional diante da multiplicada insuficiência de pessoal. Assim, para a equiparação do quadro de servidores do Primeiro Grau do Regional, faz-se necessária a criação de, no total, 432 (quatrocentos e trinta e dois) cargos de Técnico Judiciário, e 322 (trezentos e vinte e dois) cargos de Analista Judiciário, totalizando 754 (setecentos e cinqüenta quatro) cargos, conforme Anexo I do anteprojeto.

Em relação aos cargos em comissão e às funções comissionadas, para a implementação da estrutura proposta pelo Tribunal Superior do Trabalho no Projeto de Lei nº 3.384/2000, será necessária a criação de 49 (quarenta e nove) cargos em comissão e 601 (seiscentas e uma) funções comissionadas, conforme o Anexo II, e a transformação de 317 (trezentos e dezessete) funções comissionadas, constantes do Anexo III do anteprojeto de lei.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Órgão dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação do cargo de Juiz do Trabalho Substituto e dos cargos - efetivos, constantes do Anexo I, e a transformação e criação das funções comissionadas constantes, respectivamente, dos Anexos II e III do anteprojeto de lei, ora submetido a apreciação de Vossas Excelências, e assim dotar o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no Estado do Rio Grande do Sul, da infra-estrutura necessária a uma satisfatória prestação jurisdicional.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, de novembro de 2003. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Ofício nº 19/GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2.548/2003, que cria e transforma no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região os cargos que menciona e dá outras providências.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Pedido de Providência Nº 114/2005

Relator: Conselheiro Cláudio Godoy

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Requerido: Conselho Nacional de Justiça.

Certifico que o Plenário, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte deasão:

“O Conselho, por maioria, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), manifestou-se favorável à aprovação integral do Projeto de Lei nº 2.548/2003, que cria e transforma no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, os cargos que menciona e dá outras providências, nos termos do voto divergente proferido pelo Excelentíssimo Conselheiro Paulo Schmidt. Vencidos, em parte, os Excelentíssimos Conselheiros Cláudio Godoy (relator) e Marcus Favo; que se manifestavam parcialmente favorável à aprovação do projeto de lei. Ausentes, Justificadamente, os Excelentíssimos Conselheiros Vantuil Abada e Ruth Carvalho. Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Ministro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 14 de fevereiro de 2006”:

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Antônio de Pádua Ribeiro, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Presentes o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Fez sustentação oral pelo requerente, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Juiz Denis Marcelo de Uma Molarinho.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2006, – **Maria Cristina G. Botelho Costa**, Analista Judiciário.

OF. STST.GDGCA.GP.Nº 736

Brasília, 19 de novembro de 2003

Exº Sr.

Deputado João Paulo Cunha

DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Senhor Presidente

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, acompanhado da correspondente justificativa, anteprojeto de lei referente à criação de cargos de provimento efetivo e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do

Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região, sediado na cidade de Porto Alegre-RS.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a protestos de consideração e elevado apreço. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 2006

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, pelo prazo de dois dias, 13, 14-11-2006, a fim de tratar de interesses particulares.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2006.

– Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

Senadora, V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu havia preparado uma fala para o dia 08 próximo passado, quando se comemorou o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Infelizmente, naquele dia, não foi possível pronunciar-me. Então, faço isso na data de hoje.

No dia 08 de novembro, o Senado deu mais uma prova de estar atento à importância do conhecimento a serviço da melhoria da nossa vida e de nosso Planeta com a utilização da Hora do Expediente para a celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Infelizmente, como já disse, não pude fazer este pronunciamento naquele momento, mas venho hoje a esta tribuna juntar-me aos Senadores e às Senadoras que a ocuparam naquela sessão para louvar a ciência como instrumento para a paz.

A ciência tem como combustível um elemento muito barato e em abundância em nosso País: o saber, produto que encontramos em qualquer esquina no Brasil, que é reconhecidamente um País exportador de gênios. Não é surpresa que, em grandes projetos científicos no mundo, encontramos brasileiras e brasileiros envolvidos. No entanto, a despeito de todo esse conhecimento, há um distanciamento ainda entre a população e o meio científico, em especial o acadêmico.

Não há muitos meios para difusão dos seus trabalhos. Não há veículos suficientes para alcançar o chamado povão, a população do País como um todo.

Nesse sentido, o Governo Federal, o Governo do nosso Presidente Lula, por meio do seu Ministério da

Ciência e Tecnologia, passou a celebrar a Semana da Ciência e Tecnologia. Nessa semana inteira dedicada ao saber, são realizados inúmeros eventos com o objetivo de promover e difundir o conhecimento científico, aproximando a população, em especial os estudantes, do meio acadêmico e científico, estendendo as comemorações às mais diversas áreas do País.

Com base neste espírito de celebração da ciência, em 2004, apresentei um requerimento para instituir também no Senado a Semana de Ciência e Tecnologia e, assim, esta Casa também poderia participar concretamente dessa grande comemoração. É chegada a hora, Sr. Presidente, de o Poder Legislativo prestar sua contribuição para a sociedade, inaugurando uma semana dedicada à ciência, numa conjunção de esforços, que dará maior repercussão à questão da divulgação científica no Brasil.

Há tempos em que sociedades científicas e instituições voltadas para a divulgação científica propõem a realização de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o intuito de contribuir para que a população possa ter maior conhecimento dos resultados da relevância e do impacto das pesquisas científicas.

Não podemos ignorar que, no mundo de hoje, o progresso de um País encontra-se fundamentado no seu progresso científico.

Sem dúvida, muitas vocações serão despertadas por meio de uma maior divulgação das atividades científicas. Vários Países, entre os quais o Reino Unido, a França, a Espanha, a África do Sul e o Chile, já implementaram, com sucesso, semanas nesses moldes.

Felizmente, Sr. Presidente, no dia 8, justamente no dia 8, a Comissão de Infra-Estrutura, sob a Presidência do nobre Senador Heráclito Fortes, aprovou este requerimento. Não havia dia mais simbólico do que o dia 8 para esta aprovação.

O Senado Federal poderá dar grande contribuição, uma vez que possui canais de comunicação com a sociedade de grande alcance. Temos a Rádio Senado, temos a TV Senado e o **Jornal do Senado**, todos da maior grandeza, compromisso e competência, meios com os quais alcançaremos as populações mais longínquas, nos chamados grotões, agindo de maneira eficaz na intenção de, no máximo que se puder, popularizar o conhecimento.

Precisamos valorizar toda ação que tenha como objetivo privilegiar o conhecimento. Neste sentido, Sr. Presidente, devo destacar que, no dia 8, estive na comemoração dos 55 anos da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão vinculado ao Ministério da Educação, que tem como Presidente o Sr. Jorge Guimarães, pessoa reconhecida nacional e internacionalmente. Com certeza, todos que

lá trabalham sob sua direção têm que ser homenageados. Fiquei muito satisfeita ao constatar o quanto nosso País está crescendo no incentivo ao conhecimento, o salto que vem dando, principalmente nos últimos tempos, principalmente neste momento.

A Semana de Ciência e Tecnologia chega como mais um incentivo para que todos, sem distinção, possam desfrutar dos benefícios que os investimentos em ciência e tecnologia podem trazer.

Um dos homenageados pela Capes foi o Professor Leopoldo de Meis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele, como vários outros educadores dedicados à área da ciência, coordena dois grandes projetos inovadores neste momento. No projeto Ensino Ciência com Arte, ele criou uma série de DVDs para tornar o ensino de bioquímica mais atraente. O material é distribuído gratuitamente nas escolas públicas da periferia do Rio de Janeiro.

Meus parabéns para o Professor Leopoldo, aos demais homenageados pela Capes e também a todos aqueles que acreditam que, por meio de investimentos em educação, em pesquisa, em ciência e em tecnologia, teremos um País mais justo, aí incluídos o Professor Jorge Guimarães, atual Presidente da Capes, o Ministro Fernando Haddad, todos, é claro, sob o comando, a determinação e a vontade política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O País que deu ao mundo Santos Dumont, só para citar um dos inúmeros homens e mulheres que contribuíram de forma extraordinária para o desenvolvimento da ciência mundial, tem potencial para contribuir muito mais. Basta que todos se unam em torno de um único objetivo, o desenvolvimento da educação. Só assim conseguiremos alcançar o desenvolvimento econômico e social que todos almejamos.

O Senador Mão Santa, aqui presente, quase todos os dias está aqui falando que a educação é importante, que o profissional da educação é o mais importante, com o que concordamos e no que acredito.

Costumo dizer que, em momentos de campanha, não há um político, com certeza, que nunca tenha dito que acha, que acredita, que tem certeza que a educação é a mais importante dimensão da sociedade para que realmente as transformações aconteçam. Temos consciência da veracidade dessa questão e por isso temos batalhado. Uma batalha levada avante, há poucos dias, neste Senado, foi o Fundeb, que agora já passou também pela Câmara.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora e professora Serys Slhessarenko, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex^a estar na Presidência é um orgulho para todos nós e uma esperança na democracia, pela juventude que representa. E é oportuno que V. Ex^a presida a sessão quando ocupa a tribuna a eminentíssima Senadora Serys, que simboliza a educação, a boa educação, pois o professor é o único profissional que pode ser chamado de mestre, como era chamado Cristo. Senador Tião Viana, um fato muito grave está ocorrendo neste Brasil: os médicos residentes estão em greve há dias. Posso falar o que significa isso. Quis Deus que V. Ex^a estivesse aí agora. Sou do PMDB puro, de vergonha, que está encantado no fundo do mar, que disse “ouça a voz rouca das ruas”. Ela foi ouvida; a voz rouca das ruas queria Lula de novo, porque ele teve um programa, uma sensibilidade social. Acima do grito de liberdade, igualdade e fraternidade, ele viu que a sobrevivência é o mais importante. Petrônio nos ensinou a não agredir os fatos, mas este País é injusto, pois 10% dos poderosos, dos ricos, dos insaciáveis, dos que roubam esta Nação ficavam com a metade da riqueza deste País, enquanto que 10% dos pobres ficavam com apenas 1%. Lula anteviu, ganhou e ganhou mesmo. Meu passe é muito simples, Senador Tião Viana: eu não me vendo. Vim do Piauí de vergonha; nunca pedi um cargo, uma indecência, uma imoralidade. Sempre tive o melhor relacionamento com V. Ex^a, com a Serys Slhessarenko, com Aloizio Mercadante, com os grandes líderes da verdade do PMDB. Essa associação dos médicos residentes é uma coisa séria. Digo isso porque fui médico residente. Não quero causar desdouro a Lula, que não teve formação universitária, mas estou reconhecendo sua clarividência de ver que a sobrevivência foi fundamental. Não vou agredir os fatos: Lula foi o vitorioso. Mas está aí: isso é sério para a associação. Informaram errado ao Lula que a medicina vai muito bem; não, ela vai muito mal. Digamos a verdade. Posso falar dessa associação de médicos residentes porque fui um deles. No período revolucionário, ela era um primor. Havia uma associação de médicos residentes que somente ela permitia aos hospitais credenciar para dar residência médica, porque, professora Serys, ela é que dá a especialização. O Programa Saúde da Família é muito bom, chegou ao pobre, expandiu-se – é tudo verdade; não vou negar. Mas quero lhe dizer que ele tem uma falha: ele vulgarizou a medicina fugindo das especializações. Grandes especialistas estão indo em busca do PSF, que nós sabemos que tem pouca resoluibilidade. Conheci e convivi, em Cuba, com quem criou o Programa Saúde da Família. Li seu primeiro livro, uma apostila, mimeografada, pois Cuba é pobre. O médico residente era quem tinha qualificação. Fiz residência, no tempo dos militares, no HSE, Hospital

dos Servidores do Estado, e foi ela que propiciou o avanço, o progresso, a pureza da ciência, e está em greve há vários dias. Senador Tião Viana, quero me colocar a sua disposição para recebê-los. Existe uma presidência da Associação dos Médicos Residentes, que é a coisa mais pura que existe neste País. A UNE era pura, não é mais, porque está recebendo doações de Governo. Vamos zelar pela Associação dos Médicos Residentes. Eles estão em pânico; querem um retorno salarial justo, porque eles trabalham, são eles que mantêm o hospital, são eles que dão qualificação aos grandes hospitais. Que tenhamos um relacionamento com esta Associação, e ninguém melhor que V. Ex^a para ser o intermediário desse contato. Eu gostaria de acompanhá-lo, com a nossa experiência e com a amizade com Jayme Pietra, que hoje é médico no Rio Grande do Sul e que foi o líder disso.

Tão importante era, que trabalhei para elegê-lo a fim de credenciar a residência médica no Ceará e em dois hospitais em que me formei, a Maternidade Assis Chateaubriand e o primeiro hospital do Piauí, o Hospital Getúlio Vargas, tal a seriedade da medida. Essa é a contribuição. Para eu votar com o Governo, com a Pátria, não custa nada. V. Ex^a sabe disso, porque muitas vezes me pediu, e eu nunca falei. Muitas vezes, o Senador Aloizio Mercadante foi me buscar ali no cafezinho para dar **quorum**. Evidentemente, o que eu estava em desacordo e sou contra não é com relação a esse programa social. Para o Bolsa-Família, tem de haver um debate qualificado para atualizá-lo. Penso que foi um dos maiores avanços, assim como foi a liberdade dos escravos; como fez Getúlio, com o reconhecimento do trabalhador; como o Funrural, pois não havia nada no período militar. Portanto, houve um avanço. Que não deixemos cair essa estrutura pura e sadia que é a Associação dos Médicos Residentes. Vamos dialogar e debater. E ninguém melhor neste País para ser o intermediário do que o Senador que neste instante preside o Senado Federal, Senador Tião Viana, com a aquiescência da grande Professora, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARNEKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, antes de qualquer comentário, peço mais cinco minutos, **a posteriori**.

São extremamente interessantes as colocações do Senador Mão Santa. Fiquei muito feliz, Sr. Presidente, quando S. Ex^a disse que poderá apoiar as proposições do Presidente Lula. Isso é muito importante.

É realmente o reconhecimento da possibilidade de superarmos algumas questões, principalmente aquelas relacionadas às pessoas com maiores dificuldades de vida na sociedade – que sei ser uma preocupação permanente do Senador Mão Santa –, que estão sendo

modificadas, alteradas, ainda que devagar, reconheçemos, a partir das colocações e críticas, como as que V. Ex^a e outros fazem. A crítica, a meu ver, é da maior relevância, e tem de ser considerada. Se ela existe, é considerada, e a transformação acontece, com certeza, o Governo do Presidente Lula terá a possibilidade de contar com o seu apoio.

V. Ex^a cita o Bolsa-Família e a questão dos residentes, na área de Medicina. São questões extremamente importantes. Como dizemos popularmente, a voz do povo é a voz de Deus, e o povo brasileiro disse, nas urnas, que o Presidente Lula está fazendo a diferença para as transformações de que o Brasil precisa, a fim de melhorar a qualidade de vida, principalmente dos mais despossuídos.

Fiquei satisfeita. V. Ex^a teceu críticas. Teceu, mas não faz mal. Elas são importantes, são decisivas, desde que também contribuamos com sugestões, como as que V. Ex^a já fez em relação a algumas questões que devem ser tratadas com algumas pessoas no que diz respeito à residência, na área da Medicina, que é da mais alta relevância. Também tenho filha e genro médicos. Sei que V. Ex^a e o Senador Tião Viana são médicos e reconhecem a importância dessa categoria para a saúde do Brasil. Aliás, a Medicina e as ciências afins, na área da Saúde, precisam cada vez mais se aperfeiçoar, qualificando seus profissionais, a fim de que haja serviço de saúde da melhor qualidade para todos e para todas, especialmente para o sistema público.

Sabemos que o SUS ainda deixa a desejar, mas já deu um salto de qualidade muito significativo no Governo do Presidente Lula.

Senador Tião Viana, tenho certeza de que com a conlamação do Senador Mão Santa para que os dois trabalhem juntos, como médicos competentes que têm história em suas vidas, vamos melhorar essa questão. E conto com a participação do Senador Mão Santa, pelo menos nas grandes questões em que o Presidente Lula precisa deste Senado da República.

Dito isso, eu gostaria de tratar um pouco do meu Estado, pois não posso vir a esta tribuna sem falar do Estado de Mato Grosso. Ontem mesmo, falamos sobre o turismo no Brasil. Naquele momento, aqui estavam presentes representantes das entidades do sistema hoteleiro no Brasil e também da área de turismo, que são extremamente interligadas, e dissemos que o Mato Grosso tem um potencial gigantesco nessa área. Mas temos de citar todas as áreas, das quais quero falar um pouco.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pedi a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais cinco minutos, porque cedi...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem o tempo que julgar necessário.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Cedi o aparte ao Senador Mão Santa, que foi muito importante, e precisaria de um tempo a mais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito se cogita atualmente sobre as perspectivas de desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Todos sabemos que é um Estado de extensão territorial imensa, de terras superprodutivas, com um povo extremamente trabalhador, disposto a dar sua cota de participação para o desenvolvimento, para o grande salto de qualidade do Estado. Mas esse salto de qualidade precisa ser extensivo à grande produção e, muito especialmente, ao produtor médio e, mais ainda, ao pequeno produtor rural, aquele que faz a agricultura familiar. Mato Grosso, por muito tempo, foi um Estado em que, com grandes extensões de terra, poucos detinham o domínio e a possibilidade de produção. Mas, hoje, é um Estado de inúmeros – centenas, eu diria – assentamentos rurais, de reforma agrária. Ainda existem alguns acampamentos, e precisamos resolver o problema com urgência, pois é grave a situação daqueles que estão acampados. Já existem muitos assentamentos, alguns com todas as condições necessárias para uma vida com dignidade.

Agora, temos que cuidar da produção. Nesse ponto, entra uma outra discussão, que é a diversificação da produção. Vimos que existe a “monocultura”, que não é bem uma monocultura, já que em Mato Grosso plantamos soja e algodão em grandes extensões, e produzimos carne bovina também. Esses são produtos – matéria-prima, digamos – para exportação **in natura**. Essa é uma questão complicada para o nosso Estado. É uma discussão que surge porque todo produto para exportação **in natura** é isento de impostos; ou seja, não resta nada, exporta-se tudo, o que representa um problema para aquele Estado.

Quando irrompeu a crise do agronegócio, essa discussão foi bastante ampliada, e está nos parecendo que os grandes e médios produtores se conscientizaram, ou estão se conscientizando, de que precisam buscar alternativas para esses produtos, como esmagamento de soja, indústrias têxteis e outras para que possamos não apenas exportar. Precisamos continuar exportando para trazer divisas, claro, mas também precisamos fazer com que não apenas esses produtos sejam modificados no Estado, a fim de gerar emprego e impostos, bem como diversificar a produção na sua origem, o que implica questões como álcool e biodiesel.

A propósito do assunto, tenho dito e repetido várias vezes – não me canso de fazer isso – que o Mato Grosso será, não tenho qualquer dúvida, porque o Estado tem potencial para isso, o maior produtor de biodiesel, muito em breve. Pois há vontade e determinação. Os projetos estão acontecendo por iniciativa do povo que lá vive e produz. Mais do que aqueles que têm condições hoje, precisamos dar início à grande ou à média produção do biodiesel. Para tanto, precisamos que a agricultura familiar se organize para ser dona, vamos dizer assim, de toda a cadeia produtiva do biodiesel: do plantio, da colheita, da industrialização e da comercialização da matéria-prima. O pequeno produtor rural tem de assumir a cadeia como um todo. Não pode mais continuar produzindo a matéria-prima, entregando-a para meia dúzia industrializar, para um, dois ou três comercializarem, tanto no mercado interno quanto no externo. Isso não é justo, porque, na hora do melhor, que é o do recebimento do lucro, este não fica nas mãos do pequeno produtor.

Isso é vontade, é determinação. Temos visto declarações do Presidente Lula – como a do dia da eleição –, em que ele dizia que, no seu Governo, a palavra maior, a palavra-chave será desenvolvimento, e desenvolvimento para fazer a justiça social. Para aqueles que já têm esse potencial de produção, tudo bem, que continuem produzindo cada vez mais, crescendo mais e mais, dando sustentabilidade para um país grande e justo para todos.

Mas o estímulo e o incentivo têm de ser dados ao pequeno produtor rural, no caso do nosso Estado de Mato Grosso, porque, ao fazer parte dessa cadeia do biodiesel, ele é quem terá o potencial, a possibilidade de proporcionar uma melhora significativa de vida para si e para seus familiares. Assim, conseguiremos construir a justiça social a partir daqueles que vivem as necessidades e que têm a possibilidade, o potencial de melhorar a vida, eles mesmos construindo esse potencial.

A questão do biodiesel para nós é a grande possibilidade do Estado de Mato Grosso, do nosso Estado.

Também temos aí a questão do álcool. O Brasil – eu digo sempre – é o detentor do **know-how** do álcool, o combustível inegociável. Sabemos também que somos auto-suficientes na produção do petróleo, mas este é um recurso totalmente esgotável. Então, já que temos esse **know-how** do álcool, que nos organizemos. E o nosso Estado de Mato Grosso tem um potencial muito grande nessa área.

Sabemos que para tudo isso precisamos de infra-estrutura de todo tipo: de escoamento da produção, com as rodovias, com as ferrovias. Temos aí a nossa Ferronorte, e, agora, acredito que ela vai avançar e

chegar a Cuiabá. Essa luta de dezenas e dezenas de anos, que, com certeza nesta tribuna, o Senador Vicente Vuolo, de Mato Grosso, tão saudoso para nós, fez da sua história de vida, política especialmente, uma luta pela Ferronorte. E ele, com certeza, está atento, no plano em que estiver, para ver que valeu a pena. Valeu a pena sua luta, sim. As coisas são morosas, são difíceis, mas acontecem. Se ele não tivesse começado esta luta, com certeza, nós não teríamos hoje a Ferronorte em Mato Grosso e com perspectiva de agora ser acelerada, chegando de Alto Araguaia a Rondonópolis e à nossa querida Cuiabá. Daí, vamos ver para onde os seus braços vão se estender.

Temos, também, a possibilidade de uma outra ferrovia, a Ferrovia Norte-Sul ou o nome que se dê, que deverá chegar até a região chamada Nortão.

Há ainda a BR-163, que tem que ter seguimento no Pará, tão querida, buscada, disputada, necessária, essencial para a melhoria da saída dos produtos da região chamada Nortão, do nosso Estado, via Santarém, e a chegada dos fertilizantes e de outros produtos necessários à agricultura, também via Santarém. dessa forma, o custo do nosso produto será barateado, o que proporcionará mais lucro para o nosso produtor de Mato Grosso. Ou seja, com o escoamento mais barato, consequentemente o lucro será maior para aqueles que produziram; com os preços dos insumos barateados, via Santarém, de forma mais acessível para a produção, teremos vantagem na saída e na chegada dos produtos via Santarém.

Há também a BR-158, a BR-364.

Temos a questão da energia, que é da mais alta relevância. O linhão do nosso Araguaia do Norte, cujas obras têm que ser iniciadas o mais rapidamente possível.

Há, também, uma discussão já iniciada com relação aos dutos. Qual duto chegará primeiro em Mato Grosso? Temos que ter as linhas de produção também planejadas. Precisamos, enfim, de muito estudo e muito planejamento para que se melhor produza e se escoe os produtos.

Eu paro por aqui porque sei que outros Senadores gostariam de usar da palavra. Agradeço ao Presidente Tião, que nos concedeu um espaço de tamanha envergadura.

Digo que a voz do povo é a voz de Deus; que a reeleição do Presidente Lula, mostrando a grandeza do povo brasileiro, foi uma afirmação de que o Presidente Lula realmente é aquele que o povo brasileiro queria e precisava para governar, não só quatro, mas oito anos, porque ele vem fazendo transformações, com certeza, da maior grandeza para a população como um todo, mas muito especialmente aos mais necessitados. Com os resultados das urnas, temos certeza

do fortalecimento, da vontade e da determinação do Presidente Lula para estabelecer políticas que levem o nosso País a avançar mais e mais, em todos os sentidos, dos direitos humanos, da economia, enfim, do desenvolvimento deste País com qualidade de vida para todos e para todas.

É com essa vontade e com essa determinação que o Presidente Lula chega novamente ao Poder por mais quatro anos, mas especialmente com a vontade e o desejo que o povo brasileiro expressou nas urnas, com milhões e milhões de votos a seu favor. Isso significa um Presidente forte que diz: "Eu retorno, por meio da reeleição, porque hoje conheço mais do que nunca os problemas brasileiros, compreendo os problemas brasileiros". A experiência adquirida nesse tempo faz com que ele tenha certeza de que a melhoria da qualidade de vida de todos e de todas é uma realidade mais e mais concreta, a cada dia, em seu Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, cumprimento V. Ex^a pelo relevante pronunciamento. Quanto ao aparte feito pelo Senador Mão Santa sobre a atual greve dos médicos residentes brasileiros, na condição de Presidente da sessão, determino à Secretaria que prepare a cópia do pronunciamento do Senador Mão Santa e a envie aos Ministros da Educação e da Saúde. Na condição de Vice-Presidente do Senado, emitirei também um ofício aos Ministros, acompanhando o pronunciamento que o Senador Mão Santa apresentou em solidariedade aos médicos residentes brasileiros que ora reivindicam melhores condições de trabalho.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente Serys Slhessarenko, Senadores e Senadoras presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado da República, um grande Senador, Cícero, um grande orador da História, disse: "Nunca fale depois de um grande orador". E eu vou falar depois de uma bela professora, Senadora e grande oradora. Mas temos de realizar esse desafio.

Senador Tião Viana, tenho minhas crenças e as confesso.

Sou cristão. Minha mãe era Terceira Franciscana, de uma ordem religiosa dedicada à pobreza, Serys. O pai de minha mãe era um grande empresário, um grande industrial, mas ela se tornou Terceira Franciscana. Daí meu nome Francisco. Não tem nada de Mão Santa. Minhas mãos são iguais as do Zezinho, humanas, trabalhadoras, honradas, mas o povo assim me

denominou. E estou fazendo 40 anos como cirurgião. Fui porque quis para a minha cidade.

Tenho aquele sentimento de Sêneca. Sêneca, o grande filósofo, não era nem da grande Atenas, nem da grande Esparta, Professora Serys – digo professora porque professora é muito mais do que Senadora, mestre igual a Cristo – Sêneca era de uma pequena cidade e dizia: não é uma pequena cidade, é a minha cidade. Portanto, fui para a minha Parnaíba porque quis.

Senador Tião Viana, eu, pessoalmente, nunca soube o que era desemprego. Sei porque fui político e tive que enfrentar esse problema. Deus foi muito bom comigo: sempre tinha uma fila de empregos para eu escolher. Muito jovem e estudante de Medicina, era monitor de Fisiologia e ensinava, Tião Viana, o curso de Biologia. Daí essa maneira minha de falar; nunca fiz oratória. Veio a ditadura, Tião Viana, e o professor de Fisiologia, Professor Serra, um homem bom que talvez já esteja no céu, foi preso.

Eles diziam que o homem era socialista, comunista, mas não; ele era um homem culto que lia Karl Marx. Eu sei que, de repente, eu, como monitor, substituí o Professor Serra. Como monitor, eu já dava aula, Tião Viana; já tinha certa experiência. Fazia prova no quinto ano. E não fiquei porque não quis. Eu queria fazer cirurgia. Daí eu valorizar a educação e a residência médica, o que foi muito oportuno.

Eu estava e continuaria mesmo em Fortaleza. Era estagiário do Pronto-Socorro Municipal e tinha tirado o primeiro lugar; ficaria lá.

A mulher do Governador Virgílio Távora era minha prima, Luiza Távora. Você sabe como é, Senador Tião Viana, ela tinha oferecido para o primo um bico: eu ficaria na faculdade, estagiava no Pronto-Socorro, e também o Haroldo Juaçaba me convidou. Meu pai tinha boa situação financeira, e eu tinha um pequeno DKW em Fortaleza. Então estava certo de ficar lá porque Fortaleza é encantadora. Mais encantadora do que Fortaleza são as cearenses. Daí eu valorizar isto. Tenho uma história diferente do Lula, com todo o respeito à universidade da vida, que ele enfrentou e em que ele aprendeu.

Estou lendo um livro do Ricardo Kotscho, que me entrevistou quando Governador. Tudo o que o Tião diz eu cumpro. Ele disse: "Leia", e eu estou lendo. Aquela vida difícil de estrangeiro, a ditadura. Mas, Tião Viana, como é a vida e por que eu dou valor.

Serys, então eu estava certo que ficaria em Fortaleza; era novo, só a Adalgisa ganhou das cearenses, mas que elas têm os atrativos, têm.

Mas, atentai bem: eu ficaria como professor na faculdade, porque eu tinha sido monitor e haviam prendido o principal assistente como comunista, o que

ele não era. Ele nunca doutrinou; ele era um homem culto. Mas, na ditadura, havia isso. Então eu estava valorizado. Ficaria no pronto-socorro, tinha residência médica, era professor de cursinho, e a minha prima Luiza Távora, mulher do Virgílio – sabe como é – queria me agradar.

Tião Viana, olha o destino. O Professor Antero Coelho – vou fazer 40 anos e vou à festa –, um homem iluminado, tinha um carinho por mim porque tinha sido meu professor de Biologia no cursinho pré-universitário e depois, de cirurgia. Esse homem andou pelos Estados Unidos, Chile, era um intelectual e foi o primeiro reitor da Unifor, de Fortaleza. Mas, na época, ele era meu professor e eu estava no sexto ano, Tião, já certo de que ficaria em Fortaleza.

Você, Tião, é novo e não se lembra do DKW. Ô carro bom! Fortaleza é encantadora; os bicos, eu já tinha; eu era novo... Mas esse professor passou por mim e perguntou: "Moraes – não tinha nada de Mão Santa – o que você vai fazer?" Tião Viana, já contei o que me prende à universidade. Atentai ao que é um conselho. Daí o valor muito maior que dou ao Professor Tião Viana do que ao Senador Tião Viana. Ele passou – eu estava com um colega – e disse: "Moraes, o que você vai fazer?" Aí eu lhe contei sobre as propostas e que tinha uma residência no Hospital dos Servidores do Estado. Eu nunca me esqueci disto, Tião Viana. Ele me olhou e disse: "Ô, Moraes, você é casado, vai casar, está precisando trabalhar?" Eu, na minha espontaneidade, que a Serys conhece, disse: "Não, professor, ninguém precisa de mim, não. Eu sou o mais novo. Meus irmãos me dão as coisas. Ninguém está precisando de mim". Sabe o que ele disse? "Vá-se embora. Se você ficar aqui... O Professor Haroldo o está convidando para ser médico residente no hospital dele porque você tem boa educação, bons costumes e é bom para ele. Mas, se você não cortar o cordão umbilical, você ficará sempre dependente. Você tem de se libertar e de ser livre. Vá para o Hospital dos Servidores". Olhe o que ele disse, Tião, com tanta ênfase: "Mesmo que você não estude, que não faça nada, só andando lá, por osmose, você vai evoluir muito, vai ganhar muito, vai aprender muito. Vá-se embora".

Serys, diante desse aconselhamento do Professor Antero Coelho, titubeei e fui. E realmente foi a melhor coisa que fiz na minha vida: a residência médica, Tião Viana.

Política está no sangue. A residência médica do Hospital dos Servidores do Estado era a melhor. Meus maiores colegas de vida são dois gaúchos: um, de Dom Pedrito, Léo Gomes, que nunca mais vi – às vezes, ele me telefona; quando sou eleito para algum cargo, ele me cumprimenta –, e Jaime Pieta, que foi presidente

do HSE. Mas a vocação política é tamanha que, além dos plantões que eu dava no hospital, como médico residente... Ô, Tião Viana, daí eu senti na pele. Eram 13 plantões por mês.

Dava o plantão, Serys, e, às 7 horas, entrava numa sala de cirurgia para cumprir a agenda e auxiliar um cirurgião. Treze plantões! E ainda dava mais plantões porque eu tinha a idéia fixa de voltar para o meu Piauí. Não voltei por necessidade de emprego, não; voltei por amor às minhas origens, às minhas raízes, como V. Ex^a fala do Mato Grosso, como o Senador Tião Viana fala do Acre. As raízes!

Tião Viana, além desses plantões, eu dava um como voluntário com o Jaime Pieta na Maternidade Carmela Dutra, que havia no 7º andar. Porque eu ia para o Piauí e tinha que saber um pouco de obstetrícia. Entendeu, Senador Tião Viana? Ia como voluntário. Na realidade, nós dávamos mais plantões. Porque toda sexta-feira com Beethoven Matos, com Louro, com aqueles que escreveram o "**vade mecum**" da obstetrícia, o Grelle, Senador Tião Viana. Então, eu dava plantão voluntário com eles.

O Jaime Pieta era candidato a médico presidente do Hospital dos Servidores do Estado. Éramos uns 300 médicos de toda especialidade. Serys, a eleição nacional era no Hospital dos Servidores do Estado. Havia um paulista na chapa – eles haviam feito chapa única. E eu não gosto desse negócio. Olha, Senador Tião Viana, foi a maior vitória. Andando com Pieta, nos plantões à noite, eu disse: "Rapaz, amanhã, haverá essa eleição. E nós não vamos deixar esses paulistas ganharem aqui no Rio, não". Porque, naquele tempo, eu vestia a camisa do Rio de Janeiro, Senador Tião Viana. E ele: "Mas como? A reunião é amanhã e já está tudo chapa batida". Eu disse: "Não; nós vamos é ganhar. Como é que nós vamos perder uma eleição no nosso torno, aqui no HSE? Não vai ser aqui a eleição?" Ele disse: "Não, mas não dá". Eu disse: "Não dá como?"

Nós temos candidato. Ele perguntou: "Quem?" E eu disse: Você! Você não estava fazendo campanha para ser médico residente deste hospital? É só amanhã nós arregimentarmos todos os residentes do hospital, e esse paulista não terá voto para ganhar de você. Você é o candidato. Se iam votar em você para médico residente aqui...

Senador Tião Viana, houve a eleição, e Jaime Pieta* venceu o paulista, que já tinha ido para tomar posse. Eu acompanhei de perto essa Associação dos Médicos Residentes, Senadora Serys Slhessarenko. Os dirigentes dela eram puros e identificavam os hospitais que podiam dar residência médica. Essa Associação é pura, é composta de médicos residentes, e seus conselheiros são todos professores e ex-médicos

residentes. É uma instituição pura. Eu acompanhei o Jaime. Eu fiz dois anos de residência, e ele ficou no terceiro. Hoje ele é ginecologista em Porto Alegre – encontrei-o outro dia em uma viagem –, o irmão dele é Prefeito de Guarulhos. Jaime Pieta é uma pessoa fabulosa. Então, os hospitais eram classificados pela Associação dos Médicos Residentes. O médico residente trabalhava muito, mas havia uma exigência, que deveria haver docentes responsáveis pela residência, pois a contratação de residentes não poderia significar apenas mão-de-obra barata e responsável como queriam muitos hospitais privados. Era um trabalho sério e qualificado, Senadora Serys Sihessarenko.

Fiz alguns pedidos ao Senador Tião Viana, pedidos puros e sérios. Eu não sou nada. Eu votei foi em Lula no primeiro mandato. Eu sou contra a corrupção, contra essa bandidagem, contra essa safadeza e pela verdade.

V. Ex^a foi vítima, e eu fui um dos primeiros a solidarizar-me com V. Ex^a.

Vi a Senadora Ana Júlia Carepa com os olhos cheios de lágrima, em cadeira de roda. Vitoriosa, ela me cumprimentou e abraçou – ela também foi vítima, e eu, do outro lado, desta tribuna, fui solidário.

Está aqui o Senador Aloizio Mercadante, que sempre respeitei porque penso que é um homem honrado, íntegro, correto e firme. Penso até que a idéia dele vai coroar o Bolsa-Família. Refiro-me àquele debate qualificado de que ele tanto falou, que ele sempre ensinou e pregou. É hora do debate qualificado sobre essas bolsas. É o que penso.

Eu sou do PMDB, mas do PMDB histórico, que foi contra a ditadura, do PMDB de Ulysses, de Tancredo, de Teotônio, de Juscelino, que foi cassado. É esse PMDB que represento. Não sou majoritário, nunca fui. Nunca a Liderança me indicou para nada, mas o povo me indicou para trazer a voz de Ulysses, para trazer a voz de Teotônio, para trazer a voz Tancredo e a de Juscelino.

Muitas vezes, Mercadante me chamou para dar **quorum**, e eu o atendi. Evidentemente, da tribuna, eu manifestava o meu voto de acordo com a minha consciência, mas 90% das matérias eram boas, e votei satisfeito. Votei a favor algumas vezes e poderia votar contra. A Senadora Serys votou, às vezes, a favor, mas se constrangia. Essa é a verdade.

Senador Mercadante, acredito em Deus, acredito na verdade, acredito no estudo, por isso o respeito que tenho por V. Ex^a, pelo Senador Tião Viana, pela Senadora Serys. Também acredito no trabalho. Acredito no estudo e posso dizer aqui que renunciaria se não... Penso que o Senador tem de ser o pai da pátria, e estamos aqui para ensinar.

Posso dizer que, fazendo uma reflexão sobre a História – não é mérito meu, mas da professora Maria da Penha que me ensinou História, e do professor Benedito Jonas; eles me ensinaram, e eu aprendi –, o Brasil passou por grandes transformações, Senador Mercadante.

Ninguém – assim o entendo – escolhe a época de governar. Houve o período das capitâncias hereditárias, dos Governadores Gerais e dos reis. Cada época teve o seu significado. D. Pedro I tornou o Brasil independente. D. Pedro II garantiu a extensão e a unidade do Brasil. Olhem o mapa da América do Sul e da África, onde o território foi todo dividido. D. Pedro II garantiu a unidade ao Brasil, Nós, os piauienses, expulsamos os portugueses numa batalha sangrenta.

Professora Serys, a História se repete. Getúlio Vargas, com sua participação, valorizando o trabalho, escreveu a mais bela página de nossa História dando à mulher o direito ao voto. Valorizou a mulher e o trabalhador. Ele foi chamado o pai dos pobres e dos trabalhadores e teve a sua época. Depois veio Juscelino, cujo Governo foi marcado pelo otimismo, pelo desenvolvimento. A época do Presidente Sarney foi marcada pela redemocratização. Quanto a Fernando Henrique e Itamar, será preciso fazer exame de DNA – quem sabe é o Senador Mercadante – para saber quem combateu a inflação. Foi um dos dois, não interessa qual deles.

Houve também a participação da mulher – está aí a Senadora Serys como exemplo. A Princesa Isabel escreveu a mais bela página de nossa História, concedendo a liberdade aos escravos. Mas isso não aconteceu de um salto só, para se chegar a essa liberdade. Houve a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre Livre e, depois, a Lei Áurea, que libertou os escravos. Todos participaram.

Votei contra o Lula. Neste País precisa haver Oposição. Eles sabem que não vão me comprar com um cargo. O Senado tem 180 anos, e só há o busto de um ex-Senador neste plenário, só um foi homenageado. Quantos passaram por aqui em 180 anos, Mercadante? Rui só fez parte do Governo, ajudou na libertação dos escravos, na República. Participou do Governo de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto, depois foi para a Oposição. Os militares queriam que ele continuasse – eram só militares –, mas ele não quis. Quiseram dar-lhe o Ministério da Fazenda de novo, e ele disse: “Não troco minha trouxa de convicções por um ministério”. Ele disse isso e passou 32 anos nesta Casa, quase todo esse tempo na Oposição.

Então, Mercadante – atentai, iluminai –, o Brasil precisa ter Oposição. Permitam-me ser Oposição, mas com decência. Não somos oposição ao Brasil, ao povo;

somos oposição à corrupção, ao mensalão, à falta de ética, à falta de vergonha. Esses Deputados mensaleiros que estão aí não deviam ser cassados; deviam ser enforcados. Eu busco Deus. Quanto mais têm... O Crivella pode pensar que entende mais do que eu, mas sei que Deus disse mais ou menos assim: "quanto muito se lhe é dado, mais lhe é cobrado". Então, o povo já nos deu muito. Vivemos como príncipes tendo em vista as dificuldades que enfrentam os brasileiros.

Então, o Deputado, o Senador, a quem já foi dado muito, que entra nessas safadezas, recebe mensalão, ganha gorjeta em negócio de ambulância, deveria ser enforcado e não cassado, porque muito já lhe foi dado. E o pior é envolver todos nós, pois, só 5% das brasileiras e dos brasileiros acreditam no político. Eles envolvem pessoas puras como a Serys, como a Ana Júlia Carepa e tal.

Então, por tudo isso, sou radical. Eu acredito na história que represento. Ulysses disse que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. E tenho crença nisso. Não acredito em democracia. Dizem que o Lula ganhou; ganhou, foi uma vitória pessoal dele, Mercadante, mas atentai bem, eleição não é democracia; é um ponto da democracia, talvez o mais importante. Não posso dizer que o coração é a maravilha do corpo humano, não posso dizer isso, Serys. Ele é importante, é vida. Botam até o centro do amor lá dentro, o que não tem nada a ver. Eleição talvez seja simbolismo, mas não é democracia. Lula ganhou a eleição, mas a democracia não está ganhando no Brasil. Não está, porque a democracia começou com o povo, que gritou liberdade, igualdade e fraternidade.

Caíram os reis. O rei seria Deus na terra. Deus seria o rei no céu. E nasceu isso. Mas acabou o absolutismo. A inteligência humana, a inteligência do homem, Montesquieu dividiu o poder. Democracia é essa divisão de poder. Melhorou o Congresso? Não melhorou, Mercadante. Apesar do esforço de V. Ex^a e da honra da Serys, este Congresso está enxovalhado e envergonhado.

Ô Mercadante, eu fui a sua São Paulo. Eu fui homenageado pela instituição Ulysses Guimarães. Parlamentar naquele tempo tinha razão. Ele juntava tudo que era assembléia, câmaras, porque a ditadura não o deixava falar. Era um meio de falar. E há essa instituição que não tem essa função, mas no nome ela vive. Os homenageados quase todos hoje são empresários para bancar a festa. Pinçam um ou outro político. Eu fui pinçado por essa sociedade Ulysses Guimarães, como Senador. E falei. Tinha mais de dois mil, Mercadante, na sua grande São Paulo; aliás, o organizador disse que eram duas mil cadeiras e depois botou mais. Eu fui e agradeci. E fui aplaudido.

Ó, Serys, depois passaram a palavra aos Deputados Federais, gente boa de Campinas. Sabe o que um deles disse, Mercadante? O Mão Santa já falou, já agradeceu por todos nós. Depois, no uísque, porque **in vino virtus, in vino veritas**, ele dizia o seguinte: nós temos vergonha de botar o *button*, quando pegamos um avião para São Paulo, por causa do conceito do Congressista. Eu não! Eu ando com ele orgulhosamente. Mas hoje eu saí cedo para dar **quorum** e, com esse horário novo, não deu tempo de colocar.

É isso que nós queremos. Entendo que, como a Princesa Isabel, como todos os Presidentes, o Lula teve a clarividência.

Ô Mercadante, vamos entender: eu vim do Piauí, e o maior líder, Petronio Portella, disse para não agredir os fatos. O fato está aí: ele ganhou. Ele ganhou e ganhou bonito. Foi voto muito. Ganhou na minha cidade, ganhou no País todo, ganhou muito. Lógico que teve aparição.

Mas nós temos que fazer ganhar a democracia. Temos que melhorar este Congresso, frear as medidas provisórias. Temos que cassar e enforcar todos que fazem falcatura, que fazem roubalheira, que não têm ética e não têm decência. Temos que valorizar o Poder Judiciário. É como diz Aristóteles: que a coroa da Justiça, ô Serys, esteja mais alta do que a dos reis e brilhe mais do que os santos. Como Cristo disse: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça".

Uma pesquisa, Mercadante, a gente aprende em campanha... Eu queria ter trazido, mas eu fiquei tão transtornado, ô Mercadante, quando no comitê de Alckmin eu vi que só 30% do povo brasileiro "acredita" na Justiça e, nos políticos, só 5%. Graças a Deus eu sou médico que tem uma grande aceitação. E professor também tem, com toda justiça, Serys... Então é isto: nós temos que melhorar é tudo.

Olha, o Mitterrand... ô Professor Mercadante, todo livro que V. Ex^a indica eu leio. Outro dia eu li daquele americano, não é? Dick Morris, que V. Ex^a indicou e eu li. E eu quero lhe indicar um. Mitterrand, no fim de sua vida, escreveu um livro. Não escreveu porque ele estava quase moribundo de câncer, mas pediu a ajuda de um companheiro que ganhou o Prêmio Nobel. E ele, ô Professor Senador Mercadante, dava uma mensagem aos governantes: se voltasse a governar – ele que governou quatorze anos – iria fortalecer os contra-poderes. Fortalecer os contra-poderes! É isso que eu quero ensinar ao Presidente Lula. Ele não é Deus! Ele mesmo disse: eu sei. E eu quero passar isto que aprendi: fortalecer, moralizar, prestigiar este Poder e o Poder Judiciário.

Reconhecemos que ele avançou – como Princesa Isabel, como Getúlio, como quem venceu uma

inflação – e foi mais: viu a sobrevivência neste País injusto, injusto. Injusto, Mercadante, quando sabemos que 10% dos ricos têm a metade da riqueza da Pátria; 10% dos pobres têm 1%.

Antes da liberdade, da igualdade e da fraternidade, está a sobrevivência, e a bolsa família atingiu isso. Que ele fique como estadista e ouça Mercadante o debate qualificado. Vamos aprimorar esse avanço da democracia que foi a bolsa família!

Essas são as nossas palavras e quero oferecer, como sempre, aos grandes Líderes do PT, a nossa contribuição à democracia e à Pátria.

O nosso voto não está vinculado. Sei que tem um PMDB que gosta muito de cargos. Eu gosto muito é da Pátria, da democracia, da decência e da dignidade.

V. Ex^{as} terão o meu voto. Não gratuitamente. Mas por dever e obrigação à minha origem, que é o Piauí cristão; esse Piauí que procura escrever sua página sempre tentando elevar sua bandeira à Ordem e ao Progresso. Tanto isso é verdade que a nossa bandeira do Piauí tem as mesmas cores da bandeira do Brasil, com uma única diferença, Serys, é que lá só tem uma estrela. E essa estrela, sem dúvida nenhuma, representa a democracia, que temos que fortalecer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, por 20 minutos, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado a notícia divulgada hoje em todos os grandes jornais brasileiros, fazendo referência ao Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e reconhecendo uma melhoria do País nesse indicador de desenvolvimento humano no *ranking* estabelecido pela ONU, que envolve mais de 160 países.

Estamos falando de um fator que envolve quatro grandes critérios para definição de onde estará colocado o País. São os critérios de expectativa de vida, alfabetização de adultos, taxa bruta de matrícula e Produto Interno Bruto **per capita** em termos de dólares, reconhecido, para ter um critério único, em termos de paridade do poder de compra.

Então, nesses quatro critérios, o Brasil melhora a sua condição. O IDH nosso avança de 0,78 para 0,79. Entre 0 e 1 é o critério de desenvolvimento humano de um país estabelecido pela ONU. Quanto estiver

em torno de 1, como é o caso da Dinamarca, teremos um indicador ideal para o desenvolvimento humano do País.

E o Brasil tem melhorado. Se olharmos países como a Nigéria, que tem o IDH de 0,3 e olharmos a Dinamarca, cujo IDH está em torno de 1, verificamos que o Brasil está numa condição razoável. Mas, se olharmos a distribuição do desenvolvimento humano na média das mais de 160 nações, percebemos que nós estamos numa condição ainda não ideal, Senador Mão Santa. Ficamos em 69º lugar, o que, inclusive, representou a mobilidade de 1 ponto para menos, porque uma outra nação conseguiu taxas de desenvolvimento mais avançadas nesses critérios do que o Brasil.

O Brasil tinha como critério de referência – e apostou nesse critério – a taxa de alunos, na faixa etária entre 7 e 24 anos, que estavam sendo alfabetizados nas escolas brasileiras. Mas houve uma mudança, porque o critério passou a ser o da taxa de adultos no cálculo dos que não estariam matriculados nas escolas. Essa mudança de critérios, então, fez com que o Brasil tivesse um prejuízo. É com se a educação brasileira estivesse estagnada na década de 2.000. Essa é uma situação preocupante.

Quando nós olhamos de maneira mais ampla os critérios de educação, observamos que 6.000 professores universitários foram contratados; houve o aumento das verbas de custeio de modo efetivo, alcançando quase 100% de recuperação em relação à última década; e, se olharmos a extensão de novas universidades federais brasileiras, verificamos que 42 campus universitários foram instalados na educação superior do Brasil. Se esses critérios tivessem sendo acolhidos, nós teríamos um outro tipo de perspectiva. Mas, como os critérios não fazem parte, nós entendemos exatamente o desafio que temos em relação ao ensino médio e ao ensino fundamental. Seguramente, o Fundeb é um critério da maior relevância que hoje está na responsabilidade do Congresso Nacional, para que nós possamos ter um aumento de investimentos na educação brasileira nessa população alvo que é a do ensino básico.

Nessa população alvo, que é exatamente do ensino básico. Entendo que a responsabilidade é muito grande que temos pela frente. O Brasil precisa, efetivamente, acompanhar.

Surgiu agora um projeto de lei apresentado pelo Executivo, que chegou à Casa, a que fiz referência há uma semana, que diz respeito a uma área de desenvolvimento científico brasileiro, apontado pela universidade, onde poderemos sair do caminho do conhecimento e transferir para o caminho da tecnologia. A

tecnologia brasileira não tem a universidade como elo, não tem a universidade como matriz.

Esse projeto que o Executivo apresentou incorpora às universidades o que elas têm de projetos científicos em desenvolvimento, que sejam apresentados em um núcleo comum; esse núcleo comum passa a ser um observatório das grandes empresas brasileiras e aquelas que entenderem que determinados projetos tecnológicos estejam com identidade com seus propósitos de melhorar a sua produção, dar mais eficiência à sua produção, poderão fazer um investimento e obter uma redução eficiente daquilo que seria a sua contribuição sobre o lucro líquido, ao mesmo tempo, sobre o Imposto de Renda, numa oscilação de 17 até 85%.

Esse é um grande avanço dentro da expectativa de mais investimento para a educação brasileira. Agora estamos falando de um foco ainda no ensino superior. De fato temos que voltar ao foco do financiamento, com maior expectativa de crescimento do investimento Federal, tanto para o custeio como para o investimento puro, na área do ensino fundamental e do ensino básico. É exatamente o Fundeb um grande alavancador dessa expectativa que tem a sociedade brasileira.

Com isso, eu não tenho dúvida de que o Brasil poderá pular alguns dígitos dessa classificação na próxima avaliação do IDH, feita pelas Organizações das Nações Unidas.

Vale ressaltar aqui o que diz o diretor do IPEA Serguei Soares, que diz que o Brasil tem indicadores de desigualdade – quando o assunto ainda é a desigualdade, porque, de fato, existe uma concentração de renda perversa, violenta neste país –, o Brasil tem indicadores que estão nos mesmos patamares de desigualdade do Chile, da Colômbia e da África do Sul. Esse é um dado que nos coloca com muita compreensão sobre o que está acontecendo. Agora, o olhar sobre as desigualdades é muito distinto, de acordo com a técnica que é empregada, o método de observação que é feito por qualquer país que tenha esse critério a ser estudado e a ser valorizado em sua população.

Vale ressaltar que saímos de 0,78 de IDH para 0,79, o que significa um avanço muito grande no Brasil. Ele está entre as 83 nações com desenvolvimento humano médio da ordem de 0,5 e 0,80, o que significa que o Brasil poderá estar saindo das nações em desenvolvimento chamado médio para um patamar de desenvolvimento mais avançado, o que significa muito para nós.

Um outro dado importante, Senador Mão Santa, que é área comum a mim e a V. Ex^a, que tem sido um grande debatedor do sistema de saúde pública, olhando desde a condição de trabalho do médico brasileiro ao financiamento que o sistema de saúde gera aos ser-

viços médicos deste País, as condições de formação do médico brasileiro, como hoje V. Ex^a fez uma bela manifestação sobre o médico residente. Nós já fizemos residência médica, V. Ex^a, inclusive, fez uma, contou-me o próprio ex-Ministro Adib Jatene, com ele, com o Zerbini, no Hospital do Servidor do Estado na época em que havia o desenvolvimento da cirurgia cardíaca, um grande serviço no Hospital do Servidor do Estado. V. Ex^a sabe que 80% dos serviços médicos nos hospitais que têm a residência são feitos pelos médicos residentes. Nós sabemos que o médico residente é muito bem formado neste País.

Ao sair de um hospital de ponta na área da especialização, ele não aplica 10% do seu conhecimento, porque não há absorção do seu conhecimento nas unidades de saúde periféricas no Brasil.

Então, precisa, sim, de uma atenção das autoridades vinculadas à área. É o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde que têm a responsabilidade de acolher manifestações como a que V. Ex^a fez hoje.

Estou, inclusive, hoje indo com Secretário Executivo do MEC, às 15 horas – já convidei V. Ex^a – prestar a nossa solidariedade aos médicos residentes brasileiros, porque fomos formados também em residência médica, alcançamos nossas especialidades e sabemos o valor estratégico que esse tipo de atividade tem para a saúde pública do Brasil.

Portanto, V. Ex^a faz um ajuste e elevada homenagem. É mercedor do reconhecimento e do respeito de uma causa chamada saúde pública no Brasil. Aqui, na análise desses indicadores de desenvolvimento humano, temos também a distribuição de água, o acesso à água, o esgotamento sanitário, que é apresentado à sociedade brasileira.

Veja o que dizem esses estudos: 90% da população têm acesso à água, e o esgotamento sanitário atende em torno de 75%. Quando falamos em esgotamento sanitário, temos que distinguir a rede de canalização do esgotamento, o tratamento dos resíduos sólidos, as fossas sépticas, que são serviços individuais de proteção à qualidade e à transferência dos dejetos humanos, utilizados dentro de um domicílio, na área domiciliar ou prédio domiciliar.

Temos uma desigualdade assustadora quando olhamos para o Norte, para o Nordeste, para a Região Sul e para a Região Sudeste do Brasil.

Senador Mozarildo, que chega, também é um colega da área médica, preocupado, em seus mandatos, com a situação de saneamento básico e sabe exatamente o que quer dizer.

Veja o que diz aqui: "O Governo Federal admite a deficiência do saneamento básico, afirma que entre 2003 e 2006 destinou investimentos da ordem de

R\$12,9 bilhões para o setor de saneamento". Isso foi um grande avanço. Nós tínhamos como marco de financiamento para o saneamento básico brasileiro o Projeto Alvorada, que foi um grande projeto, mas que executou apenas R\$200 milhões. Foi um recurso muito bem apresentado, com cifras de bilhões de reais para financiar a atividade de saneamento no Brasil, mas materializou em sua execução em torno de R\$200 milhões. Veja o que diz aqui, em termos de contraste, a realidade do saneamento no Brasil: "Os 20% mais ricos desfrutam de níveis de acesso à água e saneamento comparáveis aos países ricos, enquanto que os 20% mais pobres do nosso País têm cobertura tanto de água como de esgoto inferior ao do Vietnã". Então, esse é o Brasil ainda das desigualdades gritantes, que tem a exigência de uma intervenção do Estado, e o Governo do Presidente Lula tem agido com essa atenção.

Quando eu olho hoje o potencial de financiamento que tem o Ministério das cidades, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fundo de Garantia dos trabalhadores – FGTS, e a Caixa Econômica, Senadora Serys, estamos falando da capacidade que tem o Estado brasileiro, através do seu Governo, de reunir, numa visão estratégica de saúde pública definitiva, entendendo o que diz o art. 200 da Constituição Federal. Esse artigo da Constituição declara que saúde e saneamento têm o mesmo fim, o mesmo resultado de qualidade de vida para a população, vinculados ao que preconiza a Organização Mundial de Saúde. Estamos falando numa capacidade de reduzir uma dívida que remonta R\$200 bilhões para recuperarmos os indicadores efetivos de saneamento do Brasil. Nós teríamos hoje que investir em torno de R\$20 bilhões todos os anos para pagar essa dívida nos próximos 20 anos do grande déficit que temos em relação ao saneamento básico neste País.

A dívida é muito grande. O Governo do Presidente Lula tem tido a preocupação justa, tem agido com grandeza e muita responsabilidade, mas tem que desobstruir.

Muitas vezes, no Ministério das Cidades chegam projetos dos Municípios que são solicitados e sugeridos pelo referido Ministério e, no entanto, passam por uma análise, por um conselho técnico e, no final, é dito que não há o fundo garantidor do FGTS e, portanto, o projeto tem que ser devolvido. No outro ano, é apresentada uma outra expectativa, novo gasto dos Municípios na apresentação de projetos. Vem o projeto aprovado tecnicamente e, mais uma vez, é recusado porque não há operacionalidade do financiamento de débito. Temos que superar esse tipo de barreira. Há o dinheiro e precisa ser desobstruído, e o Governo pre-

cisa chegar a sua atividade-fim, que é a execução do saneamento básico.

Matérias dessa natureza dizem respeito a uma grande responsabilidade social. Estamos falando de 1 milhão e 800 mil crianças que morrem todos os anos em função da crise da água. A água leva às hepatites, à leptospirose, às doenças diarréicas, às febres tifóides e a todas as patologias capazes de levar à queda da qualidade de vida e pôr em risco a vida de 1 milhão e 800 mil crianças que deixam de existir em razão da crise da água e do saneamento no Planeta.

O Brasil tem enorme responsabilidade: o seu IDH tem que estar inteiramente vinculado a mudanças de indicadores dessa natureza.

Já encerrando, concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a traz um dos assuntos mais palpitantes não apenas para o Brasil, mas para o mundo hoje. Entendo que nada mais perfeito para mensurar o desenvolvimento do que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que leva em conta a educação, o poder aquisitivo dos bens de consumo da modernidade, a mortalidade infantil, a longevidade, a renda **per capita**.

Mas V. Ex^a viu que houve avanços maiores. Quando governei o Piauí – para se ver como este Brasil evolui –, o Estado estava com IDH péssimo. Coloquei-o em 0,5. Penso que todos nós temos de trabalhar, como o Brasil está saltando, para tornar o IDH bom. Há o péssimo, o médio e o bom. V. Ex^a falou de um dado. Mas, como Shakespeare disse, "não há bem nem mal; o que vale é a interpretação". Água, 90%. Mas eu queria advertir este Governo de que a água potável não está chegando aos pobres. No Piauí, não fui só eu que expandi a água aos Municípios, aos bairros pobres. Mas, atentai bem, Tião: tem um tal de hidrômetro que o povo batizou de "ladrômetro", porque é cara! Então, a Bolsa-Família é sobrevivência, foi uma clarividência do Presidente Lula para combater a maior injustiça social. Mas ela dá R\$50,00 mais R\$15,00 por filho, são R\$45,00; total: R\$95,00. Mas tem a conta de água, que está muito cara. Então, tem de haver água, que, sem dúvida nenhuma, como V. Ex^a sabe, é mais importante para o IDH. A água é que é vida. V. Ex^a é médico e sabe que, em uma criança, 80% é água, em um adulto, 60%. De cem quilos, sessenta quilos são água. O pobre não está podendo pagar esta água. Eles apelidaram o medidor de "ladrômetro", porque às vezes nem tem água, mas o vento aciona e eles pagam uma conta que é maior do que o Bolsa-Família. Então, esta é uma preocupação que V. Ex^a traz. É algo extraordinário 90% da população poder recebê-la, mas a grande pobreza não está contente, porque ela é muito cara.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem muita razão em despertar essa sensibilidade às autoridades que trabalham na distribuição de água nos Estados e nos Municípios, porque nós temos este contraste: a população do Rio Grande do Sul tem um nível de excelência nos serviços de distribuição de água e saneamento, de modo geral. No Distrito Federal, há um nível também de excelência, incluindo o custo, as despesas com água. Mas, quando olhamos para o Polígono das Secas – estamos falando da área citada por V. Ex^a, seguramente –, área de 940 mil km², existe uma escassez absoluta de acesso à água.

Sabemos o que é o consumo **per capita** de água por dia, mês, ano e sabemos a distância que tem aquela população de adquirir direito básico para o acesso à água como um bem universal. Então, se é uma das Metas do Milênio o alcance da proteção e do direito ao consumo de água, temos que rever com muita responsabilidade alertas como o que V. Ex^a faz em termos de custo.

A água é um bem universal, o seu acesso tem que ser garantido. O Senado trava há pelo menos 16 anos o debate da titularidade, da concessão, e a Câmara dos Deputados também tem travado. Agora estamos tentando encontrar uma saída sobre a definição de titularidade, de concessão e de cessão de serviços efetivos de saneamento básico, incluindo a água. Temos que romper esses desafios.

O Governo do Presidente Lula tem avançado também em questões pontuais, como a das cisternas, na região nordestina. Mas temos que trabalhar muito mais, com muito mais pressa no investimento, porque ainda gastamos 0,3% do PIB com saneamento básico. Avançamos muito. No passado, era zero, zero, alguma coisa; hoje é 0,3%, o que corresponde a R\$12,9 bilhões nesse curto período que o governo do Presidente Lula fez. Avançamos muito, mas precisamos avançar muito mais para garantir os indicadores de direito de um bem universal como a água.

Então, o IDH, apontando os critérios que eu estabeleci, mostram um Brasil avançando, reduzindo as desigualdades, estando num patamar de desafio em relação à desconcentração da renda, à desconcentração de acesso, comparável hoje ao Chile, à Colômbia e à África do Sul, mas precisando elevar-se muito mais. Se avançarmos nos critérios e tivermos a educação centrada no financiamento, hoje dirigido como curva de crescimento para o ensino básico, para o ensino fundamental, nós vamos ter um resultado muito melhor no próximo IDH.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, só queria fazer um comentário. Con-

sidero fundamental essa reflexão que o nobre Senador apresenta a esta Casa e ao País, porque o IDH é um indicador, eu diria, decisivo para o planejamento das políticas públicas. Nós precisamos incorporar o estudo do IDH, inclusive regionalizado e municipalizado, como indicador de orientação de políticas públicas. O País tem que ter no IDH um objetivo fundamental das suas políticas sociais. E, ao fazer essa análise, destacar exatamente os desafios que estão postos, para que possamos continuar evoluindo com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, que é hoje reconhecidamente um indicador tão importante quanto o Produto Interno Bruto. Quando Amartya Sen e outros desenvolveram essa concepção da qualidade do desenvolvimento, foi exatamente para que nós tivéssemos novos parâmetros de orientação das políticas públicas. Por exemplo, por que não começarmos a discutir, no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de Participação dos Estados (FPE), além de a orientação diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda **per capita**, o indicador IDH como, por exemplo, o indicador de repasse de recursos nas políticas sociais? Então, quero parabenizar a colocação, o realismo e também a esperança que V. Ex^a apresenta nessa análise e destacar que considero que esse é um instrumento muito importante para darmos um salto de qualidade nas políticas públicas do País.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que é sempre uma referência quando o assunto é a luta contra as desigualdades, a confiança e caminhos para um novo Brasil. Em um livro recente de sua autoria, **Brasil Primeiro Tempo**, V. Ex^a anteviu esse desafio que estamos vivendo. E temos a chance de viver o segundo tempo agora no Governo do Presidente Lula.

Tenho certeza de que o meu pronunciamento fica engrandecido com a coerência e a manifestação também de desafio realista que V. Ex^a apresentou no aparte.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Aloizio Mercadante e, de imediato, pela Liderança do Governo, o Senador Romero Jucá.

O Senador Aloizio Mercadante dispõe de vinte minutos, inicialmente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna num momento importante da história do País, quando a democracia brasileira saiu vitoriosa pelo pleito que tivemos, que foi uma demonstração, primeiro,

de competência pela informatização das urnas, pela agilidade, pela falta de “conflitualidade” na disputa democrática, mas, sobretudo, pela intensa participação dos partidos, pela mais ampla liberdade democrática de expressão.

Saio particularmente realizado com o resultado dessas eleições, que, sobretudo, reafirmaram um caminho que eu acreditava ser o melhor para o Brasil. A vitória do Presidente Lula com quase 61% dos votos no segundo turno foi uma afirmação popular, um reconhecimento da sociedade e um estímulo para que se possa avançar no caminho trilhado ao longo desses quatro anos.

Quero dizer, no entanto, que a eleição acabou e que é importante as forças políticas descerem do palanque, para que possamos restabelecer, no âmbito do Parlamento e particularmente do Senado Federal, um ambiente que esteve presente no início do primeiro Governo do Presidente Lula.

Esta Casa foi fundamental no diálogo entre Oposição e Governo e na elaboração de políticas públicas. O que fizemos de aprimoramento do projeto de reforma tributária foram concepções e inovações construídas a partir do Senado, suprapartidariamente.

Aprimoramos o projeto de reforma da Previdência.

Inovamos o projeto de biossegurança, inclusive num impasse longo que existia em relação a como inovar a ciência e a tecnologia e estimular o investimento em pesquisa com a segurança que é necessária nesse caminho da biotecnologia.

Igualmente, propusemos a inovação na Lei de Falências, um estatuto jurídico de quase meio século sem alteração, construído por esta Casa e que hoje agiliza a solução de conflitos, diminui o custo jurídico das empresas e dá estímulo ao crédito e ao financiamento.

Podemos citar também o Estatuto do Desarmamento, que foi uma iniciativa nascida no âmbito do Senado Federal, no âmbito do Congresso Nacional e que foi fundamental para desarmar e criar uma cultura de paz e de não violência na sociedade.

Há uma lista longa de avanços legislativos que nós tivemos. Creio que esse ambiente de diálogo e de negociação e de disputa, a partir de propostas e de concepções, é fundamental que se restabeleça neste momento. Todo o meu esforço será feito no sentido de propor um debate que avance nessa direção.

É com essa intenção que venho a esta tribuna, porque considero que o maior desafio do novo Governo do Presidente Lula e do Brasil, neste momento da sua história, é constituir um pacto pelo crescimento econômico. O Governo definiu que o seu eixo será de

envolvimento econômico, inclusão social e educação de qualidade, mas não haverá desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade sem a força do crescimento econômico.

O crescimento é o maior desafio, não apenas deste Governo, mas, eu diria, da nossa geração. Isso porque nós somos o País que, de 1880 a 1980, sustentou a maior taxa de crescimento da economia internacional e a segunda taxa de crescimento de PIB **per capita**, perdendo apenas para o Japão. E, no entanto, nos últimos 26 anos, vimos trilhando taxas de crescimento extremamente modestas, quando não mais medíocres.

Pelo tamanho desta Nação, pelos recursos naturais que possui, pela sua base industrial, científica e tecnológica, pelo seu potencial agrícola, pela capacidade de produzir energia com menor custo ambiental, pela sua força de trabalho, pela criatividade de seu povo, não é possível nos acomodarmos nesse cenário.

Portanto, o grande debate neste início de governo, do meu ponto de vista, é definir qual o melhor caminho para o crescimento.

Vejo neste momento quatro posições que disputam, teoricamente, em concepção de políticas públicas, o caminho do crescimento econômico, e vou nominá-las, mas para facilitar o entendimento do que propriamente para estereotipar a posição.

A primeira posição é a que eu chamaria de concepção neoliberal. Tal concepção é muito bem defendida, por exemplo, recentemente, pelo economista – bastante competente e convicto desses valores – Gustavo Franco, que diz, bem como dizem todos os economistas reconhecidos neste País, que não haverá crescimento econômico acelerado se não aumentar a taxa de investimento da economia. A grande questão do crescimento é aumentarmos o que os economistas chamam de formação bruta de capital fixo ou a taxa de investimento da economia.

Vou dar alguns exemplos. O Brasil cresceu, de 1994 a 2005, a uma média de 2,7% ao ano, com uma taxa de investimento de 19% do PIB. O México cresceu de forma muito parecida com o Brasil: 2,9% do PIB, com uma taxa de crescimento de 20,1% do PIB. Portanto, investiu muito próximo e cresceu também muito próximo. O Chile foi um pouco além: teve uma taxa de crescimento de 5,1% do PIB e uma taxa de investimento de 23,1% do PIB.

A Índia cresceu mais: 6,5% do PIB e investiu 23,7% do PIB. A China cresceu 9,6% e investiu 36,1%. Portanto, não haverá crescimento acelerado se não aumentarmos a taxa de investimento.

Aqueles que advogam os valores e a concepção neoliberal entendem que o único caminho para alcan-

çarmos uma taxa de investimento próxima a 25% do PIB, pelo menos, para que possamos almejar crescer 5% ao ano, ou um intervalo entre 25% e 30% do PIB, para que possamos crescer, talvez, 7% ao ano, é o do setor privado. Ou seja, para se chegar ao Estado mínimo, deveríamos fazer um grande ajuste fiscal, aumentar o superávit primário, para reduzir carga tributária e abrir espaço para o setor privado cumprir esse papel.

Entendo que não há como o setor privado sozinho percorrer esse caminho, ainda que seja sim o setor privado a principal força motriz do investimento e do crescimento econômico. Dos cerca de 20% do PIB que temos hoje como taxa de investimento, 17,8% vêm do setor privado e apenas 2,2% vêm do setor público, incluindo aí o Orçamento Geral da União e as Estatais. Por isso, é o setor privado a grande força motriz. No entanto, para o setor privado poder alavancar o investimento, o Estado brasileiro terá que investir mais e, evidentemente, terá que desonerar para estimular o investimento privado.

Não compartilho dessa visão e não creio que poderemos avançar seguindo a idéia do Estado mínimo e a idéia de que só o setor privado será capaz de resolver a questão do crescimento.

De outro lado, há uma posição que basicamente defende o continuísmo da política econômica. Considero que a política econômica do primeiro Governo foi vitoriosa e quero aqui render minhas homenagens ao ex-Ministro Palocci e ao Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, que capitanearam esse período da história econômica. A política econômica foi vitoriosa. Foi vitoriosa porque, desde o Governo Médici, este é o primeiro Governo que assume o mandato sem ter crise cambial, sem ter ameaças no balanço de pagamento e sem ter o monitoramento do Fundo Monetário Internacional, que restringe a liberdade de ação e que foca toda a política econômica basicamente no pagamento da dívida.

Portanto, foi um grande êxito, por exemplo, a nossa política de comércio exterior. Quero aqui render as minhas homenagens ao Ministro Furlan e ao Ministro Celso Amorim – que conduziram a política externa sempre sob a orientação do Presidente Lula – porque nós conseguimos mais que dobrar as exportações. Hoje, temos reservas cambiais superiores a US\$75 bilhões, “pré-pagamos” a dívida com o FMI, reduzimos o estoque da dívida externa, especialmente da dívida externa pública, e o País tem uma condição que não teve ao longo de mais de 30 anos, que é um balanço de pagamento e contas externas resolvidas para pavimentar um caminho de crescimento sustentável.

E mais: conseguimos não apenas liberar a política econômica – exatamente por superarmos a vulnerabi-

lidade das contas externas e por não termos mais as restrições do Fundo Monetário Internacional – como avançamos na estabilidade econômica. Hoje temos uma inflação inferior a 4% e a cesta básica com um dos menores custos da sua história recente. Isto significou poder de compra para o trabalhador, comida na mesa do trabalhador. O salário mínimo tem o melhor valor dos últimos 20 anos. Mais de 82% dos trabalhadores tiveram um reajuste acima da inflação com um ganho real de salário. Conseguimos ampliar o crédito consignado e o financiamento ao consumo. Conseguimos um programa, o Bolsa-Família, que atinge 11,1 milhões famílias. Tudo isso reduziu a pobreza em 19% e melhorou a distribuição de renda, tarefa que, durante quatro décadas, não foi alterada, em todo aquele período de crescimento sem distribuição de renda ou de crise, onde as coisas se agravavam para a população mais pobre. Nós alteramos a distribuição de renda.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, sou contra o continuísmo da política econômica. A política econômica que tivemos nesse período foi uma política de transição, uma política que cumpriu o seu papel; foi uma política que estabilizou a economia. Isso ocorreu, basicamente, porque nós fizemos um superávit primário crescente, para reduzir o crescimento da dívida pública, e conseguimos estabilizar a dívida pública na relação com o Produto Interno Produto. Além disso, atacamos com a política externa numa nova orientação, explorando novos mercados como a América Latina os países da África e da Ásia. E vejo que, no segundo Governo, temos que explorar mais a União Européia, os Estados Unidos e o Japão porque, se é verdade que o nosso volume de exportação, a taxa de crescimento de exportação para Estados Unidos, Japão, União Européia e Canadá é a mesma do crescimento mundial nesses quatro anos e nós crescemos, basicamente, para as outras áreas do mundo, temos que olhar mais e continuar explorando os mercados e a relação sul-sul, como fizemos.

Essa política econômica não vai permitir o crescimento de 5% ao ano, que é a meta do segundo Governo. Não vai permitir. Não adianta continuarmos apenas aumentando o superávit primário, fazendo ajuste fiscal e buscando combinar essa política monetária com a política fiscal que aí está, porque não chegaremos ao crescimento de 5%.

Vejo, no entanto, duas alternativas desenvolvimentistas que debatem um novo caminho para a política econômica no Governo. Uma primeira posição, que eu chamaria de velho desenvolvimentismo, tem, basicamente, a seguinte expectativa: vamos explorar os espaços da política monetária, porque eles existem.

Quero aqui fazer um parêntese. Eu defendi a política econômica durante quatro anos, como Líder do Governo. Escrevi um livro para dizer que os resultados do Governo tinham um imenso alcance social, quando a maioria dos analistas da imprensa, uma parte importante dos veículos de comunicação e das lideranças deste País não enxergava a qualidade do Governo, não via as repercussões sociais e não imaginava que poderíamos vencer as eleições como vencemos.

Durante o Governo anterior, eu, por exemplo, critiquei quando o Conselho Monetário Nacional, Fazenda e Banco Central estabeleceram metas de inflação extremamente baixas, que exigiam uma carga de juros muito elevada, que levavam o Banco Central a uma posição conservadora de que não quer correr nenhum risco com a inflação, mas transfere o risco para o Tesouro Nacional e para o PIB, como aconteceu em alguns momentos do período anterior.

Tanto é verdade que eu tinha razão no debate sobre meta de inflação que eles tiveram de rever a meta ao longo de 2005, para uma meta mais realista, e hoje estamos com a inflação abaixo da meta.

Mas o que é o velho desenvolvimentismo? É imaginar que apenas baixando os juros vamos poder gastar mais, investir mais, vamos impulsionar o crescimento econômico, aumentar a oferta de bens. Portanto, a relação dívida pública/PIB vai melhorar pelo aumento do denominador, pelo crescimento do PIB, a inflação não voltará e, com o crescimento, vamos acomodar as pressões inflacionárias.

Acho, Senador Tião Viana, a quem em breve concederei a palavra, que o caminho do velho desenvolvimentismo pode, sim, levar ao crescimento, mas podemos ter uma bolha de crescimento. Podemos ter uma primeira expansão do PIB, estimulado pelo gasto, pelo investimento público, pela redução dos juros, mas assistiremos a uma pressão inflacionária, assistiremos, seguramente, a uma deterioração das finanças públicas, o que ainda é o maior obstáculo econômico ao crescimento acelerado sustentável, e o Governo poderá se ver, no momento seguinte, obrigado a fazer um ajuste fiscal ainda mais severo, comprometendo e abortando não só o crescimento, mas num momento político muito mais difícil, porque o melhor momento de todo governo é o seu início. Não acredito que esse seja o caminho mais promissor e vejo, às vezes, uma expectativa quase que de um certo romantismo econômico, como se fosse possível simplesmente baixar os juros, aumentar o investimento, continuar aumentando o gasto corrente e imaginar que não teremos pressão inflacionária e teremos um crescimento acelerado.

Eu advogo outro caminho. O caminho que proponho, seguramente, não é o caminho mais fácil, nem

para o Governo, nem para o Senado Federal, mas acho que é o mais sólido, o mais consistente, o mais sustentável, o mais promissor. O caminho que eu defendo para esse pacto do crescimento exigirá, sim, sacrifícios, especialmente do Estado brasileiro, mas trará resultados que serão extremamente compensatórios para as exigências e os sacrifícios que deveríamos fazer neste início de Governo.

O que defendo, Senador Tião? Defendo o que eu chamaría de um novo desenvolvimentismo, porque é verdade que o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek foi um grande momento da história econômica. Brasília, o parque automotivo, a estrutura de transportes rodoviário e ferroviário, a indústria naval, aquele grande salto na industrialização, a indústria automotiva, a eletroeletrônica, de bens de capital, os 50 anos 5, a herança que ficou foram essas realizações. Porém, por outro lado, houve uma grave crise financeira do setor público, um período de instabilidade inflacionária, o Governo João Goulart não conseguiu reverter o quadro de instabilidade, o Plano Trienal foi a última tentativa organizada – San Tiago Dantas e Celso Furtado – para estabilizar a economia, e o que tivemos depois foi o Paeg, a ditadura militar, a intervenção dos sindicatos, o arrocho salarial, a censura e uma política de estabilização com repressão, que veio a partir de 64.

Eu diria que um novo desenvolvimentismo exige, neste momento da história, o mesmo compromisso histórico com o investimento que tivemos nos grandes momentos da histórica econômica deste País. O foco da política econômica, da política orçamentária é o investimento, tem que ser o investimento, porque só o investimento, com as inovações científicas e tecnológicas, será capaz de impulsionar o crescimento sustentável do País.

Agora, como aumentar a taxa de investimento? Primeiro, cortando gastos de custeio, reduzindo os gastos correntes, contendo essa expansão dos gastos correntes, porque o investimento virou a variável de ajuste do Orçamento, uma variável de ajuste que hoje representa apenas 0,6% da taxa de investimento do País. Não há espaço para investimento no Orçamento. Temos que lutar por esse espaço no Orçamento. Por isso, não acho um bom caminho da Comissão de Orçamento tirar o redutor dos gastos correntes. É muito cômodo caminhar nessa direção, mas na hora em que tiramos o redutor, seguramente, vamos assistir a um Orçamento que vai comprometer ainda mais a capacidade de investimento. Não haverá crescimento acelerado sem investimento público. Portanto, temos que reduzir o gasto corrente. Como? Minha sugestão é que se crie um grupo de trabalho em cada um dos ministérios, não apenas para conter a expansão do

gasto corrente, cortar onde for possível as atividades-meio, enxugar o que for possível enxugar, mas também, e principalmente, aumentar a produtividade do gasto público, aumentar a qualidade do gasto público, para poder manter as políticas sociais e atendermos parte dessas demandas.

Dou um exemplo, Senador Tião Viana. No primeiro Governo Lula, foram criadas 43 expansões de ensino superior, novos **campus**, cinco universidades federais, seis mil professores universitários contratados, mais de 200 mil bolsas de estudo do ProUni. Acho que nós temos que expandir o ProUni, porque é muito barato: é, basicamente, compensação fiscal com vaga, e o custo marginal é muito pequeno.

Mas não dá para manter o ritmo de expansão do ensino superior que tivemos no primeiro Governo Lula. Qual é a solução para manter a expansão do ensino superior? Temos um professor para 16 alunos, em média, na universidade federal brasileira. Na UFRJ, um professor para 12 alunos. Na França, é um professor para 32 alunos. Se estabelecermos que a meta é, em quatro anos, atingir o parâmetro francês, vamos dobrar o número de alunos em sala de aula, vamos abrir curso universitário noturno nas universidades federais que não têm. E, aumentando a eficiência da universidade brasileira, não teremos o aumento do gasto corrente e poderemos, sim, atingir a meta de um professor para 32 alunos, dobrando o volume de alunos atendidos sem aumentar o gasto corrente. Estou dando esse exemplo porque ele serve para a saúde, para a educação, para todas as áreas do Governo. Aumentar a eficiência e a produtividade, mas não aumentar o gasto corrente.

Segundo, precisamos avançar na reforma da Previdência Social. Esse é um tema muito difícil socialmente e muito delicado politicamente, porque, em um país tão desigual como o nosso, a Previdência Social, especialmente o Regime Geral do INSS, é um instrumento de distribuição de renda, é um instrumento de combate à pobreza. Gastamos com o INSS, quer dizer, o orçamento da Previdência Social foi 7,5% do PIB em 2005, R\$146 bilhões, e, com o regime próprio, União, Estados e Municípios, 4,4% do PIB, R\$85,3 bilhões. No total, no sistema previdenciário – não podemos somar porque são coisas distintas, mas apenas para ter uma idéia integral –, gastamos 11,9% do PIB e, dependendo da Loas, vai a 12,5% do PIB este ano, R\$231,3 bilhões no ano passado, e só temos 8,8% da população com mais de 60 anos. Países que têm 25% da população com mais de 60 anos têm gastos próximos ou até inferiores ao Brasil. Se não enfrentarmos a questão da previdência social, inclusive a sustentabilidade, porque estamos na idade de ouro demográfica – no melhor

momento do sistema previdenciário – e não podemos ter um padrão de gasto como esse...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Peço só um tempo para concluir, Srª Presidente.

Se não enfrentarmos esse tema, não teremos capacidade de alavancar o investimento. Não podemos continuar com uma média de aposentadoria no País de 53 anos. A longevidade está aumentando a cada ano. A população cada vez vive mais. Infelizmente, não podemos seguir nesse caminho.

É evidente que temos de preservar os mais pobres, as políticas sociais, a Lei Orgânica, o Estatuto da Terceira Idade, programas essenciais ao combate à pobreza. Mas esse é um tema que deveria entrar na agenda. Eu não diria, aqui e agora, qual proposta. Mas temos de debater o equívoco, por exemplo, do reajuste de 16% das aposentadorias e pensões em um quadro que sabemos que não é sustentável.

Por isso, apelo para aprofundarmos o debate, Oposição e Governo, em torno de uma agenda, como aumentar a eficiência, como reduzir o gasto corrente, para se aumentar o investimento.

Na mesma linha, proponho que o Ipea – e sei que minha proposta foi muito bem recebida no Ipea –, junto com o Tribunal de Contas da União, seja uma agência de avaliação da qualidade da política pública, estabeleça indicadores de produtividade não só para a União, mas para os Estados e Municípios, para os critérios de repasse de recursos. Já existe isso em outros países. Agências avaliam a qualidade das políticas públicas, parâmetros de produtividade, de eficiência, de qualidade do gasto, para que possamos aprimorar a qualidade do gasto público.

Junto com a redução do gasto corrente, eu defendo que nós avancemos na reforma tributária. O ICMS, hoje, além da irracionalidade de 28 Códigos Tributários, estimula a importação e penaliza a exportação. Como está a Lei do ICMS. Ele estimula uma guerra fiscal que custa pelo menos R\$25 milhões ao ano. E nós temos, agora, a nota fiscal eletrônica a ser implantada, que vai permitir calibrar as alíquotas para o destino. Em dois ou três anos, nós temos a verdadeira dinâmica tributária do País, e podemos dar um salto de qualidade na reforma tributária. Vamos enfrentar o tema da reforma tributária e concluir esse capítulo para o qual o Senado tão bem contribuiu.

Da mesma forma, defendo novos mecanismos de financiamento da economia. A Eletrobrás já é uma *holding*, e devia ser uma *holding* ainda mais robusta, com todos os ativos energéticos do Estado brasileiro unificados, com uma gestão profissionalizada, para se

tornar uma Petrobras de energia, para alavancar capacidade de financiamento de energia, para poder suprir um dos gargalos de investimento, que é o constrangimento energético que se projeta para o futuro. Penso que devíamos discutir um fundo de financiamento que alocasse recursos do FGTS, que tem um patrimônio líquido de R\$22 bilhões, recursos do BNDES, Banco Mundial e do BID, a fim de alavancarmos o financiamento público e criar, com isso, mais capacidade de fortalecer a logística e a capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, aproveitando a experiência do Plano de Metas, o Governo deveria construir um grupo de trabalho interministerial, ligado à Casa Civil, de alto nível, para acompanhar os projetos estruturantes.

Com relação à siderurgia do Ceará, o que falta para viabilizar? Vamos criar um grupo que trate prioritariamente dessa questão. A refinaria em Pernambuco, o pólo petroquímico do Rio de Janeiro, os investimentos da Norte–Sul ou da Transnordestina, na área ferroviária, ou o Ferroanel, na Grande São Paulo, os projetos na área de papel e celulose, bastante promissores, ou na siderurgia. E acompanhar, como nós fizemos no passado, com agilidade, de forma interministerial, a alavancagem do investimento privado. E aí têm razão aqueles que pedem que voltemos a discutir o marco regulatório, que voltemos a discutir o papel das agências reguladoras em termos da sua profissionalização, para criar um ambiente que estimule o investimento privado no Brasil.

Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito hoje ao ver o nosso Ministro da Fazenda, Guido Mantega, falar em um plano fiscal e em desoneração dos investimentos. Nós desoneramos a cesta básica de forma, eu diria, até corajosa, no setor da construção civil, de material de construção, mas a prioridade da desoneração tem que ser o investimento. O investimento tem que ser o foco de esforço do Congresso e da sociedade.

O que eu proponho, portanto – para dar a palavra a todos –, não é seguramente o caminho mais cômodo ou mais fácil. Eu proponho uma agenda pesada de discussão, uma agenda de esforço, de criatividade, para reduzir gastos correntes, para aumentar o investimento público, para aumentar a produtividade e eficiência do gasto, para aprimorarmos a gestão das políticas públicas, o IPEA como um grande instrumento, com grupos de trabalho em todos os ministérios, da mesma forma que novas formas de financiamento do setor público. Vejo que este País tem todas as condições de voltar a crescer aceleradamente.

Se tivermos coragem política, não nos acomodarmos com as restrições e as dificuldades políticas

que se apresentam numa agenda como essa, seguramente colheremos frutos promissores, tanto na política monetária, reduzindo de forma sustentável os juros, que hoje consomem de mais de 8% do PIB, para alavancar o investimento público, cresceremos com estabilidade, contendo a inflação e de forma sustentável. O Brasil voltará a ser o que foi durante tanto tempo na história, um dos grandes motores do crescimento da economia mundial.

Ouço o Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a traz para o debate um tema que foi centro de discussão da própria eleição: crescimento econômico e o rumo da economia que o País precisa ter, e tema também da discussão não apenas dos partidos aliados do Presidente Lula no novo Governo que se começa a montar, mas também dos partidos de Oposição. Ouvimos discursos de diversos segmentos dos partidos de Oposição na mesma linha, que é a linha da busca do crescimento, da responsabilidade fiscal, enfim, de todas as questões que V. Ex^a levantou. E V. Ex^a levantou caminhos importantes. São importantes, nesses quatro anos, os ensinamentos, as medidas tomadas, os avanços feitos. Mas é claro que, nos próximos quatro anos, vamos ter que ousar mais, buscando o crescimento, a taxa de investimento, enfim, todos esses parâmetros que V. Ex^a tão bem compara, inclusive com dados internacionais, a fim de mostrar que não adianta querer descobrir a pólvora de forma diferente do que é feito mundialmente. Não será possível, em meu aparte, permear todos os temas colocados aqui, mas, sem dúvida alguma, as reformas precisam ser construídas, e construídas com o apoio da Oposição. V. Ex^a dá um exemplo. Eu conversava com o Senador Arthur Virgílio esta semana a respeito da busca de um novo caminho de construção dessas transformações, como, por exemplo, a votação que está ocorrendo na Câmara dos Deputados hoje, do reajuste de 16% para os aposentados, trazendo o mesmo reajuste do salário mínimo para a Previdência toda, o que inviabiliza a Previdência. Sei da situação da Previdência hoje, inclusive por ter passado pelo Ministério. Sabemos do desafio que se coloca para o futuro do País. E não é um desafio apenas para o Brasil; o modelo da Previdência é um desafio para o mundo todo. A reforma trabalhista também, e a reforma tributária, que aprovamos há três anos. Fui Relator, e V. Ex^a, como líder do Governo, conduziu as negociações. Avançamos. Avançamos no IVA, no fim da guerra fiscal, na uniformização do ICMS; enfim, em vários mecanismos de simplificação tributária, preparando o País para uma carga tributária menor e mais justa, que evite o planejamento tributário feito hoje. O País possui 27 legislações diferentes de

ICMS. É claro que as grandes empresas, com bons advogados, economistas e planejamento tributário, não pagam impostos; quem paga são as pequenas e médias empresas. Esta semana, demos um passo importante nessa simplificação, aprovando a Lei Geral das Microempresas. Naquele debate, fiz um apelo para que a Câmara dos Deputados vote a reforma tributária, que se encontra naquela Casa há três anos, para avançarmos, pois a reforma tributária é o embrião, contém os pressupostos das outras mudanças que vamos ter de realizar. O corte de gastos é algo que terá de ser feito. V. Ex^a tem razão.

Quanto à questão da energia, concordo com a visão de que se tem de juntar competências e recursos de investimento, para se ter realmente uma proposta em que a energia não se torne um gargalo. Vou falar nisso, daqui a pouco, no que diz respeito à Amazônia, porque estou inscrito, como Líder. Mas quero parabenizá-lo e dizer-lhe que, sem dúvida nenhuma, esse é o debate, entre os setores do Governo e Oposição, que tem que ser feito no início do próximo Governo. É fundamental que todos nós deixemos o processo eleitoral, já findo – e o Presidente Lula foi eleito com uma margem consagradora de votos –, para que possamos construir este País e ele avance. Daqui a quatro anos haverá outra eleição, e assim sucessivamente. Então, o processo agora não é mais eleitoral, mas de viabilização deste País no que diz respeito ao crescimento, à geração de empregos e enfrentamento de desafios. E V. Ex^a expõe muito bem tudo isso, direcionando, inclusive, caminhos técnicos e temas a serem debatidos com consistência, como deve ser. Então, eu parabenizo V. Ex^a pelas considerações que faz.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, penso que no período daqui até a posse, inclusive da renovação da legislatura, o Governo não pode discutir apenas a formação do seu ministério. O Governo precisa exatamente construir essa agenda mínima, essa agenda de convergência do País, sobretudo para o Poder Legislativo.

Hoje, vi, com muita satisfação, uma afirmação do Senador Arthur Virgílio, propondo um debate mais profundo sobre a questão, por exemplo, do Bolsa-Família, e compartilho dessa idéia. Penso que deveríamos discutir o aperfeiçoamento das condicionalidades na área da educação; deveríamos discutir a porta de saída da inclusão produtiva do Bolsa-Família antes de tomarmos uma medida apressada, qualquer que seja ela. Deveríamos criar uma subcomissão para discutir o Bolsa-Família; criar uma comissão para retomar a discussão da reforma tributária.

Ontem, ouvi o Governador Aécio Neves dizer da disposição de Minas de caminhar na unificação do

ICMs, que é basicamente um problema entre o pacto federativo, mas não tivemos essa disposição dos Governadores durante esse período. Portanto, vamos retomar a unificação do ICMs como o grande instrumento da reforma tributária.

Sr. Presidente, para concluir, nessa questão da reforma previdenciária, penso que devemos fazer um diagnóstico mais aprofundado, fazendo uma comparação do nosso modelo com o de outros países.

Como se manter essa responsabilidade social do sistema previdenciário com racionalidade econômica, de forma a permitir a geração de emprego no País? Os grandes penalizados por essas distorções do gasto público são os nossos jovens, que não têm expectativa de emprego: 85% dos jovens presos são semi-analfabetos, não têm seis anos de escolaridade. Pobres! Essa é a violência que está posta.

Quer dizer, a oportunidade de emprego depende de investimento, de crescimento. Essa é a grande questão do Brasil, neste momento. Se crescermos, vamos ter mais recursos para todas as políticas sociais. Mas, neste momento, há que se cortar custeio e aumentar investimento, repensar as formas de financiamento, aumentar a produtividade e eficiência e não expandir o gasto corrente. Não cresceremos se não priorizarmos o aumento da taxa de investimento do País.

Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a tem toda a razão quando diz que precisamos crescer, mas há de convir que, nestes últimos quatro anos, tem sido feito um esforço enorme para se encontrar desperdícios na administração pública. Penso que, mesmo se tivermos, hoje, nos ministérios do Governo, equipes, tribunais de contas e outros organismos que foram criados, fiscalizando os gastos públicos, vamos encontrar muito pouco para cortar. V. Ex^a há de convir que nossos hospitais, nossas escolas, nossas estradas, enfim, o serviço público que estamos prestando neste País é deficitário, é ruim, é mal. V. Ex^a não contempla a hipótese de, diminuindo os juros, termos a necessidade de diminuir também o superávit primário, este, sim, o recurso que nós tiramos da sociedade. Senador Mercadante, eu não me preocupo muito quando a conta de juros é alta, porque ela é contábil. Qualquer pessoa hoje que vai comprar uma empresa tira do banco, por exemplo, R\$100 milhões, que estavam aplicados a juros. O sujeito que recebe esse dinheiro vai voltar com ele para o mercado financeiro. Então ele tem outra coisa a fazer: vai aplicar a juros de 13%, 14%, 15%, 16%. No fundo, o recurso é contábil, mas o superávit primário não. Esses são recursos que nós tiramos do pagamento de impostos, sobretudo de pobres, de impostos indiretos, e não devolvemos a eles em forma

de serviços. Quando V. Ex^a indica o caminho do corte de custeio, penso que vamos piorar os serviços públicos neste País. E quem precisa de serviços públicos são os pobres, pois as pessoas ricas têm escolas privadas, têm planos de saúde e acabam se virando. O Presidente Lula deu, esta semana, uma entrevista em que dizia que, ao invés de procurarmos onde cortar, nós deveríamos procurar como crescer. Os governos estaduais também estão hoje numa situação aflitiva, porque, se não renegociarem a dívida pública, todos eles assumem com déficits tremendos. Mal vão poder pagar a folha de pagamento. Acho que V. Ex^a tem toda a razão quando propõe um debate profundo. Mas é preciso encontrar novas fórmulas. Mais sacrifícios de parte daqueles que dependem do serviço público poderá levar nosso País não ao crescimento, mas a um índice de violência maior ainda. V. Ex^a é de um Estado que viveu, nesses últimos tempos, momentos dramáticos. Eu já tenho vivido isso cotidianamente desde que assumi o mandato de Senador. Agora mesmo, em Nova Iguaçu, estamos com um ônibus seqüestrado, cercado pela polícia, e dentro do ônibus mais uns tantos desempregados. Por isso, eu peço a V. Ex^a que reflita também sobre esse aspecto. Concordo com V. Ex^a em que, sem crescimento, não há solução para este País. Baixamos a taxa de juros em 10%, pois, quando assumimos o Governo era 26% e, hoje, estamos com ela em torno de 13%, 14%. Não fizemos crescer o País baixando a taxa de juros. V. Ex^a tem razão quando diz que precisamos fazer investimento público. Nos Estados Unidos, de onde voltei há quinze dias, eu vi na televisão a campanha de Arnold Schwarzenegger, na Califórnia, cuja propaganda era: "Gastei US\$10 bilhões reformando escola pública". Ganhou. Acabou de ser eleito novamente. Os Estados Unidos têm um gasto público deficitário imenso, que já vem desde a época do *New Deal*, e uma política de pleno emprego que surpreende o mundo. Agora estão fazendo o muro, porque o mercado atrai milhares e milhares de pessoas do mundo inteiro, brasileiros, mexicanos etc, porque há emprego. O muro está sendo construído porque o mercado chama pessoas, e eles querem escolher. Normalmente, todos os anos, mesmo na época do 11 de setembro, eles importam um milhão de trabalhadores por ano, legalmente, e entram tantos outros ilegalmente, mas eles agora querem... Eu sei que V. Ex^a foi Líder, e brilhante Líder do Governo – eu tive a honra de ser seu Vice-Líder – e conhece a economia do nosso País profundamente. Mas, se nós partirmos para mais sacrifício, sobretudo daqueles que dependem do serviço público – e acho que se V. Ex^a for procurar o que cortar vai encontrar muito pouco, em questões macroeconômicas, será muito pouco para gerarmos

emprego e o crescimento que precisamos gerar –, V. Ex^a talvez encontre esses recursos nesse tal superávit primário, que este ano são R\$90 bilhões, e que seguramente poderá ser menor com a taxa de juros a 4%, 5%. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço, Senador Crivella, o seu aparte. V. Ex^a, mais uma vez, expressa o profundo compromisso social que tem com o nosso povo. Compartilho da idéia de que uma das grandes marcas deste Governo não pode ser perdida – e seguramente não será, pois o Presidente Lula jamais permitiria – que é a defesa dos desprotegidos, o compromisso com os mais pobres, ou seja, a inversão do gasto público para políticas de inclusão social. E isso não vai ser mudado.

Mas há espaço para o aumento da eficiência do gasto público. E eu dei um exemplo de que não são os mais pobres que vão pagar. Na verdade, precisamos aumentar a qualidade dos serviços.

Temos um professor universitário para dezenas de alunos em sala de aula, em média. Na França, há um professor universitário para trinta e dois alunos, em média. Por que a universidade brasileira não pode ter o padrão francês como referência a ser construída em quatro anos?

Se avançarmos nessa perspectiva – ou próximo dessa perspectiva –, vamos dobrar o número de alunos nas universidades públicas federais, sem aumentar o custeio, porque a infra-estrutura está lá, a sala de aula está lá, os professores estão lá. O custo de ampliação das vagas é muito pequeno. Há uma capacidade ociosa. Por exemplo, nas universidades praticamente não há curso noturno, que é o horário em que os pobres podem estudar, para poderem trabalhar. Por que não abrir essa discussão com a universidade?

Assim como estou falando da universidade, pode ter certeza de que, se pararmos para montar um grupo para aumentar a eficiência do Senado Federal e diminuir desperdício de gasto público aqui dentro, vai sobrar dinheiro para investimento. Eu lhe garanto e me proponho, inclusive, a participar desse grupo.

Há muito desperdício e os recursos poderiam exatamente ajudar o investimento, especialmente em infra-estrutura. Então, esse é o desafio.

Vamos modificar o Ipea para uma agência de análise da qualidade do gasto público, a fim de tirarmos indicadores, parâmetros e, assim, exigir esse salto de qualidade. E mesmo do ponto de vista do funcionalismo, temos que construir uma gestão mais moderna, a meritocracia no Estado brasileiro, em que as pessoas recebam também pelo desempenho e pelas metas alcançadas, como já é em outros Estados

que estão rediscutindo essa questão do estímulo e do apoio ao trabalho.

Agora, por que não podemos reduzir o superávit primário neste momento? Porque, apesar do superávit de 4,25%, temos um déficit nominal de 3% do PIB. Isso significa que 3% do PIB ao ano é a pressão de crescimento da dívida pública. Se continuarmos a reduzir a taxa de juros sem trazer a inflação de volta, e para isso precisamos do superávit primário, poderemos no futuro reduzir não apenas o superávit, mas a carga tributária e darmos um grande estímulo ao crescimento de maneira mais forte. Mas, neste momento, o superávit primário é indispensável porque o País tem déficit nominal. Se se reduz o superávit primário e não se reduz o gasto, aumenta-se o investimento, aumenta-se o déficit. Se se aumenta o déficit, tem que se tomar mais dinheiro no mercado e aumentar a taxa de juros. Esse é o problema principal. Por isso que o superávit foi fundamental, para permitir que a taxa de juros, que era de 27,5%, viesse para 13,75% e continue numa trajetória de queda. É a menor taxa de juros nominal dos últimos 30 anos; mas ainda é uma taxa muito alta. Então, tem espaço? Tem. Mas o superávit primário é que sustenta essa trajetória de queda. Temos que ter na relação dívida pública/PIB uma trajetória de queda. Aumentando o PIB, vamos melhorar essa relação. E para aumentar o PIB é preciso investimento. Precisamos de investimento privado, sobretudo, mas também de investimento público. E a pauta que precisaríamos discutir é como aumentar a eficiência do gasto público, como preservar as políticas sociais de qualidade, e, ao mesmo tempo, alavancar o investimento público deste País.

É preciso determinação, é preciso despojamento, é preciso ousadia, é preciso criatividade. Neste Senado, nós somos capazes de avançar nessa direção e eu espero que restabeleçamos aquele clima de formulação, de embate, de idéias, de discussão, de propostas que tivemos no início desta Legislatura e que foi tão fundamental ao País e seguramente o será porque, tenho certeza, vai prevalecer.

Muito obrigado a todos e obrigado pela tolerância, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB-GO) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Romero Jucá.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, eu vou ser rápido. Quero apenas dizer que, entre as observações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante, eu quero concordar também com a proposta que S. Ex^a faz para o Ipea porque é preciso realmente medir a atuação, a forma e os resultados do setor público e das políticas públicas deste País, e o Ipea, uma instituição tão importante para o Brasil, está preparado, tem técnicos e experiência técnica para fazer esse trabalho.

Rapidamente, ainda na linha do desenvolvimento, quero trazer essa discussão para a Amazônia – para a Amazônia Legal, para a Amazônia Ocidental e para o meu Estado de Roraima. No novo mandato do Presidente Lula, nós iremos aprofundar a política de desenvolvimento da Amazônia. Neste novo mandato, nós temos alguns desafios para enfrentar – e o Presidente tem falado disto, quer atuar de forma ainda mais forte e mais consistente em toda a Amazônia. Para isso, alguns passos já foram dados.

Discute-se a criação da nova Sudam, junto com a nova Sudene; discute-se o modelo da Suframa. O Presidente Lula ampliou as ações da Suframa como instrumento importante de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Agora precisamos discutir e ir além. Se o Brasil precisa ir além, mais ainda a Amazônia. Temos que ocupar efetivamente a Amazônia com um projeto de País, com um projeto de desenvolvimento sustentado que garanta a sobrevivência com dignidade das nossas populações. Defendemos uma série de movimentos que passam pela nova Sudam, pela reformulação da nova Suframa, inclusive com um segundo ciclo de atuação da Suframa para que os Estados outros da Amazônia Ocidental possam, efetivamente, também dispor de indústrias complementares às indústrias que hoje atuam na Suframa, exatamente para o ciclo industrial não ficar restrito à Zona Franca de Manaus. É importante que Roraima possa ter suas indústrias, é importante que o Acre possa ter suas indústrias, é importante que Rondônia possa ter suas indústrias, é importante que o Amapá possa ter suas indústrias, enfim, é importante que o Estado do Tocantins possa ter suas indústrias. É importante que cada Estado do Norte, que o Estado do Pará possa ter efetivamente a sua participação no processo de industrialização construído para a Amazônia, que está dando um resultado tão importante como o da Zona Franca de Manaus.

Precisamos também discutir a utilização da floresta. O Presidente Lula propôs a nova lei de florestas, que discute o manejo sustentado, a ser implementado de forma responsável; a Ministra Marina Silva tem de-

fendido uma política efetiva de preservação. A política do Governo tem sido atuar no sentido de diminuir o desmatamento da região Amazônica. Isso foi conseguido este ano, mas ainda há muito por fazer.

A Amazônia não pode ser desmatada, devastada; a floresta precisa ser utilizada com racionalidade, com inteligência e, mais do que isso, em prol da melhoria da qualidade de vida da população da própria região. Então defendemos esse manejo sustentado, as florestas nacionais, as florestas estaduais, o tipo de discussão que precisa ser feito com diversos segmentos para que se possa evitar o que acontece na prática. O que acontece na prática hoje é a falta de regulamentação e a falta de opção levando à derrubada indistinta, à compra a preços vis da madeira, ao contrabando da madeira.

Para isso, tenho um projeto que já tramita nesta Casa para se tratar a madeira da Amazônia na própria Amazônia. Não tem por que se exportar a tora, exportar a madeira bruta se podemos, na verdade, auferir o resultado da transformação e, portanto, tirar menos madeira e ter mais resultado econômico. Então temos uma série de debates a serem feitos.

A questão energética, as usinas hidrelétricas que devem ser construídas na Amazônia ainda dependem de parecer ambiental; o gasoduto do Amazonas, o gasoduto de Rondônia, o gasoduto que está sendo discutido com a Venezuela, com o Brasil e com a Argentina passa pela Amazônia, essa é uma questão vital para nós.

As áreas de livre comércio. Em 1989, quando fui Governador do território, propus duas áreas de livre comércio para Roraima. Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e Bonfim, na fronteira com a Guiana. De lá para cá, essas áreas não foram implementadas. Foi implementada a área de livre comércio de Guará-Mirim, em Rondônia, de Macapá e Santana, no Amapá, mas não tiveram o seu pleno funcionamento exatamente por conta de uma série de entraves burocráticos de modelo econômico.

É importante rediscutir essas áreas de livre comércio, é importante termos saída e opções de exportação. A Amazônia está mostrando, com a Zona Franca de Manaus, o seu potencial de exportação. Portanto, precisamos discutir esse modelo não só para o Estado do Amazonas, mas também para os outros Estados do Brasil.

Há um plano de desenvolvimento integrado para toda a BR-174, permeando os Municípios ao longo do Amazonas e do Estado de Roraima. Temos discutido a questão mineral, e aqui quero esclarecer que não há nenhuma intenção do Governo de liberar qualquer tipo de alvará em área indígena. Essa informação cir-

culou, e é importante que se deixe claro que mantive contato com o DNPM quando fui Presidente da Funai. Cancelamos todos os pedidos de alvarás em terras indígenas. A Constituição proíbe a mineração em terra indígena, a não ser depois da regulamentação do artigo constitucional que deverá ser regulamentado pelo Congresso – projeto meu que já foi aprovado no Senado está na Câmara dos Deputados. Então, não há nenhuma intenção do Governo de liberar mineração em área indígena por enquanto, de fazer qualquer tipo de licitação, enfim, de fazer qualquer procedimento que fira a legislação e que quebre essa discussão do modelo de busca do desenvolvimento auto-sustentável com respeito ao meio ambiente e às populações indígenas.

Temos também um desafio, Srª Presidente, que é a regularização fundiária da Amazônia – e aí englobo meu Estado de Roraima porque estamos tomando as providências necessárias –, mas, mais do que isso, toda a região Amazônica, principalmente as áreas de conflito do Pará.

Aprovamos no Congresso, no final do ano passado, uma legislação que ampliou a possibilidade de regularização fundiária direta, feita pelo Incra, de propriedades com até 500 hectares. Isso está possibilitando e vai possibilitar a regularização de mais de 95% das propriedades da Amazônia e vai poder, efetivamente, acabar com a grilagem e vai poder efetivamente acabar com a grilagem, com as ações absurdas praticadas em determinadas regiões da Amazônia, com a ocupação deslavada e, portanto, com a depredação ambiental também seguindo esses caminhos.

Eu gostaria de registrar a nossa intenção, o nosso compromisso de buscar esse plano de desenvolvimento para a Amazônia, de procurar marcar o segundo mandato do Presidente Lula com uma ação ainda mais forte, ainda mais contundente, decisiva, determinante para que possa a região amazônica brasileira não só inserir-se geograficamente no Brasil, mas também inserir-se no processo de desenvolvimento, no processo de crescimento econômico, no processo de contribuição com o engrandecimento do País na forma como todos nós que somos da Amazônia desejamos.

Eu agradeço a oportunidade de fazer essas observações.

Voltarei ao tema em outra oportunidade para não ferir o horário dos Senadores que estão inscritos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

Em seguida, deverá falar o Senador Marcelo Crivella, como Líder, e posteriormente, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje quero abordar um tema ligado à minha formação como médico.

Eu assisti, no sábado passado, a uma matéria na TV Globo sobre o número de médicos no País, na qual se falou, principalmente, da má distribuição dos médicos no Brasil. Há concentração desses profissionais nos grandes centros e ausência deles em alguns Municípios até dos grandes Estados. Em se tratando de Nordeste e Norte, a situação é ainda muito mais calamitosa.

Quando assumi meu mandato, em 1999, apresentei um projeto que objetivava criar um estímulo para que a pessoa formada na área de saúde, não apenas o médico, só pudesse inscrever-se nos respectivos conselhos após passar um ano – apenas um ano – fazendo uma espécie de estágio remunerado nos Municípios onde não estivesse contemplada a correlação de um profissional para mil habitantes, como recomendado pela Organização Mundial da Saúde.

O projeto, lamentavelmente, não prosperou porque – e tenho que declarar isso – a própria categoria médica entende que isso é uma espécie de inconstitucionalidade, pois estaríamos obrigando alguém a exercer uma profissão onde, teoricamente, não quisesse. Não entendo assim, porque isso seria até um estímulo para que o aluno formado, por exemplo, em um grande centro como São Paulo, fizesse uma pós-graduação em outro canto do Brasil, passando um ano, por exemplo, em Rio Branco, no Acre, ou em Boa Vista, no meu Estado de Roraima, ou mesmo em um Município paulista carente. No fundo, o objetivo seria propiciar a esses Municípios a presença do profissional de saúde, incluído o médico, para que a população tivesse essa oportunidade.

Talvez, após ficar um ano naquele Município, o profissional decidisse ficar lá. Lembro-me do exemplo do Projeto Rondon no meu Estado. Muitos alunos da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foram fazer extensão universitária em Roraima e ficaram lá. Há inúmeros casos, tanto de médicos como de bioquímicos e odontólogos. Foi realmente um projeto que deu certo nesse particular.

O projeto a que me referi recebeu parecer contrário.

Outro projeto de minha autoria considera como residência médica o período de um ou dois anos que o aluno recém-formado ficasse em um desses Municí-

pios, sob supervisão, evidentemente, de médicos que lá existissem. Nenhum dos projetos caminha.

Faço uma crítica construtiva ao Conselho Federal de Medicina e à Associação Médica Brasileira, que realmente precisam debater essa questão. É inadmissível que o Brasil tenha mais médicos que, teoricamente, o necessário. Este País tem mais médicos que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde. No entanto, esses médicos – repito –, até pelas condições de trabalho, remuneração, oportunidade de aperfeiçoamento e acompanhamento dos avanços da Medicina, preferem ficar nos grandes centros, mesmo ganhando menos.

O ex-Ministro da Saúde José Serra, copiando, mais ou menos, essa idéia, fez um projeto estabelecendo que quanto mais distante ficasse o Município, maior seria o salário pago ao profissional. Então, por exemplo, um médico que, dentro desse programa, fosse servir no Acre, em Roraima, ou em Rondônia ganharia em torno de R\$7 mil, mas, mesmo assim, as vagas não foram preenchidas. Por quê? Eu me formei em Belém, voltei para Roraima, de onde eu sou natural, e tentei, depois, como Secretário de Saúde, levar colegas meus de turma para lá, mas eles diziam claramente que preferiam ganhar menos no asfalto a ganhar mais no mato. É preciso mudar essa realidade. Fala-se, por exemplo, em políticas para atender aos Estados que têm, digamos, mais necessidade, que são mais carentes, mas, na prática, essas coisas não são efetivadas. Temos de mudar alguma coisa. E precisamos debater e encontrar um caminho.

Essa obrigatoriedade não seria uma coisa absurda. Outros países, como a Austrália, já fizeram isso e deu certo.

Outras pessoas defendem que o profissional da saúde em vez de prestar o serviço militar obrigatório, preste – há vários títulos, mas seria o quê? – um serviço civil que equivaleria ao período do serviço militar obrigatório. Com isso, ele teria também o atestado, digamos assim, de reservista como se ele tivesse servido às Forças Armadas.

Nós temos de encontrar alternativas.

Eu me entusiasmei muito ao ver uma televisão, como a Globo, abordar esse tema e com muita propriedade.

Sr^a Presidente, pode ser que as autoridades, assim como as entidades da área de saúde – não só dos médicos – entendam que não é possível continuar essa concentração nos grandes centros. Há concentração de tudo: concentração do saber, concentração da excelência no serviço médico, concentração do poder político, concentração do poder econômico. Devemos começar exatamente por aquilo que enten-

do ser o mais importante, considerando-se o aspecto social que é justamente a saúde. É evidente que antes mesmo de cuidar da saúde – eu sempre digo isso – é preciso educar, porque se não educamos a pessoa sequer tem consciência de que precisa tomar certas medidas para ter saúde. Se não houver a presença de um profissional de saúde, principalmente o médico, pelo menos na correlação recomendada pela Organização Mundial da Saúde, a nossa Pátria será sempre um País desigual.

Vejo, por exemplo, em meu Estado, como em muitos outros deste Brasil, que a questão do tratamento fora de domicílio é alarmante. Não se tem, na maioria dos Estados, condições de tratar determinadas enfermidades. Então se sobrecarregam, por exemplo, centros como Brasília, São Paulo e Rio. Isso traz desequilíbrio na prestação adequada de serviços. Aí, vamos entrar na análise, por exemplo, do atendimento pelo SUS, que, na teoria, é um modelo muito bom, mas na prática é ineficiente para a população. Talvez a raiz de tudo isso esteja justamente na má distribuição dos médicos, na má remuneração dos serviços médicos. Porque o que se paga, por exemplo, a um médico numa consulta no SUS é realmente um absurdo. O médico, então, tem que fazer número de atendimentos para poder ter “x” de recursos.

Precisamos discutir muito esse tema. Espero que V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, possa colocar esse assunto em debate. Necessitamos encontrar um caminho para equilibrar essa questão.

Repto: não são somente os Estados do Norte ou do Nordeste têm esse problema; tenho certeza de que o Centro-Oeste também. Em São Paulo, por exemplo, participei de um debate com alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal, e os alunos eram completamente contra a idéia. Por quê? Porque ele achavam que era só porque a coisa era obrigatória. Mas se, de outra forma, não estamos conseguindo atingir o objetivo, temos que pensar nisso.

Se alguém estuda numa universidade pública – paga, portanto, pelo povo – e depois não pode dar um ano sequer da sua vida profissional para as comunidades mais carentes, é impensável que esse profissional da saúde tenha a profissão também como um sacerdócio.

Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa, que, como médico e ex-Governador, conhece muito bem esse problema.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Moazrildo, também caberia aqui o debate qualificado, porque o Presidente da República, em campanha, dizia que a saúde atinge a perfeição. Não! Ela está bem

pior. Vou completar 40 anos de médico agora e quero dizer que está bem pior. Então, a minha geração de cirurgião-geral já quase não existe. Encontro com eles e nenhum mais opera. Senadora Lúcia Vânia, fazer um parto, fazer uma cirurgia de próstata é complicado. Fiz centenas! É trabalhoso: tem o pré, tem o pós, a idade avançada. É R\$100,00. Por um parto, pagam R\$100,00. Mas atentai bem, um parto leva um ano: tem o pré-natal, tem depois as complicações do puerpério. Uma consulta médica está R\$2,50. Então, você teria que dar quanto para subsistir? Então, o que houve, na realidade, é uma falácia. Teoricamente é bom, mas ficaram defasados. No meu tempo, trabalhei em Santa Casa, existia até aquele Funrural, que a gente abdicava, ia direto para o hospital. Para o hospital ter um padrão bom, nós não cobrávamos. Tinha uma renda fixa. O Funrural foi um avanço, um avanço no regime ditatorial. Então, nós abdicávamos. E essas Santas Casas quase todas funcionavam assim: ganhavam um valor “x” e era direto para o hospital, e os médicos abdicavam para melhorar o padrão, porque por lá eles podiam ganhar nas tabelas do INPS, que eram boas, que eram satisfatórias. O que há no Brasil é o seguinte – temos que entender. Ninguém entende mais do que eu, porque convivi com o médico que criou o Programa de Saúde de Família. Vi o primeiro livro, ele me mostrou quando eu era Governador do Piauí, no único hospital de Havana. Era impresso, mimeografado, tal a pobreza. Mas esse padrão trouxe um benefício: é direto com as prefeituras. Então, médicos de alta resolutividade, por necessidade, estão se encaminhando a atender o PSF. Esse PSF já existiu, por exemplo, na Inglaterra. E se constatou que acabou com a especialização, porque o PSF convoca médico geral, o antigo clínico geral, os pediatras. A pediatria caiu na Inglaterra. O que está havendo é que chegou o caos. A única coisa séria que tem hoje na estrutura é o médico residente sobrecarregado, porque era sério, eram instituições sérias. Fiz residência, há quarenta anos, no HSE. Era como uma religião a gente ser médico residente. O professor catedrático era um pai, o outro era um irmão, era um companheiro, tinha a responsabilidade do aprendizado. Então, esses médicos residentes que estavam sustentando as unidades hospitalares que têm resolutividade estão em pânico, porque não têm compromisso. Eles se entregavam não pelo retorno salarial, porque eles têm uma carga de trabalho enorme, mas pelo compromisso do saber, da qualificação. E hoje os hospitais não têm mais isso. Todos os hospitais estão decadentes. O SUS é uma ilusão, não existe. Tenho testemunho de colegas meus urologistas: “Não, não opero mais, passei para o PSF”. Por quê? “É mais tranquilo e tem um ganho correto”.

Então, está acabando a resolutividade. Esses que estão na fila... São uns exames especializados que vão marcar para 2008, para 2007. A melhora da saúde é na mídia, que garantiu essa fantasiosa vitória do PT. A saúde está em caos e redonda, hoje, numa greve muito forte, que é a do médico residente, único, vamos dizer, que consolidava uma Medicina séria, científica e, vamos dizer, de dedicação ao saber. Só pode servir bem dando uma formação profissional.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O tema que V. Ex^a abordou no seu pronunciamento, o qual acompanhei a caminho do Senado, que é a greve dos médicos residentes, é mais um ponto que mostra que realmente o ensino médico precisa ser reformulado e desconcentrado dos grandes centros.

Quando criamos a Universidade Federal de Roraima, projeto de minha autoria, começamos a trabalhar em seguida na instalação de um curso de Medicina. Fizemos um trabalho difícil perante o Conselho Nacional de Saúde, porque havia a pregação de que não se podia mais criar cursos de Medicina no Brasil. Ora, porque há muito curso de Medicina em São Paulo ou porque há muito curso de Medicina no Rio de Janeiro ou em Minas, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste vão pagar o pato? Não se cria mais curso de Medicina? Se há muito em São Paulo, vamos, então, deslocar alguns para lugares onde há necessidade realmente de ter esses cursos.

Hoje, Roraima já formou várias turmas. O pessoal que se forma lá tem tido êxito nos concursos que presta para residência, para pós-graduação. E, lá no Acre, agora começou o curso de Medicina também. Mas antes, na Amazônia toda, só tínhamos curso em Belém, onde me formei, e, muitos anos depois, em Manaus. Então, era só em Belém e em Manaus. Veja como a própria distribuição da formação do médico está concentrada em dois ou três Estados!

Precisamos rediscutir a formação do profissional e a distribuição do profissional. Se não houver uma medida que não só obrigue o profissional a ir, mas também o remunere de maneira razoável, como é o caso do projeto Saúde na Família, não há como realmente pensar que nós vamos melhorar a saúde. Se os profissionais, incluindo aí o médico, o enfermeiro, o odontólogo, o bioquímico, não tiverem essa condição, não há realmente como pensar que a questão da saúde vai melhorar.

Nós estivemos, no dia de hoje, vendo nos jornais o quê? Que o Incor, um centro de referência nacional, está passando por uma dificuldade financeira horrível. Independentemente do fato de se analisar se isso foi uma questão de gestão ou não, o certo é que 80%

dos atendimentos do Incor são pagos pelo SUS e só 20% por convênios e atendimentos particulares. Esses 20%, na verdade, mantêm a estrutura – equipamentos e profissionais de qualidade – que há no Incor. Ora, se um centro como esse, que é uma referência nacional, está passando por essa dificuldade, imagine, Senador Mão Santa, como estão as outras instituições de prestação de serviços da saúde no Brasil!

Portanto, gostaria de deixar isso aqui registrado – por coincidência está na Presidência desta sessão a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais –, para que nós possamos efetivamente discutir esse tema. Eu tenho esses dois projetos e sei que há outros tramitando. Quem sabe podemos encontrar, junto com o Conselho Federal de Medicina e com a Associação Médica Brasileira, um caminho para sair desta mesmice, pois até mesmo quem se forma, por exemplo, em Manaus e Belém termina indo para São Paulo. Faz residência e fica lá. Não volta sequer para seu Estado de origem.

É preciso, efetivamente, que o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação repensem essa questão e que nós aqui também discutamos, pois o Poder Legislativo não pode ficar a reboque das decisões do Poder Executivo. Mas que discutamos, até de maneira conjunta, uma saída para que todo brasileiro, efetivamente, como manda a Constituição, tenha direito à assistência médica, à saúde e o Estado cumpra o seu dever, como está na Constituição, de propiciar esse tipo de atendimento.

Esta questão é, com certeza, fundamental: a presença do profissional em todos os Municípios do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, que falará como Líder, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, ou, se a senhora preferir, Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. ouvintes da Rádio Senado que nos assistem nessa manhã, nós, brasileiros, estamos preocupados com o índice alarmante de violência em nosso País. E recebi, Sr^a Presidente, um manifesto à Nação brasileira, assinado por dois pastores: Dr. Paschoal Piragine Junior, Presidente da Convenção Batista Brasileira, e Pastor Sócrates Oliveira de Souza, que passo a ler neste instante, desta tribuna.

Manifesto à Nação brasileira

O Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira, reunido na cidade do Rio de Janeiro, decidiu manifestar sua indignação com o presente estado de

insegurança que domina nosso país, especialmente as grandes cidades, e a corrupção que destrói a força política, pelo bem comum nos municípios, nos Estados e na Federação brasileira.

Conscientes de nossa cidadania, dever moral e espiritual, protestamos contra a prática de compra de votos, propinas e negociações superfaturadas feitas por gestores da coisa pública. Repudiamos a ação de políticos, independente de sua fé religiosa, que, em vez de cumprir o mandato servindo ao povo, usam do Estado para servir a interesses políticos e econômicos particulares. A corrupção crescente impede a prevalência do bom senso, da justiça, bem como da eficiência. Reconhecendo a autoridade comprometida com o bem maior como instituição divina e a necessidade do Estado que cuida da construção de uma nação, devemos fazer tudo que for possível e justo para construir uma sociedade firmada nos valores éticos e espirituais, inspirados nas Sagradas Escrituras. Por isso, clamamos o povo a defender, ética e democraticamente, o respeito à pessoa e a garantia dos direitos individuais, para a manutenção do bem coletivo.

Conclamamos o povo a condenar e evitar a corrupção nas transações pessoais e familiares, bem como nos negócios privados e públicos realizados nas instituições. Exortamos os cristãos e as igrejas a condenarem a venda ou a troca de votos em busca de benefícios e favores dos políticos.

Conclamamos o povo a votar, escolhendo pessoas de liberdade moral, experientes na prática do bem, da retidão e da justiça, que se interessam verdadeiramente pelo bem-estar do povo no Brasil. Chegou a hora de unir a força do voto consciente para lutar contra a corrupção, a impunidade e a violência que minam as riquezas e a confiança do povo no futuro do país.

Conclamamos o povo a se unir nos lares e nos templos, em orações a favor do Brasil. A gravidade do momento requer de todos que se humilhem, reconheçam os seus pecados, busquem o perdão de Deus, reparem os seus erros e vivam de maneira justa.

Só assim veremos dias melhores e deixaremos um legado de justiça, paz e prosperidade para as futuras gerações.

Assinado o Presidente e o Diretor-Executivo da Convenção Batista Brasileira.

Sra Presidente, não sei se o meu tempo já acabou tão rápido, mas pediria a V. Ex^a que me concedesse apenas um pouco mais para que eu comentasse e concluisse esse pronunciamento que acabo de ler e que vem da Convenção Batista Brasileira.

É interessante notarmos que os cristãos católicos e evangélicos, as duas principais correntes do nosso

País, estejam agora preocupados em níveis cada vez maiores com a política.

Quando criança, lembro-me de que nas igrejas se corria o dizer de que política era do diabo. E assim afastavam-se tantos homens de bem que poderiam ter participado, homens heróicos que viveram como missionários no sertão, na Amazônia do Senador Moacirino Cavalcanti, no Nordeste do Senador Mão Santa, homens que desbravaram o Centro-Oeste de V. Ex^a, Sra Presidente – e um deles, o avô de minha esposa, fundador da cidade de Cristianópolis, em Goiás – e que consideravam a política como uma coisa de interesseiros, de ladrões, vigaristas, vagabundos interessados em fazer negócios com o dinheiro público para auferir ganhos pessoais.

Hoje, a coisa mudou e graças a Deus por isto. Esse manifesto é muito importante. É importante, também, para que a religião deixe de ser instrumento de poder das elites. Quantas vezes ensinaram aos cristãos que o caminho do céu é a pobreza e a miséria e que o verdadeiro cristão não deve reclamar das injustiças porque rico vai para o inferno e pobre vai para o céu e, assim, cantávamos desde crianças:

Eu sou pobre, pobre, pobre,
De marré, marré, marré,
Eu sou pobre, pobre, pobre,
De marré, deci.

Essa era a cantiga de igrejas, de ruas, de aldeias perdidas no sertão onde achávamos que a pobreza é bonita porque Cristo também foi pobre e miserável. Hoje é diferente. Hoje os cristãos estão discutindo desigualdade social, estão querendo saber do investimento público, das políticas de economia. Por que um País tão rico tem um povo tão pobre? E é evidente. E quando eu falo de evidência, Senador Mão Santa, faço-o com humildade porque muitas coisas evidentes no passado hoje estão relegadas ao museu das galhofas. Nossos antepassados achavam que era evidente que o sol se movimentava ao redor da terra, porque o viai nascer de um lado e morrer do outro. Era evidente. Achavam também que era evidente que, quanto mais perto do sol, mais calor. Hoje qualquer passageiro que viaja daqui para o Piauí a 10 quilômetros de altura sabe que a temperatura lá em cima é de menos 60 graus. As evidências enganam. Evidências muitas vezes são, como diz uma palavrinha em inglês, eu me permito aqui esse pecado, **outsmart**, uma maneira de Deus nos ensinar a humildade e mostrar que é preciso ter sabedoria para olhar além das aparências.

Às vezes, quando lemos uma manchete de jornal que diz o seguinte: Governo reafirmou ontem compromisso com ajuste fiscal. A Nação ouve isso no **Jornal**

Nacional e, com evidência, diz o seguinte: o Governo – coisa séria –, reafirmou – ora, quem reafirma é quem mantém a palavra, disse ontem e diz hoje –, compromisso – ato de gente séria –, ajuste – tornar a coisa justa –, mas, por trás de uma manchete dessas, temos de cortar recursos da merenda escolar para pagar juros tão altos a rentistas.

Acho extraordinário que os cristãos – batistas, católicos, evangélicos, metodistas, presbiterianos – se levantem e busquem a politização de seu povo. Para isso, propus-me a um mandato parlamentar. Fui às ruas e consegui chegar a esta Casa.

Quero parabenizar o pastor Dr. Paschoal e o pastor Sócrates e dizer a eles que, após fazer a leitura do Manifesto à Nação brasileira, à Igreja Batista, faço um requerimento à Srª Presidenta para que o faça constar dos Anais da Casa não só pelas palavras, pelas críticas, mas também por um segmento importante da nossa sociedade que hoje procura ver além das evidências e buscar a verdade, que, como sabemos, só pode ser construída com uma vida pautada segundo os ensinamentos da palavra de Deus. É assim, com essa revolução espiritual...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Já concluirrei, Srª Presidente.

É assim, com essa revolução, que passa pelo exemplo de seus políticos, de seus governantes, que precisam conhecer melhor a palavra de Deus, temê-la e praticá-la, para que todo o povo, dos mais humildes estratos da nossa sociedade até as elites, encontre um caminho de maior igualdade social, de maior justiça e de paz. E, afinal, venhamos a ver, Senador Mão Santa, Presidente, realizadas e efetivadas as palavras de Moisés, o grande estadista, o autor dos cinco primeiros livros da Bíblia. Ele disse há quase quatro mil anos: a paz é fruto da justiça e a segurança se estabelece como direito.

Que essas palavras sejam as últimas do meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, representante do Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Aloizio Mercadante fez um discurso bastante denso sobre a questão econômica ainda há pouco, e creio que é bom

explicitarmos todos nós o que pensamos sobre o passado recente e sobre o futuro do País.

Estou absolutamente disposto a fazer a mais serena análise da realidade brasileira, de modo a dar a minha contribuição e a contribuição do meu Partido à compreensão do que precisa ser feito para engrenarmos um período de crescimento efetivamente sustentável a taxas elevadas. E se explicito que o crescimento é sustentável, evidentemente que parte do pressuposto que a inflação necessariamente precisa ser baixa.

Começo fazendo o reconhecimento de que em algum momento o Banco Central errou, de fato, na dose dos juros. Mas não estou aqui fazendo um discurso de críticas ao Banco Central, até porque reconheço que ele foi a peça mais relevante em toda a trajetória desse primeiro governo do Presidente Lula.

O Banco Central exagerou na dose sim. E exagerou na dose não sem ter fartas razões para tanto, porque as variáveis outras todas do Governo falharam e a estabilidade esteve em risco sim. Quem garantiu a estabilidade foi precisamente o Banco Central.

Falhou a variável fiscal com a abertura da gasta na eleitoral, com os gastos correntes crescendo à razão de 16,5% ao ano, com uma série de medidas que levaram ao descontrole, assim como, Sr. Presidente, nós vimos certas medidas de política econômica que resultaram na elevação da carga tributária em três pontos percentuais ao longo desses primeiros quatro anos do governo do Presidente Lula, essas medidas todas como nocivas ao processo econômico brasileiro.

Refiro-me, por exemplo, à alíquota efetiva da Cofins, que foi elevada no processo de mudança da sistemática de tributação do regime cumulativo para alguns casos, apenas 30%, sobre o valor agregado. Os insumos importados tiveram seus custos elevados, assim como os nacionais. Dificultou-se, dessa forma, a concorrência dos preços externos. Aqui imagino que o Brasil perdeu a ocasião de ter implementado um passo a mais de abertura comercial. Poderia ter preparado, quando nada, a abertura comercial para o próximo momento. Isso não foi feito.

O Banco Central foi cauteloso, Senadora Lúcia Vânia, porque, a par do aumento das despesas correntes em razão da eleição, houve forte injeção de recursos nos setores de renda mais baixa, mais propensos ao consumo. O Banco Central temeu uma bolha inflacionária, já que a produção não consegue, neste País, neste momento, nesta hora, nesta quadra, acompanhar a propensão ao consumo da população. O consumo cresce mais do que a produção, e é a importação que tem resolvido essa defasagem.

Estamos vendo a falência do crédito consignado. Serviu para uma eleição, mas os que o tomaram estão

endividados. Não é mágica para ser repetida pelo Presidente se ele porventura quiser fazer o novo Governo dado a mágicas novamente.

As políticas públicas falharam. Já concedo aparte ao Senador Marcelo Crivella. Eu disse que a política monetária não falhou. Ela exagerou, porque as demais variáveis todas falharam. As políticas públicas falharam.

A taxa de investimentos não decolou. O Governo não foi capaz de estabelecer marcos regulatórios confiáveis. Estamos vendo o caso do setor de energia. Nenhuma obra nova foi iniciada. Vamos ver o geral. Nenhuma PPP foi assinada pelo Presidente Lula. Não foi feito nada de efetivo para se elevar a formação bruta de capital fixo. Nada de efetivo foi feito nesse sentido. A taxa de investimentos permaneceu na medíocre faixa dos dezenove e poucos por cento a 20%, como proporção do Produto Interno Bruto.

Da mesma forma, falhou outra variável deste Governo, a variável de proteção ao direito de propriedade, haja vista o MST. Isso tudo trazia incertezas para a economia, diminuía investimentos no agronegócio e significava mais um encargo nas costas do Banco Central.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Governo Lula não deixou nenhuma marca. Nenhuma marca! Se me perguntarem quatro marcas do Governo do Presidente Fernando Henrique, apresento quatro, três positivas e uma, a meu ver, negativa.

A negativa – autocrítico-me dela – é a reeleição. As três positivas são a estabilidade econômica, as reformas estruturais, que melhoraram a economia do ponto de vista da sua competitividade sistêmica, e a consolidação da democracia.

O Presidente Lula não tem servido para consolidar a democracia, haja vista os seguidos atentados à liberdade de imprensa que, nem bem termina o seu governo e, ainda, não iniciado o segundo, nós temos presenciado neste momento. O Presidente Lula não realizou nenhuma reforma estrutural efetiva; tudo ficou empacado no Congresso Nacional, nada saiu do papel. O Presidente Lula o que fez foi manter a estabilidade econômica – e esse é o seu grande mérito – adotando a política que o Ministro Antonio Palocci herdou do Ministro Pedro Malan. Ele não tem marca. Não adianta agitarem bandeiras vermelhas ou de qualquer cor. Não há marca que leve o Presidente Lula para a história. A história registrará um presidente sem marca, um presidente que, habilmente, soube se eleger, mas sem marca.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem três marcas positivas e uma marca negativa.

Olhem que eu não estou, neste discurso, querendo me deter na questão ética. Não estou. Estou querendo me reportar ao seguinte fato: marcou ou não marcou no seu período? Um governo qualquer, completamente qualquer, se levarmos em conta a análise que, certamente, o historiador no futuro fará dos tempos que nós, ora, experimentamos viver.

Portanto, as reformas pararam. Se as reformas pararam, a gastança continuou, a ineficiência do Estado perdurou. O Presidente incha a máquina – 37 e, depois, 34 Ministérios –, promove o aparelhamento dos cargos em comissão, e a competência deixa de ser uma exigência para se participar da máquina pública.

Tudo isso significando mais ônus na hora em que os *decision makers* (tomadores de decisão) da política monetária brasileira teriam que se manifestar.

O Governo fracassou – já me referi ao crédito consignado – também no plano político, quando perdeu o controle sobre o Congresso; perdeu a oportunidade de votar reformas, não demonstrou vontade política de, efetivamente, fazê-las e, ao mesmo tempo, no momento em que perdeu o controle sobre o Congresso, abriu um flanco enorme para o descontrole fiscal. Havia, dentro do PT e dentro do Governo, uma guerra surda contra as autoridades econômicas do Governo Lula, e o Presidente teve o mérito de prestigiá-las, isso é verdade. Mas o fato é que a eterna crítica por dentro trazia um risco a mais e fazia com que um pedágio a mais fosse cobrado com a política monetária. E qual era a consequência natural disso? Para mostrar que não havia frouxidão, acabava arrochando mais na hora de estabelecer a taxa básica de juros, a taxa Selic. Se o Presidente Lula garantia politicamente a liberdade operacional do Banco Central, mas se havia contestação por altos escalões do Governo Lula e por figuras muito influentes do PT à política econômica e, dentro dela, à política monetária especificamente do Governo, o Banco Central buscava provar a sua capacidade efetiva de independência e terminava neste momento tendo que pagar um pedágio a mais, terminava tendo que, nesse momento, exagerar um pouco mais.

Eu poderia ainda dizer que fatores exógenos, fatores externos ao Brasil, influenciaram sobre a taxa de juros arbitrada pelo Banco Central. Cito como exemplo o aumento do preço do petróleo, que, felizmente, vem sendo recomposto para baixo. Afora isso, o Governo tinha – ainda tem, de certa forma, mas perdeu – o melhor e mais benigno quadro internacional dos últimos 50 anos, sem dúvida alguma, o que não foi traduzido em crescimento efetivo, porque falhou o Governo no flanco administrativo.

Pergunto a V. Ex^{as}s: qual foi o Ministro de atividades fins que contribuiu para algum milímetro de cres-

cimento do PIB brasileiro ao longo do Governo Lula? Qual foi o Ministério? O da Integração Nacional? O dos Transportes? Qual foi o Ministério que contribuiu em algo, de forma que se possa dizer que ajudou a Brasil a crescer, no ano passado, em “zero ponto não sei quê” por cento do PIB? O Governo não funcionou. Ele mostrou paralisia. Isso tudo não contribuía para que tivéssemos uma política monetária mais relaxada – no bom sentido do termo.

Sr. Presidente, a conclusão a que chego é que a política monetária foi um êxito, e foi bem sucedida precisamente porque o Banco Central conseguiu se manter imune à interferência do Governo. Houve o prestigiamento do Presidente sim. Houve, porém, a guerra surda com os demais setores do Governo.

Eu gostaria de dizer duas coisas, antes de conceder o aparte ao Senador Marcelo Crivella. Uma é que os pontos adicionais de juros, aqueles que poderiam ter sido poupadados, se fosse outro o quadro administrativo, se fosse outro o quadro fiscal, se fosse outro o quadro partidário, se fosse outro o quadro político a envolver este Governo. Os pontos adicionais de juros representam, a meu ver, um segundo “risco PT”. O primeiro foi aquele ocorrido no final de 2002, quando o mercado entrou em turbulência em função das incertezas quanto ao que poderia ser ou não o comportamento do Presidente Lula no Governo. Tumultuou bastante o governo do Presidente Fernando Henrique, no seu final, e tumultuou bastante o Governo do Presidente Lula ao longo de toda sua duração. Poderíamos ter juros menores sim, se não tivesse havido essa discussão tola entre desenvolvimentistas e monetaristas, como se desenvolvimentistas fossem pessoas boas de coração, pessoas cênicas, pessoas que querem o bem da população e pessoas que se condensem com a pobreza; e os monetaristas, pessoas duras, inflexíveis, perversas e malévolas, quando sabemos que não há nenhum país do mundo que consiga sustentar o seu crescimento se ele não se fundar em algumas bases. Uma delas é inflação baixa; a mais baixa possível. A outra é controle fiscal: arrecadar mais do que gasta. A outra é qualidade nos gastos públicos: gastar com devoção, gastar com probidade, gastar com inteligência. Nenhum país bem sucedido do mundo foge disso. Uns utilizam as metas de inflação, como nós; outros não utilizam as metas de inflação. Mas os que as utilizam e os que não as utilizam, em sendo bem sucedidos, eles todos não escapam dessas três precondições que aqui tentei explicitar.

Por falar em meta de inflação, nós ouvimos, somos obrigados a ouvir – é melhor isso do que a surdez física, enfim – essa história de que o Governo trabalhará com duas metas: a meta de inflação estabelecida,

algo tipo 4% ou 4,5%, ano que vem, com tolerância de 2,5% para cima e para baixo; e as metas de crescimento. Isso é uma tolice, Senador Marcelo Crivella, tão grande! Uma tolice tão grande porque é simplesmente incompatível trabalhar com as duas metas. Ou se trabalha com uma ou com outra. A meta de inflação está conectada a um crescimento possível; esse crescimento deve ser o maior possível, desde que não interfira na meta de inflação, no êxito, na trajetória para se obter essa meta de inflação.

A meta de crescimento é aquela em que se diz assim: vamos ter que crescer 5% de qualquer jeito. E o Brasil não vai crescer 5%. O Presidente Lula precisa descer do palanque e começar a falar sério com o País. O Brasil não vai crescer 5% no ano que vem. O Brasil, este ano, não vai crescer 3%; ele vai crescer 2,8%, 2,9%, 2,7%. Ele não cresce 3% este ano, não cresce perto 4% no próximo ano; ele cresce menos de 3,5% ano que vem. Essa é a minha opinião. Vamos ver se tenho razão ou se não tenho. O Brasil não cresce 5% com inflação controlada.

E o Brasil não cresce 5% ao ano no Governo do Presidente Lula. Poderá atingir esse índice em um dos anos. Aí tem razão Maílson da Nóbrega: pode-se esperar mais do mesmo, pode-se esperar crescimento mediano, nada espetacular, em função da infra-estrutura que não foi montada no Governo atual. Poderá crescer assim um ano, como o Presidente Fernando Henrique cresceu, uma vez, 5% e o Presidente Lula cresceu 4,9% um ano, mas não cresce 5% em cada um desses quatro anos. Não cresce, a não ser que nós – e isso é preparo para o futuro – façamos reformas estruturais profundas, mexamos na estrutura dos gastos públicos, melhoremos a qualidade dos gastos públicos.

Portanto, quando alguém diz “vou crescer, de qualquer jeito, 5%”, eu digo: muito bem, pode crescer até mais.

Por que não quer crescer logo 8% ou 15%? Pode. Se enlouquecer de vez, pode crescer 35%, a inflação vai para mil. Acabou. Pode crescer uma vez 35%. Estou me referindo a se manter a instabilidade e se crescer tudo aquilo que a estabilidade permita: inflação baixa e crescimento máximo.

Queria dizer a V. Ex^a que minha conclusão é que esse risco-PT, Senador José Agripino, que tumultuou o final do Governo Fernando Henrique, ele entra em cena agora, ele entra em cena ao longo do Governo Lula, obrigando o Banco Central a ser muito mais rigoroso do que teria que ser se não houvesse essa influência maligna dentro do Governo. Os juros seriam outros. Então, tem uma taxa adicional de juros que penalizou fortemente o setor de agronegócios. Os setores mais intensivos de mão-de-obra foram brutalmente penali-

zados por esse risco dos demais integrantes do Governo Lula. É muito fácil eleger o Banco Central como o culpado por todos os males. A corrupção não paga nenhum preço, o descontrole fiscal não paga nenhum preço, a inércia administrativa não paga nenhum preço, o preço todo seria de quem foi o único setor que cumpriu aquilo a que se propunha, que era atingir as metas de inflação, e atingiu brilhantemente, atingiu no coração da meta, até um pouco abaixo da meta. Aí foi o erro, pois o ideal seria um pouco acima da meta, um pouco acima do coração da meta ou no próprio coração da meta, o que teria propiciado um crescimento um pouquinho maior, com inflação controlada. Não se pode abrir mão disso.

O outro lado, Senador José Agripino, a quem concederei um aparte em breve, é que tenho a firme opinião de que o Presidente Lula não foi eleito pelo Bolsa Família, não; ele foi eleito pelo Banco Central. O Bolsa Família não adiantaria de nada se a inflação fosse alta. O Bolsa Família passaria por mero gesto demagógico se não fosse a inflação controlada, que permitiu uma inflação mais baixa para os setores de menor poder aquisitivo da população brasileira. São explicações que devo fazer, demonstrando que pretendo me pautar dentro da mais absoluta honradez intelectual na hora de travar esse debate. Não quero fugir do grande debate nacional; quero me alçar à altura do debate que a Nação reclama de quem esteja realmente querendo contribuir para que o País encontre as suas saídas, encontre as suas saídas na democracia, e não haverá nenhum arranhão na democracia que não encontre aqui a minha voz e a voz do meu Partido a contrariar os aprendizes de autoritários ou de ditadores. Por isso, a imprensa terá sempre toda a minha solidariedade toda vez que tentarem silenciar a sua voz. Não nos calaremos diante de manifestação de corrupção, seja pelo nosso compromisso com a ética, seja, Senador Mão Santa, pelo compromisso que temos de fazer o País crescer, e a corrupção impede o País de crescer.

Digo, portanto, que a estabilidade é um bem que não pode ser arranhado e o Governo tem que se definir, o quanto antes, em relação aos caminhos econômicos que vai tomar daqui em diante.

Antes de encerrar, ouço o Senador Marcelo Crivella e, em seguida, o Senador José Agripino.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Arthur Virgílio, quando V. Ex^a fala nesta Casa, paramos para ouvir, mesmo nós que somos do Governo, não só pelas suas palavras. Vou confessar a V. Ex^a que, lendo os Anais desta Casa e ouvindo os discursos gravados, eu me emocionei quando ouvi seu pai defendendo a liberdade na época da ditadura,

com apartes do Senador Antonio Carlos Magalhães contrapondo-se, que levaram a Casa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – ... pelo barulho, parecia até que eram...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Prorrogamos a sessão por mais cinco minutos para o debate qualificado, lembrando que o Senador Marcelo Crivella já trouxe grande contribuição quando trouxe aqui a inspiração de Calvino, não é? A religião não é contra a riqueza, e a riqueza vem do trabalho.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Quem não o conhece vai dizer que V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, está paradoxal. Primeiro, diz que setores do PT criticaram as taxas altas de juros e, por isso, as fizeram subir. Mas V. Ex^a também as critica dizendo que ficaram altas durante um período. Mas V. Ex^a não erra, nem eles erram, porque, no curso da história, Senador Arthur Virgílio – V. Ex^a há de concordar –, aquilo que é evidente num momento vai para o museu da galhofa mais tarde. Nossos antepassados não diziam que a Terra era plana? Parece evidente. Se olharmos o horizonte, vemos que é uma reta. Não se dizia que o Sol girava ao redor da Terra? Ele nasce de um lado e se põe do outro. Os primeiros projetistas da aeronáutica não diziam que quanto mais próximo do Sol, mais quente seria? Hoje, quando se vai para a Amazônia, a dez quilômetros de altitude a temperatura é de menos sessenta graus. São coisas evidentes. V. Ex^a há de convir comigo também que o Governo do Presidente Lula se baseou em três eixos distintos. Primeiro, respeito aos contratos herdados do Governo de V. Ex^a, uma política necessária. Lembro-me também de um discurso do Presidente Fernando Henrique, quando se despedia desta Casa para assumir a Presidência da República. Falou durante 45 minutos convicto de que tinha a fórmula para fazer o País crescer. Deu detalhes, pregando o Estado mínimo. O País melhorou, mas não cresceu o que ele prometeu. Respeito aos contratos, política externa, e nisso V. Ex^a precisa concordar que saímos dos quatro anos de um déficit na balança comercial de nove bilhões para um superávit acumulado de mais de cem bilhões. E não foi apenas por um vento positivo do mercado externo; melhoramos o **quantum** da exportação. V. Ex^a é diplomata e sabe que o **quantum** não é só questão de preço de mercado, mas de quantidade e valor agregado. Aumentamos as quantidades e viemos com o valor agregado. Por último, o Presidente Lula fez uma rede social, também inspirada no Presidente Fernando Henrique, porém ampliada, que trouxe grandes benefícios ao nosso povo nessa época de sacrifícios que temos atraves-

sado em nossa economia. Por último, quero dizer a V. Ex^a o seguinte: nós, eu e V. Ex^a poderíamos concluir nosso debate desde que soubéssemos quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha. V. Ex^a diz que o País não tem produção para crescemos, porque estamos importando; eu digo que estamos importando porque os juros são muito altos e não aplicamos dinheiro privado em produção. Há pouco, um amigo me contava que se encontrou com um conterrâneo dele em Belo Horizonte, no restaurante Alpina. Um homem muito rico, dono de companhias de ônibus, ele e o irmão. Venderam! Sentou-se à mesa com ele e ele perguntou o seguinte: "Fulano, como está a vida?" Ele disse: "Trabalhando". "Ah, você não precisa disso, nós somos muito ricos". "É, eu sei, você vendeu a sua companhia de ônibus". "É, vendi." "Olha, veja bem, enquanto eu como um bife, eu ganho um boi. Você também é muito rico". "Sabe o que eu fiz? Apliquei a juros. Estou aqui, como um bife, mas estou ganhando um boi no banco". Esse foi o diálogo. V. Ex^a há de convir comigo que, com essa taxa de juros, que, como V. Ex^a mesmo disse, foi muito alta, nós acabamos intimidando os investimentos. V. Ex^a tem razão quando fala em inflação baixa e respeito à política fiscal, mas não tem razão quando fala em investimento deficitário. Desde a época da formação dos Estados Unidos – V. Ex^a sabe disso –, quando George Washington resolveu, aconselhado por Hamilton, aquele da nota de US\$10.00, assumir a dívida das treze colônias, Thomas Jefferson e John Adams não aceitaram, porque a Virgínia já havia pago quase toda a sua dívida.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Houve uma negociação. Ele disse: "Tudo bem, a Virgínia leva prejuízo agora, mas vamos fazer aqui a capital. Vamos fazer a Casa Branca aqui". E foi feita, pertinho de Mount Vernon, a um tiro de pedra. A verdade é que ali assumia-se o débito das províncias. Os Estados estão quebrados. Se eu tivesse vencido no Rio e V. Ex^a no Amazonas, nós iríamos encontrar os Estados quebrados, sem nenhum recurso para investimento. Até hoje fazem investimentos deficitários nos Estados Unidos, com políticas de pleno emprego.

Arnold Schwarzenegger investiu 10 bilhões em reformas de escolas na Califórnia. Portanto, chegou a hora de termos um pouco mais de ousadia no Brasil, Senador Arthur Virgílio, e buscarmos caminhos para fazer crescer este País. E vamos encontrar, se nos dedicarmos a isso. Mas devemos variar naquilo que temos feito já há tanto tempo, sem obter sucesso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Agora fica fácil fazer. Vou concluir, Sr. Presidente, nesta última sentença, neste último parágrafo: agora, fica fácil para nós dizer que foram caminhos errados, mas fica cínico, e eu não farei isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas cínico por parte de quem, Senador?

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Tanto minha como sua, se fizermos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, na minha não fica, não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Tanto minha como sua, se fizermos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Na minha não fica, Senador. Eu não trabalho com a figura do cinismo. Ao contrário.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu não quero dizer que V. Ex^a tenha feito isto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu não fiz. Eu quero que V. Ex^a seja bem claro. Eu não estava entendendo o seu aparte. Não sei se é uma miscelânea. Agora, quero que V. Ex^a seja claro.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Não foi uma miscelânea. Só se V. Ex^a não entendeu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez falte inteligência minha, mas quero que V. Ex^a seja bem claro. Se houver cinismo, e V. Ex^a quiser assumir algum seu, assuma. Meu, não.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador, lembre-se das minhas palavras e, por favor, não coloque palavras na minha boca.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não quero não. Não quero nada. Fique com as suas palavras, que eu fico com as minhas. Quero que seja claro, porque eu lhe concedi o aparte, e V. Ex^a está há cinco minutos dando aparte, e eu exijo pelo menos delicadeza e o trato,...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...que não dispensei em nenhum momento, nesta Casa.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – O meu aparte foi respeitoso desde o princípio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ah, então esclareça essa questão do cinismo porque, a partir deste momento, deixaria de ser.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Eu digo a V. Ex^a que é fácil para nós criticar os erros praticados pelos que o cometem no passado quando não estivemos na pele deles. Isso se torna uma coisa cínica. Por exemplo, o Presidente José Sarney, quando assumiu o "gatilho", todos, na época, consideravam algo

benéfico – “Subiu a inflação? Vamos ao “gatilho” –, depois vimos que aquilo era retroalimentar a inflação.

Seria cínico, hoje, de minha parte, dizer que ele errou. Portanto, estou sendo generoso, e não criticando. Errei demais, Senador, para querer criticar ou infamar pessoas. Por favor, não me entenda mal.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Já comprehendi V. Ex^a. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Comecei meu discurso dizendo da admiração que tenho por V. Ex^a. Não admiro cínicos, portanto, Senador Arthur Virgilio. Nesta Casa, vamos travar grandes debates, V. Ex^a e eu, mas sempre pautados no respeito. E quero dizer a V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – ...que vamos procurar os caminhos para fazer o País crescer. E vamos encontrá-los, mas que não sejam os caminhos que estamos tentando há tanto tempo sem bom êxito. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex^a.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgilio, inicialmente, cumprimento-o pela substância do pronunciamento sereno, com dados, com lucidez e com verdade. Mas gostaria de dar uma modestíssima contribuição para a reflexão daqueles que estão nos vendo e ouvindo. Contribuição e receio. Tenho o fortíssimo receio, Senador Arthur Virgilio, de que o segundo Governo Lula venha a se constituir uma grande frustração, porque ele agora não é mais novidade, não é mais algo novo, exótico. Ele agora é um Governo tradicional, a economia está sob controle, a inflação está sob controle. O que se espera é que ele cumpra o compromisso de retomar o crescimento...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...e fazer com que o Brasil seja o que a Argentina conseguiu ser, o que o Chile conseguiu ser, o que o Uruguai conseguiu ser. Nem falo em México, nem falo em Índia, nem falo em China. Falo do que nossos vizinhos conseguiram ser. Lamento dizer que minha expectativa é a de que este Governo vá frustrar expectativas, por uma razão – e aí a minha grande preocupação –: o viés ideológico. V. Ex^a há de concordar comigo: este é o Governo do aparelhamento do Estado. Ouvi, há pouco tempo, o ex-Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, falar sobre Estado mínimo e da necessidade de se investir 25% do PIB a fim de que possamos crescer 5%, 6%, 7%, o que crescem nossos vizinhos Chile, Argentina e Uruguai. E falava sobre o capital público. Ele centrava

no capital público. Há uma idiossincrasia do Governo com relação ao capital privado. Há um natural empurramento do capital privado. É o Estado. Eles falam em Estado mínimo, mas são contra o Estado mínimo. São a favor do aparelhamento do Estado e do investimento com dinheiro do Estado, como se fossem capazes de poupar dinheiro do Estado. Está aí o rapaz de São José dos Campos. Cartão corporativo é a nova denúncia que vai chegar. O cartão corporativo gastando dois mil e tantos reais na campanha eleitoral de Lula. Como é que pode, com esse tipo de exemplo, produzir sobra de Orçamento público para fazer investimento? Como é que pode falar em investimento público com o dinheiro do Orçamento da União? Como é que pode haver idiossincrasia ao capital privado para que o investimento aconteça e o País cresça? Não vai crescer pelo viés ideológico. Eles são contra o que chamam de neoliberalismo. Neoliberalismo coisa nenhuma! É a modernidade, é o que o mundo faz. É o que mundo faz, e o mundo desenvolvido faz. Pelo viés ideológico é que acredito que o Governo Lula vai frustrar. Eles são pelo crescimento do Estado, e, por outro lado, afugentam o capital privado com marcos regulatórios e com agências reguladoras enfraquecidas e humilhadas no seu papel. Por essa razão, gostaria de incorporar esta reflexão ao discurso de V. Ex^a. Meu receio de que este Governo será uma frustração está calcado na presunção, creio eu, por algo que não vai mudar, que é o viés ideológico. É a força de Dilma Rousseff, de Miguel Rossetto, de Marina Silva, que são maiores do que Luiz Fernando Furlan e Antonio Palocci, que já caiu. É que essa banda ideológica vai se sobrepujar e impedir que a modernidade contamine o Governo Lula, que deseja crescer da boca para fora, mas que não tem os instrumentos próprios para fazê-lo. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Agripino, o ilustre Senador que antecedeu V. Ex^a no aparte a mim se refere a um discurso do Presidente Fernando Henrique, em que ele dizia: “Estou pronto para fazer o País crescer”. Pois o Presidente Fernando Henrique aprendeu, ao longo do governo, que o crescimento não depende da vontade do Presidente, no mundo globalizado sobretudo. O crescimento depende de uma porção de variáveis internas e externas. E elas foram, as externas particularmente, duras no período que se chama de era Fernando Henrique Cardoso.

Eu poderia aqui alinhar, se tempo houvesse, 10, 11, 12 crises sistêmicas de fora para dentro. Isso tudo complicou e muito a perspectiva do crescimento.

No quadro benigno vivido pelo Presidente Lula, eu tenho certeza de que, com a performance do Pre-

sidente Fernando Henrique, teria sido outro o crescimento anual do Produto Interno Bruto.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, lembro a V. Ex^a que está no 41º minuto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Embora tenham sido os melhores minutos da história deste Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu e o País temos aprendido muito com o pronunciamento e a verdade que V. Ex^a traz.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

Apenas concluo o aparte do Senador José Agripino, concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia, encerro e agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Eu concordo com V. Ex^a. A respeito, inclusive, dessa denúncia de hoje da **Folha de S.Paulo**, do jornalista Rogério Pagnam, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que insira nos Anais pronunciamento curto em que me refiro a esse tema da mistura do público com o privado, mais de R\$2 mil de cartão corporativo pagando despesas que viabilizavam um comício do Presidente Lula em Jacareí, São Paulo. E apresento requerimento de informações sobre isso, ou seja, não vamos dar a menor trégua no combate às irregularidades que o Governo possa vir a cometer.

Aqui, tenho um requerimento de informações que já encaminhei à Mesa nesse mesmo sentido.

V. Ex^a tem razão, o Governo falhou.

O Governo não governou o Governo, falhou na variável ética, e isso prejudicou o crescimento. Ele falhou na variável de política externa nos seus reflexos econômicos. E não há três ministros do Governo Lula – e tenho muitos amigos no Ministério do Governo Lula – que sejam tão ligados pessoalmente a mim e que mereçam tanto a minha estima quanto o Ministro Celso Amorim, mas os reflexos econômicos são negativos, e não positivos ao meu aviso, ao meu ver, da política externa brasileira. Falhou no flanco fiscal, e tudo isso levou o Banco Central a endurecer cada vez mais a sua posição. Ainda tinha mais esse jogo da guerrilha interna movida pelo PT e por setores enquistados no próprio Ministério do Presidente Lula.

O próprio vice-Presidente José Alencar – por cuja saúde torço de maneira fervorosa –, figura admirável como ser humano, não fez outra coisa a não ser dar

a entender para a opinião pública que baixar juros é questão de vontade política e que uma pessoa...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...perversa não baixava porque não queria ou porque não tinha ousadia, e que pessoas bondosas e ousadas iriam baixar. Senador Marcelo Crivella, é preciso mais do que a ousadia em si. Para a ousadia não virar insensatez, ela tem que ser bem estruturada técnica e politicamente. É preciso, por exemplo, mais seriedade na administração da coisa pública para que tenhamos taxas de juros mais baixas; é preciso mais governo; é preciso mais ação administrativa exitosa de governo. Em outras palavras, o Brasil não vai obter o crescimento de 5% ao ano durante quatro anos se, de repente, baixar os juros só porque eles são incomodativos para V. Ex^a, para mim, para o Senador José Agripino e para todo o País.

Digo que a irresponsabilidade e o fracasso de certos setores do Governo impediram juros menores. E mais ainda: eles foram absolutamente penalizadores do agronegócio e dos setores sobretudo mais intensivos de mão-de-obra que vivem na economia brasileira.

Obrigado, Senador José Agripino, por seu aparte tão lúcido e tão fraterno.

Concedo o aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que nós, da Bancada do PSDB, nos sentimos satisfeitos com ele. É um pronunciamento sereno, faz uma análise do Governo Lula – necessária neste momento, principalmente quando o País, por ocasião das eleições, foi bombardeado com um cenário cor-de-rosa, escondendo os indicadores que, inevitavelmente, apareceriam a curto prazo.

Estamos vendo hoje, pela imprensa, a nossa inferioridade em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano dos países emergentes e dos países da América do Sul. Portanto, essa agenda que está sendo hoje cantada pelo Governo é a que apresentamos durante a campanha. Ele está absorvendo essa agenda. Essa discussão não é diferente daquelas feitas no início do Governo passado. O Governo Lula se apresentava como conciliador, pedindo a opinião do Congresso Nacional. Mas, quando essa opinião era dada por meio das nossas contribuições, em geral, era rejeitada. Hoje, ele adota essa agenda. Pelos indicadores e pela nossa experiência com o Governo, com a sua prática política, com a sua administração, entendemos que as premissas exigidas para o crescimento jamais poderão ter um bom resultado se continuarem sendo as premissas adotadas na prática pela admi-

nistração deste Governo. Portanto, cumprimento V. Ex^a e digo da nossa alegria em vê-lo na tribuna, fazendo essa análise, principalmente no dia de hoje, quando o Senador Aloizio Mercadante faz aqui também uma apologia ao crescimento, apologia que, acredito, seja bem diferente daquela defendida pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Ministro Tarso Genro e outros ministros que têm se colocado contra essa austeridade fiscal que nós temos que manter e, principalmente, o corte de gastos. Portanto, cumprimento V. Ex^a mais uma vez e quero dizer do orgulho do PSDB de vê-lo fazendo uma análise tão profunda deste momento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr^a Senadora Lúcia Vânia.

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Presidente Lula, portanto, está diante – e eu vou repetir isso como um bordão – de duas escolhas possíveis: a história – e aí, sim, ele iria para a história com uma marca – ou a mediocridade. A mediocridade é não descer do palanque, não fazer as reformas e jogar o jogo puramente eleitoreiro, e isso mesmo sem êxito porque se esgota a mágica no tempo e no espaço. A história significa enfrentar os desafios, arrostar eventuais impopularidades, e elas virão porque não se contrariam interesses organizados no País sem se enfrentar momentos de impopularidade, esquecer-se do horizonte eleitoral e se pensar, pura e simplesmente, aí, sim, em criar condições para o Brasil crescer, sustentadamente, no mínimo, 5% ao ano.

O Presidente Lula diz hoje: "Estamos prontos para crescer 5% ao ano. Eu digo que nós não estamos, Presidente; eu gostaria que estivéssemos. Mas nós não estamos prontos para crescer 5% ao ano. Nós podemos criar as condições para um crescimento até superior a isso e com inflação baixa; mas, crescimento até maior do que esse com inflação alta, V. Ex^a pode obter – eu não aconselho, e V. Ex^a não fez isso ao longo do seu primeiro governo. Esse é o seu grande mérito. Já apontei aqui os deméritos. Portanto, na medida em que sejamos nós convocados a discutir uma pauta de reformas das estruturas econômicas brasileiras, nós diremos presente, por entender que estaremos preparando, sim, para os próximos momentos – quem sabe, dentro do próprio Governo Lula, quem sabe, para o governo que sucederá o Presidente Lula – as condições efetivas de crescimento sustentado por períodos longos.

E crescimento sustentado eu entendo que seja assim: inflação baixa, crescimento o mais alto possível e período longo. E o Brasil precisa, sem dúvida alguma, mexer, sinalizar para baixo na sua carga tributária. Eu não imaginaria, irresponsavelmente, Senador Mercadante, que nós vamos, de uma hora para outra,

fazer o País magicamente viver sem as receitas que são hoje demandadas pela sua estrutura de Estado. O Brasil precisa mexer na sua legislação trabalhista, eu sei que isso é uma casa de marimbondos, efetivamente, mas o Brasil tem escolha: a história ou a mediocridade. Isso diz respeito ao Congresso e, sobretudo, ao Presidente Lula. O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse muito bem: no jogo de xadrez que está sendo encenado neste País, as pedras brancas estão com o Presidente; que ele as mexa. Mas eu o desiludo, se é que posso desiludi-lo: o seu Governo não cresce 5% ao ano, Presidente, ao longo dos próximos quatro anos; o seu Governo não atinge 5% ano que vem; o seu Governo poderá, episodicamente, num dos quatro anos, atingir 5%, mas não crescerá à média de 5% ao ano porque as pré-condições não estão postas para isso. Nós podemos, juntos, pensar no País e em erigir essas pré-condições. Eu gostaria muito de dizer que o Brasil não perdoaria quem faltasse a esse desafio, porque já perdemos tempo demais e eu não gostaria, realmente, Sr. Presidente, de estar ausente dessa hora, até porque não tenho feito outra coisa, desde que as urnas se fecharam, a não ser completar um processo de maturação que já vinha dos momentos finais daquele segundo turno.

Eu dizia que se eu estiver na vida pública para, pura e simplesmente, boicotar quem está no governo, para, chegando eu ao governo, passar a ser boicotado por quem quer o governo para o seu grupo, em primeiro lugar, não mereceria estar na vida pública. Em segundo, eu teria que, a manter a minha honestidade intelectual, me retirar da própria vida pública. Não tenho o que fazer. Não tenho que estar aqui se o meu objetivo é, pura e simplesmente, o poder pelo poder. Estaria, então, ligando-me a razões inconfessáveis e não quero fazer isso.

Portanto, desejo, sinceramente, mudanças de rumos e êxitos para o Presidente Lula. Mas desejo sobretudo que ele se transforme num Líder realista e que encare, de modo factível, razoável e adequado, o desafio que tem pela frente, que não é pequeno, não tem mais carência. Ele que escolha entre certa impopularidade e o lugar medíocre na história, se ficar como está, ou escolha entre uma posição de destaque na história, absolvendo-se de tantos erros que o seu Governo cometeu, se tiver a coragem de enfrentar momentos duros de impopularidade que virão, reformando ou propondo reformar estruturas sensíveis, arraigadas, da vida econômica deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a passou apenas 52 minutos na tribuna, num debate qualificado, enriquecido pelo Senador Crivella,

que trouxe a história dos Estados Unidos e Thomas Jefferson. Mas me permita lembrá-lo que a grandeza de Thomas Jefferson está no túmulo, onde está escrito, ele que foi Presidente da República – e isso é muito oportuno para o Presidente Lula –: “Aqui jaz o fundador da Universidade do meu Estado, Virgínia”. Isso mostra que a educação levou ao desenvolvimento e à riqueza dos Estados Unidos.

E Calvino, que V. Ex^a também trouxe à tona.

Ao grande Líder Arthur Virgílio, eu queria dar uma contribuição. Vi comemorarem o IDH. Não há nada a comemorar. Éramos o 68º, passamos para 69º. Apenas crescemos um pouquinho. É como se antigamente tivéssemos um tamborete e depois passamos a ter uma cadeira. Isso é da história do desenvolvimento. O fato é que a Argentina está no 36º lugar tendo em vista o IDH; o Chile no 38º e o Uruguai no 45º. Então não há nada a comemorar.

Era isso que queria acrescentar ao extraordinário pronunciamento de V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.119, DE 2006

Solicita informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta:

1. Qual o valor da despesa feita com o cartão corporativo nos dias 22 e 23 de setembro, véspera e dia do comício de campanha realizado em Jacareí?

2. Qual o nome do funcionário dessa Pasta responsável por esse cartão?

3. A que se destinou a despesa acima citada?

4. Quantos funcionários estavam envolvidos na segurança e no apoio presidencial naquele evento?

5. Qual a quantidade de “kits de lanches” foi comprada com o cartão corporativo?

6. Para quantas pessoas foram destinados os “kits de lanches”?

7. Os “kits de lanches” foram distribuídos para pessoas que não faziam parte da equipe de apoio do presidente da República?

8. Em caso afirmativo, a Presidência da República está ciente de que esse fato pode justificar um processo de crime eleitoral cuja pena é a cassação do diploma do candidato eleito?

9. É usual militantes partidários se beneficiarem do uso de cartões corporativos?

Justificação

O jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, 10 de novembro de 2006, publica matéria intitulada “Justiça apura uso de cartão da Presidência para pagar lanche”, mostrando que o cartão de crédito corporativo da Presidência da República foi utilizado na compra de 280 “kits de lanches” em Jacareí, interior de São Paulo, no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez comício de campanha na cidade, no último mês de setembro.

Segundo a matéria, parte desses “kits” teria sido distribuída para militantes do Partido dos Trabalhadores que participavam do comício.

Assim, as informações que ora requeiro visam a dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de reaiizar um controle detalhado desses gastos.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2006.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há dois oradores inscritos: Senador José Agripino e Senadora Lúcia Vânia.

Quem tem prioridade?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, solicitei a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PFL – PI) – V. Ex^a pode ocupar a tribuna como Líder do PFL. V. Ex^a representa com muita grandeza esse Partido, o Nordeste e o Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, inicialmente queria agradecer a compreensão da Senadora Lúcia Vânia, que estava inscrita e, sem que eu precisasse usar a prerrogativa de Líder, gentilmente me cedeu a oportunidade de usar da palavra.

Sr. Presidente, gostaria aqui de fazer algumas considerações.

Nesta sexta-feira, estamos encerrando mais uma semana, Senador Mozarildo, pautada por várias notícias, e uma delas me causa especial preocupação

porque número não mente, Senadora Lúcia Vânia, número é a conclusão.

Tudo que se discute, Sr. Presidente Mão Santa, aprecia, conjectura, debate, fica no campo da palavra. O balizamento é estabelecido pelo debate, pela opinião a favor e contra, mas quando se debatem elementos que podem ser aferidos por números, o debate tem de ceder espaço ao número final, que é a conclusão, que é a tradução de tudo aquilo que se debateu, que se configura em números, desde que a confiabilidade de quem apurou os números seja real.

Acabaram de ser divulgados os novos números do IDH. O que é IDH? É o Índice de Desenvolvimento Humano, levantado por organismo internacional, pela ONU, organização de credibilidade internacional e patrimônio do Mundo, que não tem nenhum interesse em coletar elementos para produzir resultados que possam ser minimamente questionados.

Portanto, os números do IDH são líquidos e certos. E, para mim, Senadora Lúcia Vânia, trazem uma preocupação. Tenho dito e repetido que a minha palavra de oposição é a palavra de alguém que quer muito bem a este País e entende que o nosso papel, do PFL e do PSDB, é o de oposição. Perdemos a eleição. Quem governa ou quem ganha a eleição governa por dever, por delegação do povo, com os seus ônus e com os seus bônus. Fez compromisso durante a campanha e tem obrigação de cumpri-los, tem a obrigação de adotar um padrão ético no desempenho de suas tarefas, tem de compreender que o que legitima uma vitória não é o resultado das urnas; é o desempenho do mandato. E aos que perdem está reservado o papel da oposição, que é o de fiscalizar, denunciar, cobrar, aperfeiçoar. É o que tenho procurado fazer.

Neste momento, faço uma constatação: Tenho dito, com muita freqüência, que estamos perdendo o bonde da História. O Brasil está crescendo? Está crescendo sim, mas muito menos do que podia, muito menos.

Por que a Argentina, o Chile, o Uruguai, o México, a China, a Índia, o Paquistão, por que todos eles estão crescendo muito mais do que nós? Deve haver alguma razão. Dizem que não se pode comparar o modelo de controle da economia da China com o modelo do Brasil. E o Chile e a Argentina, por que crescem mais do que o Brasil? Deve haver algo de errado nessa história.

O que me leva a fazer essa constatação e a dizer o que estou dizendo? Número. O IDH, ou os números do IDH revelados pela Organização das Nações Unidas recentemente reservam ao Brasil o crescimento de 0,788 para 0,792. Cresceu. Cresceu, mas caiu no ranking mundial, de 68º para 69º lugar. Cresceu por

quê? Porque era impossível não crescer com o crescimento dos outros Países. Era impossível não crescer. Com uma economia do tamanho da economia do Brasil e com o mundo crescendo como está, era impossível não crescer. Era preciso fazer muita força para não crescer. Cresceu de 0,788 para 0,792 e no ranking mundial caiu de 68º para 69º lugar.

Como é que ficaram nossos vizinhos? Eu não quero falar nos vizinhos poderosos: nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha, no Japão. Não, aí eu estaria sendo faccioso. Eu quero falar dos nossos iguais. Não quero falar da China, da Índia nem da Rússia, dos emergentes, do G-8. Não; eu quero falar daqueles que estão bem pertinho de nós aqui na América do Sul. Eu quero falar do Uruguai, da Argentina e do Chile, os nossos vizinhos do Cone Sul, nossos parceiros no Mercosul. Fora o Chile, todos são nossos parceiros no Mercosul. Ficaram todos acima do Brasil e cresceram todos eles muito mais que o Brasil.

Vamos fazer uma avaliação, Senadora Lúcia Vânia? O que é IDH? IDH, três letrinhas mágicas: Índice de Desenvolvimento Humano. Tenho o maior respeito por essas três letrinhas, porque elas traduzem qualidade social de governo.

Lula não diz que seu Governo é voltado para o social? Então ele tinha, mais do que qualquer outro Governo, a obrigação de ter crescido. O Governo dele não é ação social, não é Bolsa-Família, não é ProUni, não é a opção preferencial pelos pobres? Palmas para a intenção.

Eu, quando fui Governador, fiz claramente a intenção preferencial pelos pobres. No meu Estado, Rio Grande do Norte, nos meus governos, cresceu, e muito, o IDH. Meu Estado cresceu muito no ranking das referências sociais. Eu tinha a intenção, e os números mostraram o resultado. E Lula? Lula, infelizmente, o que pode exibir é o que a ONU, com toda sua credibilidade, está demonstrando: caiu mais uma vez no ranking.

E o que é que é IDH? IDH, Senador Mão Santa, é o produto da análise feita País a País – são, na realidade, 177 Países –, em 4 elementos básicos: crescimento do PIB **per capita**. O que é Produto Interno Bruto? É tudo que se produz dentro do País: a indústria, a agricultura, o comércio, os serviços. Tudo o que se produz, toda a atividade econômica somada chama-se Produto Interno Bruto.

O Produto Interno Bruto **per capita** é a divisão de tudo que se produz no País, é a divisão de toda a atividade econômica pelo número de habitantes. Esse é o PIB **per capita**.

O segundo elemento é a expectativa de vida. Trabalha fundamentalmente com saúde, com habitação.

O terceiro elemento é a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos de idade ou mais.

O quarto elemento é o número global de matrículas nos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior.

A soma desses quatro elementos produz o IDH. Se você cresceu seu PIB **per capita**; se você cresceu a expectativa de vida, passando de 70 para 80 anos; se você aumentou o número de matrículas no ensino fundamental, médio e superior; se você melhorou a qualidade para alunos com 15 anos de idade ou mais, o seu IDH cresce.

O Brasil cresceu uma merrequinha, mas caiu no **ranking** dos países com quem se confronta o Brasil. Ou seja, no mundo globalizado que está crescendo, os nossos concorrentes, os nossos assemelhados cresceram mais do que nós. As mesmas oportunidades que tivemos foram dadas à Argentina, ao Chile, ao Uruguai, à Venezuela, à Colômbia, a todos. E todos eles – quase todos – cresceram mais do que o Brasil no PIB, porque cresceu o PIB mais do que o do Brasil, em percentual maior do que o do Brasil, cresceram mais na matrícula global na educação, na qualidade do ensino para aqueles que têm 15 anos de idade ou mais e cresceram mais na expectativa de vida.

Vamos analisar um por um.

A taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais e a matrícula bruta de alunos de ensino médio, fundamental e superior – quem diz isso não sou eu, Senador Mão Santa, é a ONU – ficou congelada de 2003 para 2004. Os dados referem-se a 2004. Ficou congelada! Não melhorou nada. Quem diz isso não sou eu, quem diz isso é a ONU, é o relatório final da ONU. Ou seja, no item educação, o Brasil foi reprovado. Poderíamos ter melhorado. O Brasil fala tanto em educação. Da boca para fora, os seus líderes falam tanto em investimento na educação, mas o que fizeram foi demitir o Senador Cristovam, que foi um grande Ministro da Educação. E agora vem o IDH e revela que ficou congelado o número de matrículas. A população cresceu enormemente, mas ficou congelado. Quem diz isso é a ONU. No quesito educação, o Brasil não cresceu nada: nem na qualidade do ensino dos que têm 15 anos ou mais, nem na matrícula bruta no número de inscritos, matriculados no ensino fundamental, médio e superior. No Chile, aumentou; no Uruguai, aumentou; na Argentina, aumentou; no Brasil, não. No Brasil do Governo Lula “tudo pelo social”, não aumentou.

Expectativa de vida. Senadora Lúcia Vânia, isso é fundamentalmente saúde, é política de saúde. Aumenta-se a expectativa de vida de 68 para 69 anos quando se protege mais a saúde das pessoas, principalmente a saúde daqueles mais desprotegidos por-

que não têm dinheiro para pagar um plano de saúde e são dependentes da saúde pública. V. Ex^a sabe qual é o percentual dos que são no Brasil beneficiados pelo sistema de esgoto sanitário? Só 48,24%. Na Argentina, é muito mais; no Chile, é muito mais; no Uruguai, é muito mais. Mas o Governo Lula vive o tempo todo dizendo que está gastando milhões e milhões e milhões em esgoto. E o que a ONU diz? A ONU diz que o Brasil foi reprovado no quesito de saneamento básico. E aconteceu o quê? Aconteceu que a ONU está dizendo que duas mil pessoas por dia são internadas no Brasil portadoras de doenças sanitárias: diarréia, leptospirose, etc. Quem diz isso não sou eu, é o relatório da ONU. Na expectativa de vida, portanto, Senador Mão Santa, V. Ex^a que é médico, o Brasil foi reprovado. O crescimento da expectativa de vida no Brasil, se aconteceu, foi pequenininho comparado com a expectativa de vida de países como o Chile, como o Uruguai, como a Argentina, os nossos vizinhos, colados no Brasil, que cresceram muito mais, porque aproveitaram as oportunidades que o crescimento do mundo está dando, e o Brasil não aproveitou. O Brasil de quem? Do Presidente Lula.

E o último quesito qual é? É o crescimento do PIB **per capita**, PIB **per capita**, que, se tivesse crescido, teria gerado os 10 milhões de empregos oferecidos ou prometidos pelo Presidente Lula. Aconteceram os 10 milhões de empregos? Não aconteceram. Nós morremos de falar aqui sobre isso. Quem governa tem a obrigação de cumprir os seus compromissos. Lula não cumpre compromissos. Agora quer e promete e jura de pé junto e toma o sagrado compromisso de retomar o crescimento. Muito bem! Senador Mão Santa, como V. Ex^a retoma o crescimento econômico? Provê investimentos. O Brasil não vai sair de um crescimentozinho de 2,7%, 2,8%, 2,9% ou 3% no máximo para 4%, 5%, 6%, 7%, 8% ou 9% se não voltar a fazer o que já fez no passado: investimentos de pelo menos 25% do PIB – no mínimo, 25% do PIB. O PIB do Brasil hoje está rondando US\$600 bilhões. Portanto, o Brasil teria que investir 25% do PIB. Vai investir? Dinheiro de onde? Ou dinheiro público ou dinheiro privado.

Vamos fazer uma análise? Vamos fazer uma análise franca?

Agora há pouco, eu aparteava o Senador Arthur Virgílio e dizia a ele que o Governo tem um viés ideológico que, no meu entendimento, é pernicioso ao cumprimento daquilo que ele fala da boca para fora e daquilo que o mundo moderno está fazendo. É a idiossincrasia ao capital privado. Eles pregam o fortalecimento do Estado. Para eles, privatização é palavrão.

Ô Senador Mão Santa, me diga uma coisa: lá no seu Piauí, no meu Rio Grande do Norte, quantos não

teriam telefone, ou celular ou fixo, se o sistema Telebrás não tivesse sido privatizado? Porque nem o setor público tinha dinheiro para investir nem se teria dado o direito ao setor privado de, em comprando o sistema telefônico brasileiro, fazer o que foi feito, beneficiando cada cidadão. O caseiro da minha casa tem um telefone celular. Imagine Fernando, meu caseiro, se não fosse a privatização do setor telefônico! Jamais teria. Assim como o meu conterrâneo que mora lá no município de Pau dos Ferros, no perímetro irrigado do açude, que tem também um telefonezinho. Ai se não fosse a privatização, que cometeu acertos e equívocos, sim, mas muito mais acertos. Como a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce é uma companhia privatizada pelo Governo que passou que, só ela, respondeu no ano passado por 5% de todas as exportações que o Brasil conseguiu fazer. E o Governo se vangloria disso! Vangloria-se de quê? Qual o mérito do Governo com a Vale do Rio Doce, que foi privatizada e que passou, a partir daí, a ter uma visão sistêmica moderna, uma administração competente que gerou lucro e que, com o lucro, expandiu-se pelo mundo e produziu os empregos a que o Brasil assiste?

Pelo viés ideológico, o capital privado não vai ser investido no Brasil, porque eles chamam de neoliberalismo o que eu chamo de valorização do cidadão e da capacidade individual do cidadão que se prepara, pela educação, para disputar o mercado de trabalho. Eles têm horror a isso. Eles estão na contramão do que enxerga, por exemplo, o Chile, do que enxerga a Argentina, para não falar na Alemanha, no Japão, nos Estados Unidos, no Canadá. É pecado isso? Não! Tem-se que dar oportunidades iguais para todos, mas tem-se que valorizar a capacidade individual do cidadão em disputar no mercado de trabalho usando uma arma chamada competência e instrução, para que o cidadão saia do regime de dependência e se move no sentido da capacitação, exija do Governo os instrumentos de educação para que ele possa, educado, disputar melhor no mercado de trabalho. Isso é o que chamo de neoliberalismo, que eles demonizam. Eles demonizam.

Capital privado demonizado, até por uma postura que eles adotam de humilhar as agências reguladoras. Qual é o setor privado nacional ou internacional que vai investir no Brasil com agências reguladoras – já que o sistema foi privatizado – sem prestígio, sem capacidade de decisão? Elas existem, mas quem decide é o Gabinete Civil da Presidência. Qual é o capital privado que se anima a vir fazer os investimentos, os 25% do PIB de que precisamos para que aquilo que Lula prega, a retomada do crescimento, aconteça? É

muito fácil falar. Agora, mude o seu viés ideológico se quiser, realmente, fazer crescer.

As lideranças do Governo falam no diálogo, no estabelecimento do diálogo. Nós estamos prontos a dialogar, mas sem barreiras, sem idiossincrasias, conversando em torno de modernidades e do interesse coletivo e nacional. Sem idiossincrasias, sem vieses ideológicos atrasados. Sem vieses ideológicos atrasados! Nós nos sentamos à mesa de negociação, sim, para discutir o interesse coletivo, a começar pela necessidade de criarmos elementos para que o capital privado seja investido.

Vamos rever o modelo das agências reguladoras, os marcos regulatórios, remontar o marco regulatório do setor elétrico, que está produzindo a perspectiva de um apagão pela frente, vamos discutir os fatos como eles são e tentar atrair o capital privado para que o discurso se possa, aí sim, com responsabilidade, transformar-se em fato efetivo.

E o capital público? E o Orçamento? Senadora Lúcia Vânia, eles falam no investimento de 25%, de 22%, de 27% e têm um modelo de gestão pública. Senador Mão Santa, ontem recebi um telefonema de um repórter de São José dos Campos, pedindo-me opinião sobre um cidadão, cujo nome não sei, que teria sido pilhado – os documentos existem –, sendo ele portador de cartão corporativo, sendo ele um dos tubarões do Palácio do Planalto, portador por direito de um cartão corporativo, ou seja, aquele cartão que dá direito a algumas pessoas privilegiadas do Palácio do Planalto a gastarem em nome da viúva, em nome da República, sem necessidade de comprovação. Pois disse-me o repórter de São José dos Campos ontem que lá – e vão aparecer nos jornais de circulação nacional e é provável que nas revistas de circulação dominical – existem documentos que provam que, com esse cartão corporativo, foram pagas despesas da campanha de Lula de R\$2 mil e poucos. Poderiam ser R\$30,00, mas é uso de dinheiro público com cartão corporativo. Isso é crime eleitoral, crime eleitoral. Muito bem. “É pouco, isso não contamina.”

Senador Mão Santa, V. Exª foi Governador, como eu fui Governador. O governante tem obrigação de dar exemplo. Se esse tipo de coisa tiver acontecido e for provada, o Presidente da República tem que adotar uma postura exemplar. Ele tem a obrigação de adotar uma postura exemplar, porque, se ficar provado que esse cidadão usou o cartão corporativo... E nós já apresentamos aqui pedido de informação sobre o uso dos cartões corporativos da Presidência, porque nós... Eu não acredito, eu não confio nesse Governo. Eu tenho o direito – até por obrigação minha –, eu tenho o direito e é minha obrigação vigiar. Se esse Governo não

merece a minha confiança, eu tenho a obrigação de vigiar. E já foi feito um pedido de informação que nunca veio. Agora aparece a denúncia clara de um cidadão portador de cartão corporativo gastando R\$2.300,00. Se o Governo não toma atitude exemplar, não restará à Oposição, Senador Lobão, nenhuma atitude senão pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esse assunto. Nós não teremos alternativa. Não é que queiramos fazer oposição raivosa. Não, não quero fazer oposição raivosa, não desejo, mas tenho a obrigação! O povo brasileiro acha que a Oposição tem obrigação de zelar pelo seu interesse, e ele, cidadão, tem toda razão, porque o que ele pensa é o que nós devemos fazer: zelar pelo interesse dele. E, se o Governo não tomar uma atitude firme, nós tomaremos a iniciativa de abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para pegar esse cadáver e abrir a barriga dele para mostrar onde é que está sendo gasto o dinheiro da República com esses cartões corporativos.

Muito bem. Eu faço este desabafo pelo fato de estar observando aqui a questão investimentos públicos. O investimento público existe na medida em que existe sobra do dinheiro público. Como sobra, se o custeio é defeituoso como é? Um Governo que gasta, na Fundação Nacional de Saúde (Funasa), mais em passagens aéreas e diárias do que em investimento em saúde não tem autoridade para dizer que vai ter sobra de dinheiro porque está gastando bem. Gasta mal. Olhe o caso dos cartões corporativos. Olhe milhares de casos. Tem que baixar o custeio, mas baixar mesmo. E aí, se o Governo quiser o diálogo conosco, vamos dialogar, vamos discutir a reforma sindical e a trabalhista, que desejo que cheguem a esta Casa; quero discutir a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados e a reforma política, que já foi aprovada nesta Casa; quero discutir isso tudo, mas também quero discutir os padrões de comportamento do Governo no que diz respeito à qualidade do gasto público. Quero ter o direito de opinar e ver a minha opinião acatada, e não levada no desdém, como atualmente o é.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Mão Santa, já concluo.

Quero discutir a questão do aparelhamento do Estado. Colocar gente sem qualificação nas funções dá no que se vê: pouca eficiência nos setores fundamentais.

Quero discutir a questão da corrupção, elemento que aumenta o custo-Brasil. Como pode haver sobra de dinheiro público se você só tem custeio exagerado, aparelhamento de Estado, máquina pública pesada, emprego, emprego e emprego que não pára mais e,

em decorrência disso, permanente aumento da carga tributária? O Ministro Mantega, Senador Lobão, ele próprio reconheceu que, em 2006, houve aumento da carga tributária. Ele reconheceu! As Lideranças do Governo nesta Casa juraram de pés juntos e disseram uma, duas, dez vezes que, se for configurado aumento da carga tributária, o Governo tomará a iniciativa de baixar impostos. Baixou o quê? Baixou o que na CPMF, no IPI, no ICMS, no PIS/ PASEP-Cofins? Baixou o quê? Qual foi o prestador de serviços, qual foi o empresário que teve diminuição de imposto na sua atividade? Pelo contrário!

Então, falar em sobra do Orçamento público, havendo gasto desordenado, sem controle, sem policiamento, sem aplicação de punição exemplar aos corruptos, que estão apontando para o desleixo com o dinheiro público, como esse cidadão de São José dos Campos, vamos terminar como? Com investimento público deste “tamanhinho” e carga tributária deste “tamanhão”!

Para isso é que a Oposição existe. E ela vai policiar e ela vai fiscalizar.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, ouço o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Agripino, o Ministério Público é o fiscal da lei, e o Parlamentar da Oposição é o fiscal da política nacional. V. Ex^a exerce, com absoluta competência e rigor, seu papel de Líder da Oposição. É preciso que haja uma voz se levantando a cada minuto para que os costumes políticos nacionais não entrem pelo descaminho e acabem no descalabro. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, ouço, com muito prazer, essa manifestação de V. Ex^a, companheiro da melhor qualidade do nosso Partido, ex-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e um dos melhores valores do PFL, que, neste momento, nesta sexta-feira, já à tarde, traz a sua manifestação de solidariedade ao seu companheiro, que procura retratar ou traduzir a opinião do nosso Partido, o PFL.

Ouço, com muito prazer, a Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador José Agripino, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo discurso. E dizer que V. Ex^a, mais uma vez, dá aqui uma lição de forma didática a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano. Acredito que V. Ex^a deixou hoje muito claro os sinais, que nós já estamos vendo, da falta de crescimento. Se observarmos só a década de 90, vamos ver que, de 90 a 94, o IDH subiu 0,79%; de 95 a 99, subiu 95% e, de

2000 a 2004, subiu 0,22%. Veja V. Ex^a que o percentual é insignificante. E V. Ex^a disse muito bem que o mundo inteiro cresce e nós não aproveitamos essa onda, pois temos aí as nossas políticas sociais praticamente estacionadas. Acho que V. Ex^a desnudou as políticas sociais do Governo do Presidente Lula, porque em nome de um *marketing* do Bolsa-Família, obscureceram-se todos os pontos fundamentais que não foram cumpridos na área de saúde, de educação e de saneamento básico, como bem mencionou. A saúde é um caos. Da educação, foi retirada a Bolsa-Escola, tão bem defendida aqui pelo Senador Cristovam Buarque, que exigia a presença da criança na escola; foi deixado de lado o programa de alfabetização; foi dada uma preferência para o ensino superior com a criação e expansão da universidade, sem se preocupar em melhorar as universidades existentes. Portanto, tudo isso não pôde ser visto durante o período eleitoral, porque o *marketing* mostrava um percentual de Bolsa-Família melhorando as condições de vida da população mais pobre e escondendo essa política social tão importante para o nosso País. Acredito que V. Ex^a, ao levantar essas questões e levantar também a questão do cartão corporativo – aliás, V. Ex^a tem feito isso freqüentemente; tem levantado, tem cobrado, tem insistido nessa questão, e não temos dúvida de que este será o próximo escândalo, porque os sinais estão aí –, também dá aqui o tom do que todos nós entendemos por crescimento, quais as premissas necessárias para esse crescimento e que de nada adianta o discurso que está sendo feito aqui inconsistentemente – “Vamos crescer a 5% ou mais” – se nós sabemos e entendemos que esses quatro anos que se passaram foram anos em que a gestão pública deixou muito a desejar, como já colocamos aqui, e que os gastos públicos foram desmedidos. Então, nós não acreditamos, mas estamos abertos, como V. Ex^a colocou, para debater esses temas. Mas debater e cobrar resultados, porque de nada adianta debater como debatemos, sugerir como sugerimos no passado, e a coisa continuar do mesmo jeito. Portanto, concordo com V. Ex^a quando afirma que estamos abertos ao diálogo, mas com as devidas condições. E não tenho dúvida de que hoje temos clareza de quais condições são essas. Começamos o Governo Lula com toda boa vontade em ajudar e construir. No entanto, vimos que toda a colaboração que pensamos em dar naquela ocasião não foi respeitada. Queremos, então, que essas condições sejam feitas, para que possamos ter resultados no nosso papel de Oposição e de fiscalizadores do dinheiro público.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Lúcia Vânia, sou muito grato pela sua manifestação e por suas observações relativas às palavras que aqui proferi. Isso denota que V. Ex^a ficou muito atenta, observando cada argumento que usei.

Senadora Lúcia Vânia, penso que o Presidente Lula precisa estar muito consciente de que esse segundo governo que o povo lhe outorgou não é mais novidade, como foi o primeiro governo; que ele agora é um governante tradicional, não tem marca alguma de que é o líder operário que chegou ao poder. Não, agora ele é um Presidente reeleito, que firmou com o País o compromisso de retomar o crescimento econômico, de melhorar a educação e a saúde. E será cobrado pela Oposição e pelo povo, no atacado.

Como no atacado? V. Ex^a citou com precisão cirúrgica os anos em que o IDH mais cresceu. V. Ex^a talvez tenha esquecido apenas de fazer a referência da justificativa de por que naquele período o IDH cresceu 95%. É porque se agiu no atacado. Aquilo foi produto dos planos cruzado e real. O fundamento de tudo de bom que está acontecendo no País, que não tem nada que ver com o atual Governo, vem dos governos passados, quando a inflação foi contida e o poder de compra foi devolvido aos mais pobres. Deixaram às pessoas condições de comprar o rádio de pilha no primeiro momento, depois a TV em preto e branco, depois a TV em cores, depois a geladeira, depois o utilitário mais caro, até o automóvel, pagando em 24, 36, 48 meses, porque a economia estava estável. O IDH cresceu porque as pessoas passaram, sem inflação – que não é mérito do atual Governo –, a comprar muito mais, porque recebiam um salário que não era deteriorado mês a mês como vinha sendo. E aí o cidadão, sem dever nada a ninguém, a não ser ao seu próprio trabalho, passou a dispor de poder aquisitivo para comprar até a sua própria saúde, na medida em que comprava comida para comer. Passou a dispor de condições, que ele conquistou, porque lhe deram a possibilidade pela inflação perto de zero, de sobreviver com mais dignidade.

Agora, o Governo Lula não é mais novidade. O Bolsa-Família não foi um programa por atacado. Beneficiou muitas pessoas? Um pouco mais do que o governo passado vinha beneficiando com o Bolsa-Escola, com o Vale-Gás, com aquilo que foi juntado para gerar o Bolsa-Família.

No atacado, melhorou-se, com o Plano Real, a vida de milhões de brasileiros. Agora Lula precisa entender que está trabalhando no varejo, que o varejo tem pernas curtas e que o povo e a Oposição vão cobrar sim, senhor, os seus compromissos de campanha. Ele foi eleito. Cumpra o que prometeu. Vamos fazer o que o povo espera de nós: cobrar, denunciar, aperfeiçoar. Aperfeiçoar sim.

Quero que chegue, Senador Mão Santa, a proposta de reforma sindical e trabalhista que o Governo propôs, que o Governo anunciou que vai mandar.

Quero que chegue, porque quero debater. Penso que é modernidade e é compromisso do Governo. Ele tem que mandar o que prometeu. Quero discutir, Senadora Lúcia Vânia, os fundamentos para que a economia volte a crescer.

Ouvi o ex-Líder do Governo falar que é preciso capital privado e público, é preciso 25% do PIB. Para isso, é preciso mexer com as agências reguladoras no seu poder, com os marcos regulatórios; é preciso mexer com a qualidade do custeio da máquina pública, com o aparelhamento do Estado; é preciso mexer com o combate à corrupção; é preciso mexer com uma série de coisas que têm que ser produto do debate. E esse debate eu quero ver. Eu sento à mesa. Não preciso ir ao Palácio do Planalto, não há necessidade. Para quê? Para tirar fotografia, para expor ao País o ganho do Presidente? Para quê? Sempre discutimos no plano físico do Congresso. Disponho-me, estou me oferecendo. Agora, quero um debate franco, sincero e honesto. Não precisa falar muito "economês". Não. As coisas fáceis são faladas com palavras fáceis.

As soluções existem pela compreensão entre os homens, e a compreensão entre os homens vai acontecer na medida em que esteja em jogo o interesse público. E o meu partido sentará à mesa, mas sentará para discutir com franqueza e com sinceridade, não da boca para fora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Srªs e Srs. Senadores, a Presidência comunica a V. Exªs que, nesta data, encaminhou à revisão da Câmara dos Deputados, através de dois ofícios, a redação final das emendas do Senado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar**, que dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, incluindo a retificação solicitada pelo Relator, Senador Luiz Otávio, feita na sessão do dia nove do corrente.

No primeiro ofício constam as emendas de mérito; e, no segundo, as emendas de redação, ao tempo em que solicita àquela Casa que, ao elaborar a redação final do projeto, as inclua no texto a ser enviado à sanção.

São os seguintes os ofícios enviados à Câmara dos Deputados:

Ofício nº 1.955 (SF)

Brasília, 10 de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Inocêncio Oliveira
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Assunto: Emendas de Redação a Projeto de Lei da Câmara.

Senhor Primeiro-Secretário,
Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas de redação,

o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006- Complementar (PL nº 123, de 2004 – Complementar, nessa Casa), que "Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte."

Encaminho a Vossa Excelência as seguintes emendas de redação, solicitando que as mesmas sejam consolidadas no texto a ser remetido à sanção por esta Casa:

Emenda nº 2 – Relator

No § 3º do art. 2º, substitua-se o termo "em" pela expressão "há pelo menos".

Emenda nº 3 – Relator

No inciso I do art. 3º, insira-se o termo "que" antes do verbo "auferir".

Emenda nº 4 – Relator

Substitua-se, no inciso VII do art. 13 do Projeto, a expressão "Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS)" pela expressão "Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)".

Emenda nº 6 – Relator

Desmembre-se o § 3º do art. 13 do Projeto, nos seguintes §§ 3º e 4º:

"Art. 13.

.....
§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal e demais entidades de serviço social autônomo.

§ 4º Excetua-se da dispensa do § 3º a contribuição sindical patronal instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943."

Emenda nº 7 – Relator

No § 2º do art. 16, corrija-se a grafia da palavra "mês".

Emenda nº 8 – Relator

Suprime-se, no inciso XVI do § 1º do art. 17 do Projeto, a vírgula após a expressão "escolas livres".

Emenda nº 11 – Relator

Dê-se a seguinte redação ao caput e ao § 2º do art. 18 do Projeto:

“Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, optante do Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I.

.....
§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V devem ser proporcionais ao número de meses de atividade no período.

Emenda nº 13 – Relator

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 20 do Projeto:

“Art. 20.

.....
§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução na alíquota equivalente aos percentuais relativos a esses impostos constantes dos Anexos I a V, conforme o caso.

Emenda nº 16 – Relator

No § 1º do art. 26, corrija-se a grafia da palavra “empreendedores”.

Emenda nº 17 – Relator

No inciso III do art. 30, retire-se a palavra “e” colocada entre a expressão “tributos estaduais.”

Emenda nº 18 – Relator

Suprima-se o termo “ao” no inciso II do § 1º do art. 30 do Projeto.

Emenda nº 20 – Relator

No § 2º do art. 32, insira-se a palavra “do” entre os termos “recolhimento” e “imposto”.

Emenda nº 21 – Relator

No § 3º do art. 33, suprima-se o termo “pela”, duplicado.

Emenda nº 22 – Relator

Dê-se ao art. 44 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 44.

.....
§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada.

Emenda nº 25 - Relator

No final do § 2º do art. 55, substitua-se a expressão “em presa” pelo termo “empresa”.

Emenda nº 26 - Relator

No final do art. 60, corrija-se a grafia do termo “instituições”.

Emenda nº 27 - Relator

No inciso V do art. 73, corrija-se a grafia do termo “suspenso”.

Emenda nº 28 - Relator

Substitua-se, no § 1º do art. 77 do Projeto, a expressão “Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)” pela expressão “Secretaria da Previdência Social”.

Emenda nº 29 - Relator

No final do § 3º do art. 78, corrija-se a grafia do termo “período”.

Emenda nº 30 - Relator

Suprima-se a expressão “art. 58”, duplicada no caput do art. 84 do Projeto.

Atenciosamente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ofício nº 1.956 (SF)

Brasília, em de novembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Inocêncio Oliveira

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Emendas do Senado a Projeto de Lei da Câmara.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006- Complementar (PL nº 123, de 2004-Complementar, nessa Casa), que “Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.”

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o autógrafo referente às emendas em apreço, a fim de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, – Senador **Mão Santa**, no exercício da Primeira Secretaria.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006-Complementar (nº 123, de 2004-Complementar, na Casa de origem), que “dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 - Relator)

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 2º do Projeto:

“Art. 2º

I – Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Federal e 2 (dois) representantes da Secretaria de Receita Previdenciária, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários;

.....

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 5 - Relator)

Dê-se a seguinte redação ao inciso X do § 1º do art. 13 do Projeto:

“Art. 13.

.....

X – Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

.....

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 9 - Relator)

Dê-se a seguinte redação ao inciso XIV do § 1º do art. 17 do Projeto:

“Art. 17.

.....

XIV – transpode municipal de passageiros;

.....

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 10 - Relator)

Inclua-se o seguinte inciso XVI ao art. 17 do Projeto, renumerando-se os demais:

“Art. 17.

.....

XVI — que auflira receitas decorrentes de locação de bens imóveis;

EMENDA Nº 5

(Corresponde à Emenda nº 12 - Relator)

Acrescente-se o seguinte inciso VI ao § 5º do art. 18 do Projeto:

“Art. 18.

.....

.....

VI — as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo V, acrescido das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do art. 13, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

EMENDA Nº 6

(Corresponde à Emenda nº 14 - Relator)

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 5º do art. 21 do Projeto:

“Art. 21.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

EMENDA N° 7**(Corresponde à Emenda nº 15 - Relator)**

Dê-se ao art. 22 do Projeto a seguinte redação, passando o atual § 2º a constituir-se art. 87, renomeando-se o atual § 1º do art. 22, para parágrafo único, e renumerando-se os arts. 87 e 88 para 88 e 89:

“Art. 22. O Comitê Gestor definirá o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o:

I – Município ou Distrito Federal, o valor correspondente ao ISS;

II – Estado ou Distrito Federal, o valor correspondente ao ICMS;

III – Instituto Nacional do Seguro Social, o valor correspondente à Contribuição para manutenção da Seguridade Social.

Parágrafo único. Enquanto o Comitê Gestor não regulamentar o prazo para o repasse previsto no inciso II do **caput**, este será efetuado nos prazos estabelecidos nos convênios celebrados no âmbito do colegiado a que se refere a Constituição Federal, no art. 155, § 2º, XII, ‘g’.”

“Art. 87. O § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º

.....
§ 1º O valor adicionado corresponderá, para cada Município:

I – ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil;

II – nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal, e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, considerar-se-á como valor adicionado o percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta.

.....’ (NR)”

EMENDA N° 8**(Corresponde à Emenda nº 19 - Relator)**

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do **caput** do art. 31 e inclua-se § 4º ao mesmo artigo:

“Art. 31.

I – na hipótese do inciso I do art. 30, a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo;

.....
§ 4º No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese do inciso I do art. 30, os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.”

EMENDA N° 9**(Corresponde à Emenda nº 23 - Relator)**

Dê-se ao art. 45 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 45.

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte pode melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do cedame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

.....
§ 1º Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **caput**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

EMENDA N° 10**(Corresponde à Emenda nº 24 - Relator)**

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 52 do Projeto, renomeando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 52.

.....
§ 1º

§ 2º A reincidência no não-atendimento de normas trabalhistas implica a exclusão da microempresa ou empresa de pequeno porte dos benefícios desta Lei Complementar.”

EMENDA N° 11**(Corresponde à Emenda nº 31 - Relator)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 87 do Projeto:

“Art. 87. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o regime de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, que entra em vigor em 1º de julho de 2007.”

EMENDA Nº 12**(Corresponde à Emenda nº 32 - Relator)**

Dê-se a seguinte redação ao “caput” do art. 88 do Projeto:

“Art. 88. Ficam revogadas a partir de 1º de julho de 2007 a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

.....”

EMENDA Nº 13**(Corresponde à Emenda nº 33 – Relator)**

Suprime-se o parágrafo único do art. 88 do Projeto.

EMENDA Nº 14**(Corresponde à Emenda nº 34 – Relator)**

No Anexo I ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar, na interseção das colunas intituladas “CSLL”, “Cofins” e “ICMS” com a linha iniciada por “Até 120.000”, substituam-se os percentuais “0,26%”, “0,79%” e “1,34%” por “0,21%”, “0,74%” e “1,25%”, respectivamente.

No anexo II, na interseção das colunas intituladas “CSLL” “Cofins” e “ICMS” com a linha iniciada por “Até 120.000”, substituam-se os percentuais “0,26%”, “0,79%” e “1,36%” por “0,21%”, “0,74%” e “1,25%”, respectivamente.

Senado Federal, 10 de novembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à última oradora inscrita, Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna hoje é fazer aqui um comentário a respeito da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que o Senado aprovou nesta semana. Essa é uma proposição legislativa cuja importância e urgência conta com o consenso desta Casa, como contou com o consenso da Câmara Federal.

O projeto proveio de uma ampla mobilização do empresariado brasileiro, que se organizou na Frente Empresarial e defendeu e propôs à Nação o texto elaborado pelo Sebrae.

Segundo informações do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, as pequenas empresas respondem por 20% do PIB brasileiro e empregam 60% dos trabalhadores. Nos últimos anos, o Brasil deve a elas quase a totalidade dos empregos líquidos gerados em nossa economia.

Engolidos pelo excesso de burocracia, que é o maior obstáculo para o desenvolvimento econômico em nosso País, os pequenos empresários são empurrados para a informalidade, que atinge hoje mais de 50% das empresas existentes. E a informalidade no mercado de trabalho, por sua vez, torna precário cerca da metade dos empregos.

Tal conjuntura danosa constitui uma catástrofe econômica e social que deve ser combatida com a máxima urgência. A aprovação dessa lei é a contribuição do Legislativo para começar essa tarefa.

Para se ter uma idéia, para abrir uma empresa no Brasil, hoje, é preciso cumprir em média 17 procedimentos burocráticos, o que leva nada menos que 152 dias! Nos Estados Unidos, por exemplo, é possível a um empreendedor abrir o seu negócio em apenas um dia. Este é um dos objetivos mais importantes do Projeto de Lei das Micro e Pequenas Empresas: reduzir a burocracia para incentivar a formalização dos pequenos negócios.

Outro objetivo, igualmente relevante, é aumentar a competitividade dessas empresas para que elas possam progredir, crescer e empregar mais. Essa competitividade será estimulada principalmente pela redução dos tributos que elas pagam por certa preferência a lhe ser concedida nas compras governamentais e pela diminuição dos custos com burocracia, de que acabei de falar.

Então, o cerne dessa lei é reduzir impostos, dar preferência à pequena empresa, para que ela possa também participar das compras governamentais, e, ao mesmo tempo, diminuir o custo da burocracia, para que ela possa realmente colaborar com a geração de empregos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a redução de tributos para as micro e pequenas empresas é assunto que interessa a todos os segmentos da nossa sociedade e que deve fazer parte das nossas preocupações. Segundo estudo recém publicado pela empresa internacional de consultoria KPMG, o Brasil está no grupo dos 17 Países que mais tributam as empresas. Com carga tributária média de 34% sobre o faturamento, o Brasil cobra mais imposto – como foi dito aqui pelo Senador Agripino – do que Índia, China, Turquia, México, Rússia e Chile.

Ficam acima dos tributos brasileiros os das três maiores economias mundiais: Japão, com 40,7%; Estados Unidos, com 40%; e Alemanha, com 38,3%.

Esse perverso sistema tributário, além de taxar excessivamente a atividade empresarial, reduzindo a competitividade e inibindo o crescimento, tem feito o País trilhar caminhos contrários aos dos Países mais desenvolvidos.

Esperamos, Sr. Presidente, que agora, com essa nova onda do Governo, com essa nova insistência de dizer que o País vai crescer, sem contudo mostrar quais são as premissas que vamos utilizar para tanto, possamos realmente reduzir essa carga, iniciando esse trabalho com a reforma tributária, que já está na Câmara há mais de dois anos.

Quero dizer que esse crescimento econômico, naturalmente com a redução da carga tributária, vai ensejar mais investimentos, mais geração de empregos e, por consequência, mais progresso.

Portanto, esse é o início da reforma tributária que tanto queremos. Tenho certeza de que, se quiser realmente fazer o País crescer, o Governo terá de colocar em vigência a Lei do Supersimples a partir do mês de julho e não deixar que isso fique adormecido na Câmara dos Deputados.

A proposta aprovada na quarta-feira, também conhecida – conforme mencionei – como Supersimples, institui a unificação de apuração e recolhimento de tributos nas três esferas de governo. Além disso, reduz a burocracia, representando a garantia de um novo paradigma de crescimento para o setor e, com toda a certeza, para a economia brasileira.

Ao aprovarmos o Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, demos um passo em direção ao incentivo para esse importante setor da nossa economia, visando à criação de empregos, como já disse, e ao adensamento econômico do Brasil.

Sinto-me no dever de alertar: o Brasil precisa é de uma reforma tributária eficiente e plana, Sr. Presidente. Podemos considerar a aprovação desse projeto um importante avanço, sem dúvida nenhuma, o qual certamente é o primeiro, mas não poderá ser o único.

Esperamos que a Câmara dos Deputados acate as mudanças promovidas no Senado e agilize a aprovação da matéria, pois o setor e o Brasil aguardam ansiosamente essa resposta do Poder Legislativo. Quero dizer que, com isso, o Congresso Nacional colabora mais uma vez com o Governo, para que possamos ter um País mais humano, mais justo e com mais emprego.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Como está escrito no livro de Deus, os últimos serão os primeiros. A última e extraordinária Senadora fez, sem dúvida nenhuma, o mais brilhante pronunciamento, que dá uma esperança para os que querem trabalhar, os microempresários.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Romero Jucá e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem

publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, existe uma verdade fundamental e universal, conhecida até mesmo por quem não é especialista no assunto: o peso de uma carga tributária abusiva é capaz de asfixiar a economia de um país, desestimulando investimentos e conduzindo à estagnação, quando não ao retrocesso.

Esse é exatamente o caso do Brasil, onde o sistema tributário é um dos mais caros, complexos e injustos do mundo, e um dos principais entraves ao crescimento. Não estou cometendo exagero ao incluí-lo entre os responsáveis pelos índices desanimadores de expansão do Produto Interno Bruto que se sucedem ano após ano.

Nada mais oportuno, portanto, que divulgar nesta tribuna alguns dos resultados de um estudo apresentando há poucos dias, no início deste mês, pela empresa de consultoria suíça KPMG. Ele aponta o Brasil como detentor de uma das cargas tributárias sobre empresas mais altas do mundo.

De acordo com o relatório anual da consultoria, que analisa os impostos cobrados em 86 países, as empresas brasileiras pagam em média 34% sobre a receita anual. Em apenas 16 economias o setor privado está sujeito a uma taxa maior que a brasileira. Nossa carga tributária fica acima da média mundial, que é de 27,1%, e acima também da média na América Latina, de 28,1%.

O relatório contém uma informação que considero muito significativa: nos últimos 14 anos, a tendência em todo o mundo tem sido de reduzir impostos, para enfrentar a concorrência internacional, que ficou muito mais intensa devido à globalização.

Existe uma relação evidente entre a racionalidade do sistema tributário e o desempenho econômico de uma nação – tanto é que a média dos impostos sobre empresas cobrados nos 86 países pesquisados caiu de 38% em 1993 para 27,1% em 2006.

Um exemplo, citado no relatório, é o da Irlanda, onde a carga tributária foi reduzida de 40% em 1993 para 12,5% atualmente. Antes considerada uma espécie de representante do Terceiro Mundo no continente europeu, a Irlanda transformou-se numa das economias mais ricas da Europa, sede de indústrias que utilizam tecnologia de ponta.

O Brasil, por sua vez, caminhou na contramão dessa tendência. Nossas taxas médias, que eram de 25% em 1997, subiram para 34%. Os impostos sobre

o setor privado superam os que são cobrados no Chile, México e Uruguai.

A informalidade crescente, a sonegação a inadimplência e a perda de competitividade da indústria são reflexos diretos da voracidade arrecadadora do Estado brasileiro. No novo ranking de competitividade elaborado pelo Forum Econômico Mundial, o Brasil caiu nove posições, descendo do 57º lugar para o 68º lugar, atrás de países como México, China, Índia e Chile.

Temos uma carga tributária que penaliza a produção, incidindo até mesmo sobre a compra de máquinas e equipamentos, insumos que geram produtos, serviços, empregos e renda – ou seja, tributamos os meios de produção, instrumentos capazes de impulsionar o desenvolvimento. Além disso, o excesso e a complexidade das regras tributárias obrigam as empresas a destinarem um valor estimado em 1,5% a 2% de seu faturamento apenas para administrar o confuso emaranhado das normas sobre impostos.

Até agora nos limitamos a abordar a questão dos tributos que recaem sobre o setor empresarial. Quando o tema são os impostos pagos pelo consumidor final, o quadro não é muito diferente. Em um CD, por exemplo, ele paga mais de 47% em tributos. Num telefone celular, 41%. Na conta de luz, somados os tributos diretos e os indiretos cobrados das empresas, 45,8%. Na tarifa de telefone, 46,6%. E, na construção de uma casa popular, quase a metade do preço final são impostos.

Diante deste cenário, não há nada de espantoso no fato de que nosso PIB cresça tão pouco. A recuperação da capacidade de investimento só ocorrerá com a realização de reformas fiscal e tributária, condições essenciais para que o País volte a crescer em ritmo compatível com o do restante do mundo. Por enquanto, na corrida para o desenvolvimento, infelizmente estamos ficando para trás.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Srs e Srs Senadores, a Federação Brasileira dos Bancos, Febraban, divulgou, há bem pouco, um relevante relatório sobre a população com deficiência no Brasil. Intitulada “População com deficiência no Brasil: fatos e percepções”, a publicação integra o projeto “Coleção Febraban de Inclusão Social”, que visa à investigação meticulosa sobre as condições de vida da sociedade marginal do País.

De braços dados com a i-Social – Soluções em Inclusão Social, consultoria especializada em inclusão socioeconômica de pessoas com deficiência, a Febraban acolheu o projeto da publicação, com o propósito de pôr à disposição da sociedade um quadro deta-

lhado de fatos e percepções das pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Tal contribuição servirá para orientar, informar e corrigir atitudes, ações e tratos da sociedade em relação aos deficientes brasileiros.

Não é de todo ignorado que 45% da população brasileira lida diretamente com algum parente deficiente no seu dia-a-dia. Segundo o censo do IBGE, o Brasil abriga cerca de 25 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Com tais dados em mira, o estudo se destina ao desenvolvimento de soluções e formulação de propostas envolvendo políticas públicas de inclusão social.

Paralelamente, o conhecimento adquirido com a pesquisa conduzirá a uma melhor alocação dos recursos financeiros, estabelecendo prioridades, identificando necessidades mais latentes e orientando planos de ação junto aos deficientes. Nesse novo ambiente político, nada impedirá uma otimização automática do processo de inclusão social dessa significativa parcela da população brasileira.

Sr. Presidente, como se sabe, a sociedade inclusiva tem como principal foco a oferta de oportunidades iguais para que cada cidadão alcance autonomia e auto-suficiência. Vale registrar que, há apenas algumas décadas, a sociedade brasileira entendia que a pessoa portadora de alguma deficiência teria inexoravelmente uma vida com possibilidades reduzidas, destituída de qualquer perspectiva de realizações plenas.

De volta ao documento publicado pela Febraban, a elaboração do estudo consistiu em três distintas etapas. A primeira foi destinada a um vasto levantamento, compilação e análise de dados já existentes sobre a população com deficiência. A segunda, mais empírica, tratou de implementar um estudo qualitativo junto a pequenos grupos de deficientes distribuídos segundo a natureza da deficiência. A terceira e última etapa se debruçou, obviamente, sobre os aspectos quantitativos do problema, contabilizando dados relevantes extraídos do estudo quantitativo.

Para tanto, 1.200 entrevistas foram realizadas em São Paulo, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília, entre abril e maio de 2006. Seja por entrevistas telefônicas, seja por entrevistas presenciais, a pesquisa lançou mão de uma amostra bastante representativa, comportando uma margem de erro de 2,9 pontos, com 95% de intervalo de confiança.

Pois bem, o relatório da Febraban foi organizado em 5 capítulos complementares entre si, o primeiro dos quais designado a traçar panoramicamente o perfil socioeconômico dos cidadãos com deficiência. O segundo aborda a inserção do deficiente no mercado de trabalho brasileiro, enfatizando uma avaliação rigorosa das condições ambientais para seu pleno

desempenho. O capítulo terceiro registra as percepções das próprias pessoas com deficiência sobre as condições de atendimento geral, sublinhando as formas de relacionamento, os índices de satisfação e a prioridade de adequações.

No quarto capítulo, investigam-se as condições e necessidades de acessibilidade dos portadores de deficiência nos estabelecimentos em geral. Por fim, o último capítulo presta-se a alinhavar a conclusão e as considerações finais. Aliás, é nesta hora que o leitor adquire um retrato excepcionalmente bem conciso da situação do deficiente no Brasil. Vamos a ele.

Do ponto de vista do perfil socioeconômico, reitera-se que, embora o movimento cultural de inclusão das pessoas com deficiência seja recente, a velocidade das propostas e soluções em curso é, extraordinariamente, muito dinâmica. Do ponto de vista do mercado de trabalho, deduz-se que o País não está devidamente preparado para acomodar o potencial de 1,5 milhão de jovens com deficiência no mercado de trabalho.

Do ponto de vista do atendimento em geral, enfatiza-se a expectativa manifestada pelos deficientes por um serviço mais "natural" e com bom senso no Brasil. Do ponto de vista da acessibilidade, apesar dos avanços, detectou-se um expressivo déficit na construção de rampas de acesso, mobiliário apropriado, vias públicas rebaixadas e nos sinais sonoros.

Em suma, ao resgatar a percepção dos deficientes sobre suas condições de sobrevivência, o estudo privilegia a voz daqueles que enfrentam, diariamente, as barreiras sociais, físicas e atitudinais, dentro de um contexto nacional já historicamente marcado pela brutalidade dos contrastes de renda. Longe de monótono, o testemunho dos deficientes contempla a pluralidade e a diversidade opinativa, sem nunca deixar de reivindicar o desejo de um Brasil mais justo, mais humano, mais igualitário.

Para encerrar, Sr. Presidente, a mim cabe exaltar, uma vez mais, o valoroso trabalho social da Febraban, publicando documento de tão inestimável relevância para o País. "População com deficiência no Brasil" representa, sem dúvida, uma verdadeira revolução na mentalidade da elite brasileira, confirmando seu compromisso com a inclusão social das minorias mais desamparadas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, um cartão de crédito corporativo da Presidência da República foi utilizado na compra de 280 "kits de lanches", em Jacareí (SP), no dia em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez comício na

cidade, em setembro passado, segundo matéria de Rogério Pagnan, publicada na **Folha de S.Paulo** dessa sexta-feira.

Essa compra, no valor de R\$2.212 mil está sendo investigada pela Justiça Eleitoral de São Paulo após representação feita pelo advogado Sidnei de Oliveira Andrade, Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Jacareí.

Ele afirma que parte dos lanches foi distribuída para militantes petistas. "Para o pessoal que veio nas caravanas para o comício, cerca de dez ônibus", disse. A Presidência confirma a aquisição dos lanches, mas nega irregularidades.

Segundo a assessoria de imprensa da Casa Civil, responsável pelos cartões corporativos, os lanches foram distribuídos para o pessoal de segurança e do apoio presidencial, de acordo com a legislação.

Anteontem, a juíza eleitoral de Jacareí Antonia Brasilina de Paula Farah encaminhou o processo para o TER (Tribunal Regional Eleitoral), que vai repassá-lo, já que pode envolver a campanha pela reeleição do Presidente Lula.

Além da representação do advogado, a Justiça de Jacareí anexou no processo as notas fiscais e o comprovante do cartão de crédito.

As notas fiscais apontam que, no dia 22 de setembro, nove pessoas da segurança e da equipe do Presidente se alimentaram na Churrascaria Gaúcha Romani, em Jacareí.

O almoço, no valor de R\$90,00, foi pago com o cartão corporativo em nome de Mauro Augusto da Silva.

No dia seguinte, quando o Presidente participaria de um comício na cidade, o mesmo funcionário do almoço voltou ao restaurante e utilizou novamente o cartão para comprar 280 lanches, ao preço unitário de R\$7,90.

A Casa Civil informou que os 280 lanches foram destinados à alimentação dos seguranças e do pessoal do apoio do Presidente, tudo dentro da lei.

A assessoria do Ministério de Dilma Rousseff, responsável pelos cartões corporativos, disse ainda não poder informar, por questões de segurança, qual é o número exato de pessoas que acompanham o Presidente em suas viagens.

O grupo contaria com homens e mulheres da Polícia Federal, das Forças Armadas, das polícias estaduais e de equipe médica. O assessor da Casa Civil chegou a informar que os lanches haviam sido distribuídos em três remessas.

Essa versão foi mudada, porém, quando a reportagem informou a declaração do proprietário da churrascaria de que os lanches foram levados de uma

só vez. Na nova versão, a assessoria asseverou que a alimentação foi transportada pela equipe de segurança, que não poderia ser contatada na tarde de ontem.

Em função disso, apresento requerimento de informações à Ministra-Chefe da Casa Civil com os questionamentos que apresento à Mesa e peço sejam inseridos nos Anais da Casa, junto com a matéria de responsabilidade do jornalista Rogério Pagnan.

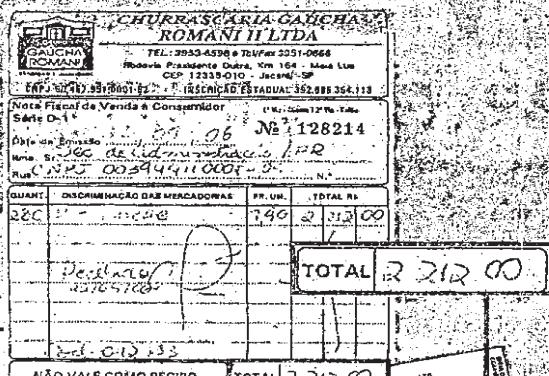
Justiça apura uso de cartão da Presidência para pagar lanche

Assessor comprou 280 lanches com dinheiro público no dia em que Lula esteve em Jacareí

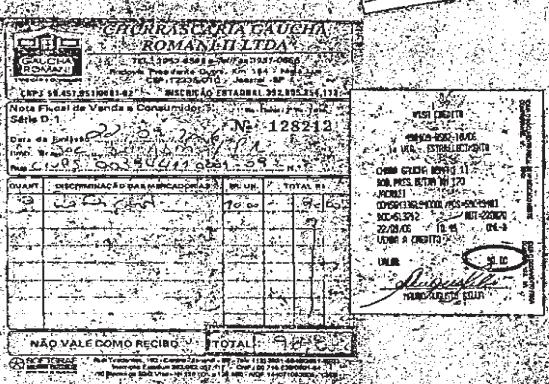
ENTENDA O CASO

Lula é acusado de usar cartões corporativos para gastos de campanha

Comprovantes dos gastos



Notas fiscais fornecidas por churrascaria de Jacareí com comprovantes de pagamento assinados por funcionário da Casa Civil



23 de setembro

O funcionário do almoço da Casa Civil Mauro Augusto da Silva comprou com um cartão corporativo da Presidência da República 280 "kits lanche" no valor total de R\$ 2.212 durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Jacareí (SP). Lula participou na cidade de um comício

17 de outubro

O advogado Sidnei de Oliveira Andrade apresenta a denúncia à Justiça Eleitoral e acusa: "Em Jacareí, Lula paga refeições a militantes do PT com dinheiro público"

26 de outubro

A juíza da 62ª Eleitoral de Jacareí, Antonia Brasílina de Paula Farah, determina que o proprietário da Churrascaria Gaúcha Romani entregue a documentação sobre a venda das refeições pagas pela Presidência

6 de novembro

O proprietário da churrascaria entrega a documentação: duas notas fiscais e os respectivos cupons de compras feitos com o cartão corporativo da Presidência. Uma nota no valor de R\$ 90 se refere a nove refeições. A outra, no valor de R\$ 2.212, se refere à compra de 280 "kits lanche"

O que contém o "kit lanche"?

- ✓ Um X-Búrguer
- ✓ Uma barra de cereal
- ✓ Uma lata de refrigerante
- ✓ Uma fruta

8 de novembro

Farah encaminha a representação ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para que o assunto seja apurado pela Procuradoria Regional Eleitoral

OUTRO LADO

A Presidência diz que as refeições e os lanches foram de fato compradas com o cartão corporativo, mas as despesas estão dentro da lei porque foram destinadas a pessoas que participam da segurança presidencial, entre policiais, Forças Armadas e equipe médica

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º do Regimento Interno.)

Governo diz que alimentos foram para seguranças e assessores da Presidência; para advogado, militantes petistas foram beneficiados

ROGÉRIO PAGNAN DA REPORTAGEM LOCAL

Um cartão de crédito corporativo da Presidência da República foi utilizado na compra de 280 "kits de lanches", em Jacareí (SP), no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez comício na cidade, em setembro passado.

Essa compra, no valor de R\$ 2.212, está sendo investigada pela Justiça Eleitoral de São Paulo após representação feita pelo advogado Sidnei de Oliveira Andrade, consultor jurídico da Câmara Municipal de Jacareí. Ele afirma que parte dos lanches foi distribuída para militantes petistas. "Para o pessoal que veio nas caravanas para o comício, cerca de dez ônibus", disse.

A Presidência confirma a aquisição dos lanches, mas nega irregularidades. Segundo a assessoria de imprensa da Casa Civil, responsáveis pelos cartões corporativos, os lanches foram distribuídos para o pessoal de segurança e do apoio presidencial, de acordo com a legislação (leia texto nesta página).

Anteontem, a juíza eleitoral de Jacareí Antonia Brasílina de Paula Farah encaminhou o processo para o TRE (Tribunal Regional Eleitoral), que vai repassá-lo à Procuradoria Regional Eleitoral para apuração, já que pode envolver a campanha da reeleição de Lula.

Além da representação do advogado, a Justiça de Jacareí anexou no processo as notas fiscais e o comprovante do cartão de crédito.

Almoço

As notas fiscais apontam que, no dia 22 de setembro, nove

pessoas da segurança e da equipe do presidente se alimentaram na Churrascaria Gaúcha Romani, em Jacareí. O almoço, no valor de R\$ 90, foi pago com o cartão corporativo em poder de Mauro Augusto da Silva.

No dia seguinte, quando o presidente participaria de um comício na cidade, o mesmo funcionário do almoxarifado da Casa Civil voltou ao restaurante e utilizou novamente o cartão para comprar 280 lanches, ao preço unitário de R\$ 7,90.

A Folha deixou recados no

celular de Silva, mas não houve resposta até o fechamento desta edição. A reportagem enviou mensagem em seu e-mail, mas também não teve sucesso.

O dono da churrascaria, Celso Romani, 43, afirmou que não sabe do destino dos lanches, levados pela própria equipe da Presidência numa van. "Não sou militante do PT nem do PSDB. Sou como Cristovam Buarque: não levei nada", disse.

Suspeitas

O fim do sigilo das compras

feitas com o cartão corporativo foi cobrada pelo tucano Geraldo Alckmin ao presidente Lula durante debate no segundo turno. "A única coisa boa que FHC criou no governo dele foi exatamente esse cartão corporativo", afirmou o petista.

Em 2005 surgiram suspeitas da utilização de notas fiscais frias para justificar gastos com cartões corporativos. O TCU analisa o caso.

Colaborou JOSÉ ERNESTO CREDENDIO, da Reportagem Local

Casa Civil nega irregularidades e afirma que pagou por alimentação de seguranças

outro lado

DA REPORTAGEM LOCAL

A Casa Civil informou que os 280 lanches foram destinados à alimentação dos seguranças e do pessoal do apoio do presidente, tudo dentro da lei.

A assessoria do ministério de Dilma Rousseff, responsável pelos cartões corporativos, disse ainda não poder informar, por questões de segurança,

qual é o número exato de pessoas que acompanham o presidente em viagens. O grupo contaria com homens e mulheres da Polícia Federal, das Forças Armadas, das polícias estaduais e de equipe médica.

O assessor da Casa Civil chegou a informar que os lanches haviam sido distribuídos em três remessas. Essa versão foi mudada, porém, quando a reportagem informou a posição do proprietário da churrascaria, de que os lanches foram levados de uma só vez.

Na nova versão, a assessoria informou que a alimentação foi transportada pela equipe de segurança, que não poderia ser contatada na tarde de ontem.

Os gastos da Presidência em Jacareí não serão resarcidos pelo PT, apesar de ter ocorrido lá um evento de campanha. O partido considera que gastos com segurança devem ser custeados pelo governo. Apenas os custos com o avião presidencial serão compensados.

O PT não comentou a compra dos lanches.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de sexta-feira, dia 10 de novembro de 2006, iniciada às 9:00 horas e coordenada pelo nosso extraordinário secretário executivo, Dr. Raimundo Carreiro da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 37

minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 250 , DE 2006

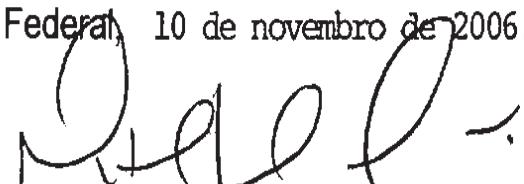
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar a servidora Flávia Fries Garcia Coelho, matrícula 16965, para integrar, como membro, Comissão Especial Temporária de que trata a Portaria nº 171, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover estudos, desenvolver e implementar ações junto à administração, com o intuito de promover a valorização da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de novembro de 2006.

Senado Federal, 10 de novembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2188 , DE 2006

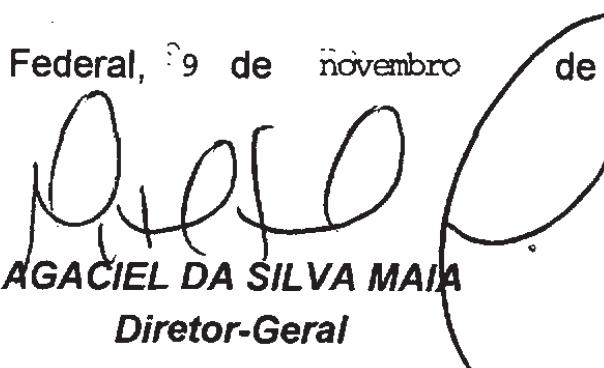
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 33791, e NIDOVAL PINTO SILVA, matrícula nº 17039, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 015962/06-7 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de novembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

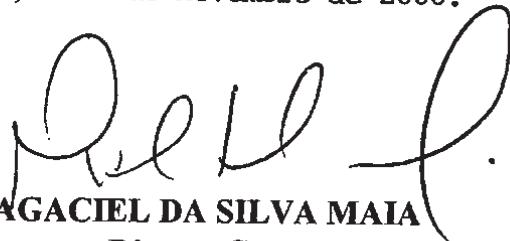
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2189 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta o Processo nº 016662/06-7,

R E S O L V E:

Alterar o cargo, em comissão, do servidor **WESTER ELIEZER SILVA SANTOS**, matrícula nº 166690, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, para o de Assessor, Símbolo FC-8, da Assessoria do Gabinete do Presidente do Senado Federal.

Senado Federal, 10 de novembro de 2006.



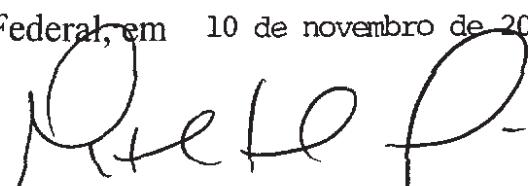
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2190 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016663/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ORIANA TONHÁ LOPES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

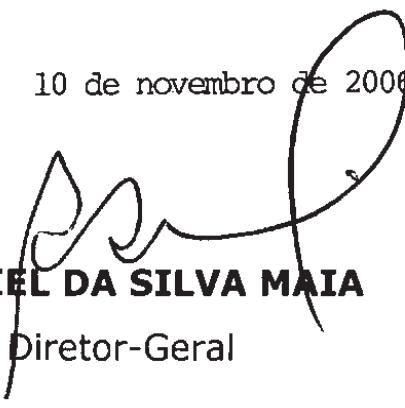
Nº 2191 , de 2006

,

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015.263/88-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 006, de 1989, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, a ex-servidora do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecida em 02 de setembro de 1999, **JENNY LEITE OLIVEIRA**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "acrédimo 20%", prevista no artigo 430, inciso IV, da Resolução SF nº 58/1972, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

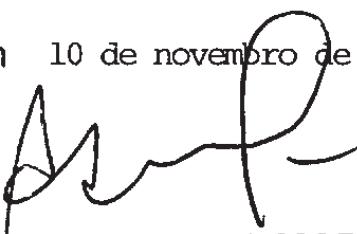
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2192 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.910/85-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 137, de 1985, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 07 de julho de 2004 **HEBER DE MACEDO GODINHO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "Acréscimo 20%", prevista no artigo 430, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

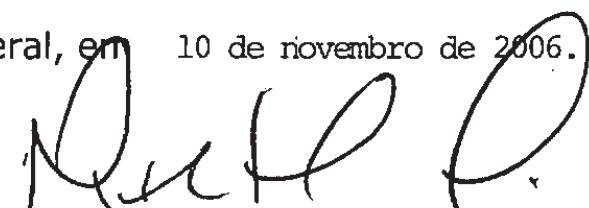
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2193 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 5, de 1974, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 03 de junho de 2002, **ANTÔNIO CORREA PACHEDO**, Analista Legislativo, nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem “Função Gratificada”, prevista no artigo 405, inciso I, da Resolução nº 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

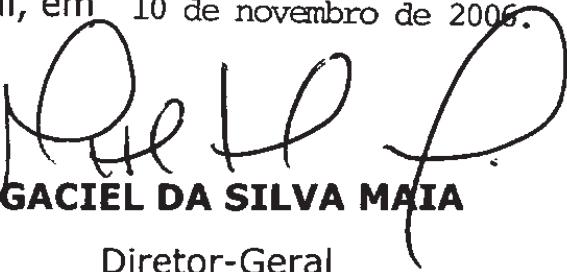
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2194 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Projeto de Resolução Nº 62, de 1964.

RESOLVE alterar a Resolução nº 56, de 1964, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 03 de novembro de 2002, **JOÃO MANOEL ROCHA DE MATOS**, Analista Legislativo, nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem “20% de acréscimo”, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



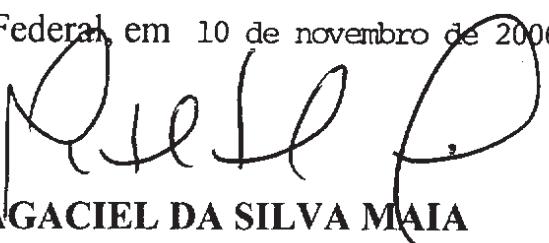
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2195 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016593/06-5**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **MANOEL MARINHO PEREIRA**, matrícula nº 184436, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência para o Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



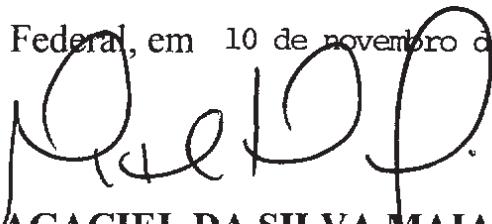
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2196 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016581/06-7**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **ROSANA JAQUELINE VIEIRA LOBO**, matrícula nº 188387, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência para o Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



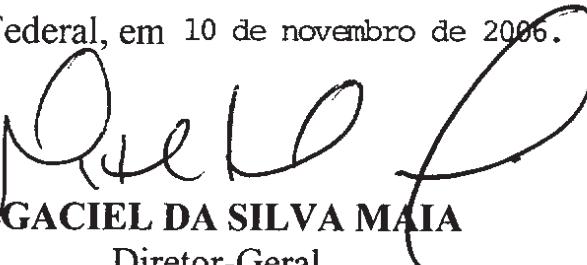
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2197 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016590/06-6**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **LAÉRCIO ARAÚJO DE SOUZA JÚNIOR**, matrícula nº 154365, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência para o Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.

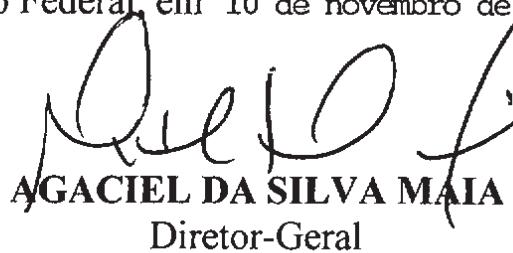

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2198 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **016589/06-8**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **MARCELO RIBEIRO DE MOURA**, matrícula nº 189045, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência para o Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



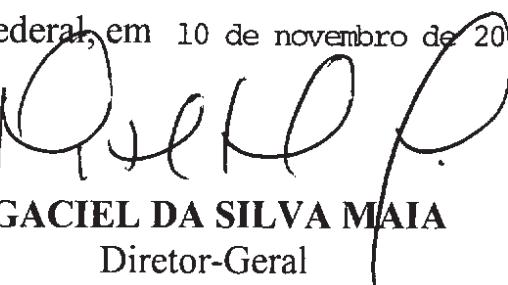
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2199 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016592/06-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **LEONARDO BRITTO VAZ DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 192380, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Serys Shhessarenko.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.

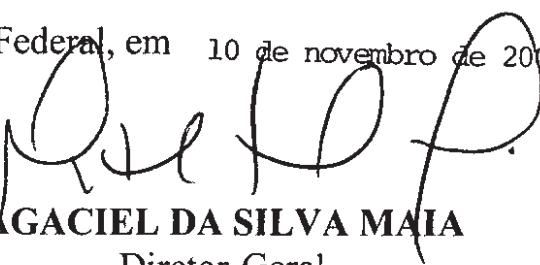

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2200 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo nº **016495/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **THEREZA CARMEM MADRUGA ARANHA**, matrícula n.º 199002, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Ney Suassuna para o Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.

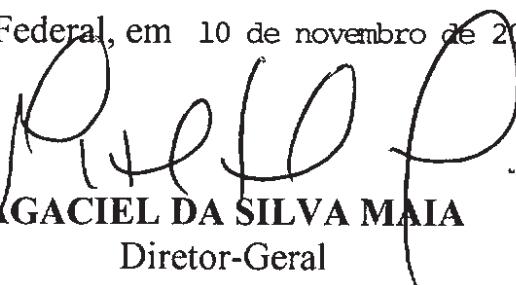

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2201 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **016569/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **JOSENIRA DA COSTA SANTANA**, matrícula n.º 191600, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Romero Jucá para o Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.

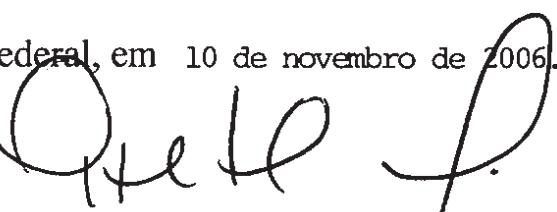

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2202 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016665/06-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLAUDIA MARCIA ROCHA RIBEIRO**, matrícula n.º 184394, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador João Batista Motta, a partir de 17 de outubro de 2006.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 2203 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013745/06-9,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1833, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3563, de 12/09/2006, que nomeou **WEBSON DANTAS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



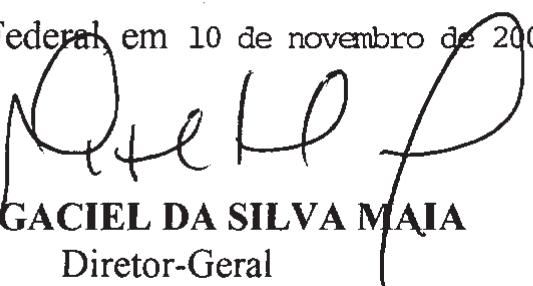
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2204 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 013745/06-9 e 016641/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WEBSON DANTAS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal em 10 de novembro de 2006.



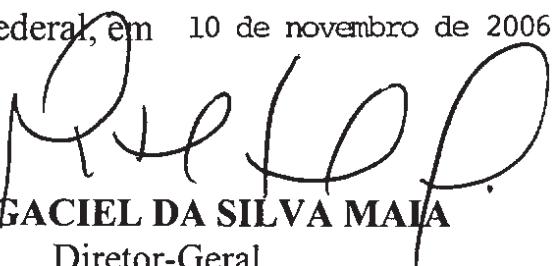
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2205 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016664/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRICIA LOPES CORREA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 10 de novembro de 2006.



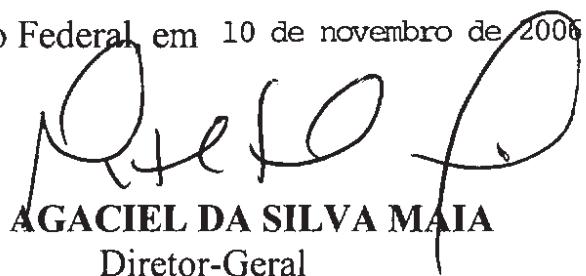
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2206 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016470/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CRISTINA MONTEIRO DE QUEIROZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Shhessarenko.

Senado Federal em 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

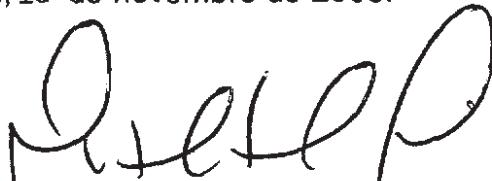
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2207 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato nº 50, 2004, do Presidente do Senado Federal, observado o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e no artigo 5º do Ato nº 26, de 2004, da Comissão Diretora,

RESOLVE :

dispensar o servidor **ANTÔNIO CARLOS DE NOGUEIRA FILHO**, matrícula 43531, da Função Comissionada de Assistente Jurídico, símbolo FC-06, da Advocacia do Senado Federal, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, símbolo FC-07, do mesmo órgão, a partir desta data.

Senado Federal, 10 de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2208 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato nº 50, 2004, do Presidente do Senado Federal, observado o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e no artigo 5º do Ato nº 26, de 2004, da Comissão Diretora,

RESOLVE :

dispensar a servidora **IEDA MARIA DO AMARAL AMEIDA**, matrícula 3940.0, da Função Comissionada de Assistente Técnico, símbolo FC-06, da SSIND/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, símbolo FC-07, da Advocacia, a partir desta data.

Senado Federal, 10, de novembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral</u> : 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral</u> : 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral</u> : 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral</u> : 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral</u> : 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho ³ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁵	MG	2244	1. Leomar Quintanilha ⁴ (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁶	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁷	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



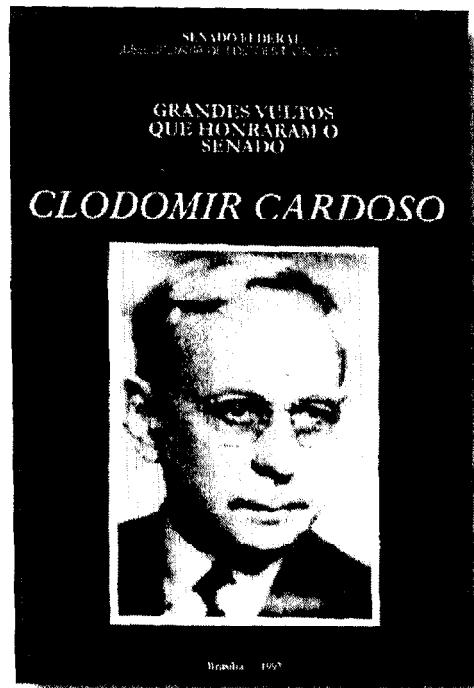
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 124 PÁGINAS